

JOÃO GABRIEL DE ÁVILA

A VILA DAS VELAS NA HISTÓRIA DAS SUAS RUAS



ANGRA DO HEROÍSMO

1993

JOÃO GABRIEL DE ÁVILA

A VILA DAS VELAS
NA HISTÓRIA DAS SUAS RUAS

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VELAS

REGISTO N.º

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VELAS

ENTRADA



A VILA DAS VELAS[®]
NA HISTÓRIA DAS SUAS RUAS
Topografia, Toponímia, Histórias

Por : João Gabriel de Ávila

O meu consócio no Instituto Histórico, Sr. João Gabriel Ávila quis que eu apresentasse, com algumas palavras de introdução, este trabalho sobre a Vila das Velas que agora publica no nosso boletim. Faço-o com gosto mas limitar-me-ei a chamar a atenção para três aspectos que me parecem de realçar.

O primeiro é sem dúvida o sinal de reanimação cultural que parece reacender-se nos nossos centros urbanos periféricos e que quase se havia perdido. As Velas, como aliás outras vilas açorianas, tem pergaminhos importantes de vida cultural própria e bastará recordar a obra do Dr. João Teixeira Soares de Sousa, que simboliza exemplarmente esse movimento. Ao publicar trabalhos de investigação de

história local, João Gabriel Ávila é o herdeiro desse movimento.

O segundo relaciona-se com a importância, para o conhecimento do passado, das monografias de história local. São elas que abrem caminho a futuras visões de conjunto indispensáveis à História dos Açores. Por isso são sempre bem vindas as monografias e os boletins dos Institutos Culturais são lugares privilegiados para a sua publicação.

O último dos aspectos que gostaria de realçar relaciona-se com o trabalho em causa. Não quero antecipar-me ao juízo dos leitores mas não posso deixar de registar a óptima impressão que ele me causou. Com alma e segurança de quem conhece bem a documentação João Gabriel Ávila descreve afinal a história da Vila das Velas, na ilha de São Jorge, tomando como pretexto o traçado urbano das suas ruas. A leitura deste trabalho não pode deixar de sugerir um outro, que há muitos anos o Dr. Henrique Brás publicou também neste boletim e que intitulou *Ruas da Cidade* tendo alcançado justa notoriedade.

A ilha de São Jorge pelo esforço dos seus intelectuais e por ter sabido guardar a sua documentação é hoje, felizmente, das ilhas açorianas que melhor se conhece a história. Oxalá se continue a investigar nos seus belos arquivos e que o meu amigo João Gabriel Ávila continue a publicar monografias de assuntos jorgenses.

José Guilherme Reis Leite

A VILA DAS VELAS NA HISTÓRIA DAS SUAS RUAS

I - INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, por acanhamento, não publiquei apontamentos que tenho guardado. Alguns, em número restrito, foram aparecendo dispersos nas publicações em que tenho colaborado. Mas pouco foi.

O ano passado escrevi a monografia sobre «O PAÇO MUNICIPAL DAS VELAS», que o benemérito Instituto Histórico da Ilha Terceira acolheu, para inserir no seu Boletim de 1985.

Amigos que sabem ter mais, insistem que os ordene, e publique alguns. São mais de trinta anos de buscas nos Arquivos desta Vila das Velas que, por pendor natural, temos feito. Ao longo do tempo fomos anotando o que de interesse encontrámos, com a ideia de acrescentamento ao que outros já publicaram sobre esta Vila e Ilha de São Jorge.

Daí uma certa soma de elementos que talvez nos vão permitir dizer como, ao longo dos séculos, se foi processando o desenvolvimento topográfico desta Vila.

E nestas «investidas pelo passado», como de nós alguém disse (1) pudemos recolher dados que vão alicerçar o presente esboço.

Chamo-lhe esboço porquanto, se é certo que, por elementos escritos alguma coisa apurámos, certo é que, na sua falta, nos socorremos da tradição oral, mantida na memória dos mais velhos que ainda conhecemos e destas coisas sabiam por doutros terem ouvido. Essas informações que também anotámos, aqui as deixamos para que de todo se não percam.

É o esforço de as retirar da «gaveta». Ai vão, e que isto sirva de apresentação deste trabalho.

As plantas topográficas da Vila das Velas que vão juntas a seguir ao relato de cada centúria, designo-as também de esboços: concretamente as quatro primeiras, que dos séculos XIX e XX temos levantamentos rigorosos: 1850, 1880, 1930 e recentes.

Quando aparecerem novos e mais seguros elementos, se rectificará este trabalho. Assim o considero provisório. Dai chamar-lhe esboço.

Uma circunstância especial, nos permitiu testemunhar, que os actuais alinhamentos principais e ainda existentes, correspondem ao seu primitivo traçado. Foi a consequência de que, nos anos de 1956 a 1967, se procedeu nesta Vila à abertura do pavimento da quasi totalidade das suas ruas, com vista ao assentamento da rede de esgotos de águas pluviais e pavimentação nova. Nesses trabalhos que

(1) J. Cunha da Silveira - *Achegas p^a o Inventário Artístico dos Açores - Angra, 1960.*

seguimos de perto e cujas escavações atingiram a profundidade média de 2,5 metros, nada encontrámos que indicasse alteração notável de alinhamentos. Somente de nivelamentos.

Apesar dos acontecimentos calamitosos - enchentes, inundações, terramotos - que ao longo do tempo atingiram a Vila das Velas e que oportunamente referiremos, os mesmos não alteraram a sua disposição topográfica. Passadas essas desgraças e feitas as operações de limpeza, cheias as covas e os «fajoucos», tudo ficou na traça inicial.

Aliás os arruamentos seguiram os declives naturais. A forma do relevo impôs os alinhamentos.

E talvez não venha a despropósito, antes do que vai seguir-se, transcrever o que o erudito jorgense - Dr. João Teixeira Soares de Sousa - escreveu sobre o início do povoamento: «Que as Velas foi a primeira Vila da Ilha, povoada primeiro que o Topo. O Topo foi o primeiro (lugar) onde aportaram os descobridores, o nome o indica. O primeiro lugar povoado, não. Como não foi Guilherme da Silveira (van der Haagen) o primeiro povoador de São Jorge. Saindo Silveira do Faial para o Topo, o lugar mais remoto da Ilha, havendo nesta parte da Calheta para oeste terrenos tão bons ou melhores do que os do Topo, foi por certo por estes e os do oeste estarem com outros povoadores. O que porém nos tira toda a dúvida de que as Velas foi primeiro povoado do que o Topo, e que não foi Guilherme da Silveira o primeiro povoador da Ilha é que, tendo aportado ao Faial vindo da Alemanha (sic) em 1470, é o testamento do Infante Dom Henrique, datado de 1460, em que declara ter mandado estabelecer a Igreja de São Jorge, na Ilha de São Jorge. E é

esta na Vila das Velas, única que existe e tem existido na Ilha daquela designação» (2).

E ainda... «É facto geral, e sem uma única excepção a ignorância dos títulos diplomáticos da criação das Vilas, primitivas alçadas em sedes de capitania. Tais são: ... Em São Jorge, as Velas, ...; A colonização assentou essencialmente na roteação dos campos, dados livremente e apenas sujeitos ao dízimo eclesiástico. O Capitão Donatário ou o seu lugar-tenente, o Almojarife da Real Fazenda e seu escrivão, constituíam um triunvirato que concedia a dada das terras aos colonos capazes do seu roteamento e cultura» (3).

Assim, assente a sua antiguidade em relação aos outros povoadores da Ilha, surge a razão do nome - VELAS.

Para isso voltamo-nos a socorrer do Dr. João Teixeira:

«VILA DAS VELAS - ORIGEM DESTA DENOMINAÇÃO. DIVERSAS ACEPÇÕES DA PALAVRA -

- 1ª - Vela, de embarcação, e no plural de embarcações.
- 2ª - Vela, de cêbo ou de cêra.
- 3ª - Vela, vigia.
- 4ª - Vela, nome de povoação em Portugal.
- 5ª - Velas, de belas ou Belas?
- 6ª - Vellas, velhas.

(2) *Insulano*, n.º 169, de 17-1897.

(3) *O Respirador* n.º 14, de 20-1-1889 (fragmento inédito do Dr. João Teixeira Soares de Sousa).

1ª

A bondade do porto, as madeiras próprias, as necessidades comerciais deram em antigos tempos um grande desenvolvimento à arquitectura naval desta Vila. Ainda hoje o porto das caravelas atesta o seu fim: estaleiro e varadouro destas embarcações. Do grande número de caravelas ou velas quizeram alguns que viesse o nome à Vila. Di-lo Monte Alverne.

2ª

Nada sabemos sobre qualquer relação entre o nome da Vila e esta segunda significação da palavra.

3ª

Velas, diz o dicionário portátil de Viterbo, eram «os lavradores e camponeses», que deviam meter guarda e vigiar os castelos dos respectivos territórios em tempo de guerra. Ainda hoje vela significa sentinela, que guarda ou vigia. Observaremos, porém, que nos documentos camarários relativos a *vigia e guarda da terra*, a começar de 1570, nunca uma só vez achamos empregado aquele termo, com esta significação, o que bem deveria suceder, principalmente se dela houvera tomado o nome a Vila. Na Ilha de São Miguel, o *Pico da Vigia*, exprime a mesma negação do uso da palavra vela neste sentido.

4ª

Vela, nome de povoação em Portugal. Ignoramos se há ou houve povoação com este nome, no plural; no singular,

sim. O Bispo de Vizeu, Lobo, no Diário de viagem da fuga que fez do Bispado em Abril de 1834, diz: «sai de Curujeira, e depois de subir e descer altas serranias, cheguei na planície a uma povoação por nome Vela, cousa de duas léguas da Guarda, e uma de Curujeira», Obras, tomo 3^o, pág. 456.

5^a

A um antigo natural das Velas, o Capitão Jacinto Soares de Albergaria, ouvimos, em nossa mocidade, que Velas se derivava de belas, com referência à formosura de suas mulheres. Parece-nos sério devaneio de vaidade pátria sua ou de quem lho transmitiu. Se derivava de tal qualificação, ou mesmo do lugar de Belas, próximo a Lisboa, como explicar a mudança do B em V?

6^a

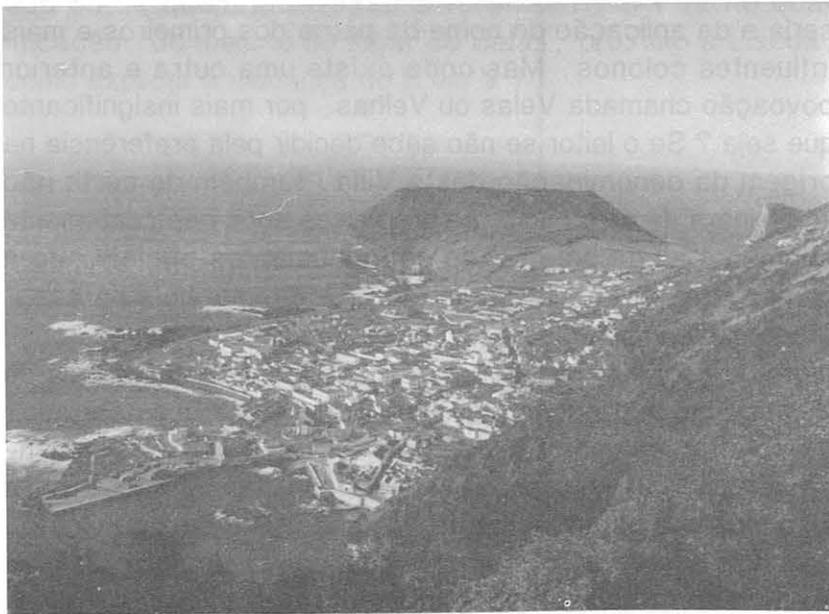
Vellas por Velhas, como antigamente se dizia, segundo o citado Dicionário portátil de Viterbo. Mas significando o quê? Mulheres velhas? Todavia, força é confessá-lo é esta a expressão mais plausível. Em todos os documentos do século 16^o e dos posteriores, até à actualidade, o leitor há-de encontrar inalteravelmente escrita Vellas e nunca Velas. Fr. Luís de Sousa, Annaes, escreve sempre Vellas. A mais antiga menção que se encontra desta povoação é no mapa de Valentim Fernandes, que acompanha a sua descrição destas ilhas, feito tudo em 1507. Ai se vê claramente escrito – as Velhas. Ainda em conclusão algumas considerações. Esta Ilha, já reconhecida em 1438, só se encontra pela primeira vez nomeada em 1460 no testamento do Infante Dom Henrique, que nele diz fizera erigir

nela a Igreja de São Jorge. A denominação de Velas, não vem de certo da tipográfica ou circunstância da primeira acepção da palavra. É a mais antiga povoação e Vila da Ilha, erecta no começo do reinado de Dom Manuel, se de facto não foi antes constituída em Municipio. Por mais aca-nhada que começasse a colonização deverá ser um acto inicial dela se não provio a ela. Esperar que a colonização se desenvolvesse para ter vigias ou velas contra os corsários barbarescos e um comércio que demandasse a construção e aumento de velas ou embarcações, para de qualquer dessas circunstâncias tomar denominação é explicação absurda. Mas também denominar das Velhas uma nova colónia, para onde naturalmente só deveriam emigrar pessoas novas, não é facto muito plausível. A explicação mais própria e natural seria a da aplicação do nome da pátria dos primeiros e mais influentes colonos. Mas onde existe uma outra e anterior povoação chamada Velas ou Velhas, por mais insignificante que seja? Se o leitor se não sabe decidir pela preferência na origem da denominação desta Villa, também de certo não incriminará de erro o uso até há poucos anos constantemente seguido e ainda hoje usado em documentos oficiais, de a nomear Vila das Vellas; nem tão pouco o que hoje parece ir predominando de Vila das Velas. O abandono do uso constante de escrever Vellas para substituir esta palavra pela de Velas, sem explicação plausível, não nos parece acertado. Aproveitamos ainda a ocasião, já que falámos na antiguidade e origens prováveis da sua denominação para dizermos que as armas desta Vila são: Uma cruz de Cristo, com dois açores ao pé, um de cada lado, voltados para ela, e em volta circular a legenda Câmara da Villa das Vellas» (4).

(4) «O Velense», n.º 133, de 21-6-1885.

E continuamos no desconhecimento da origem certa da sua denominação . . .

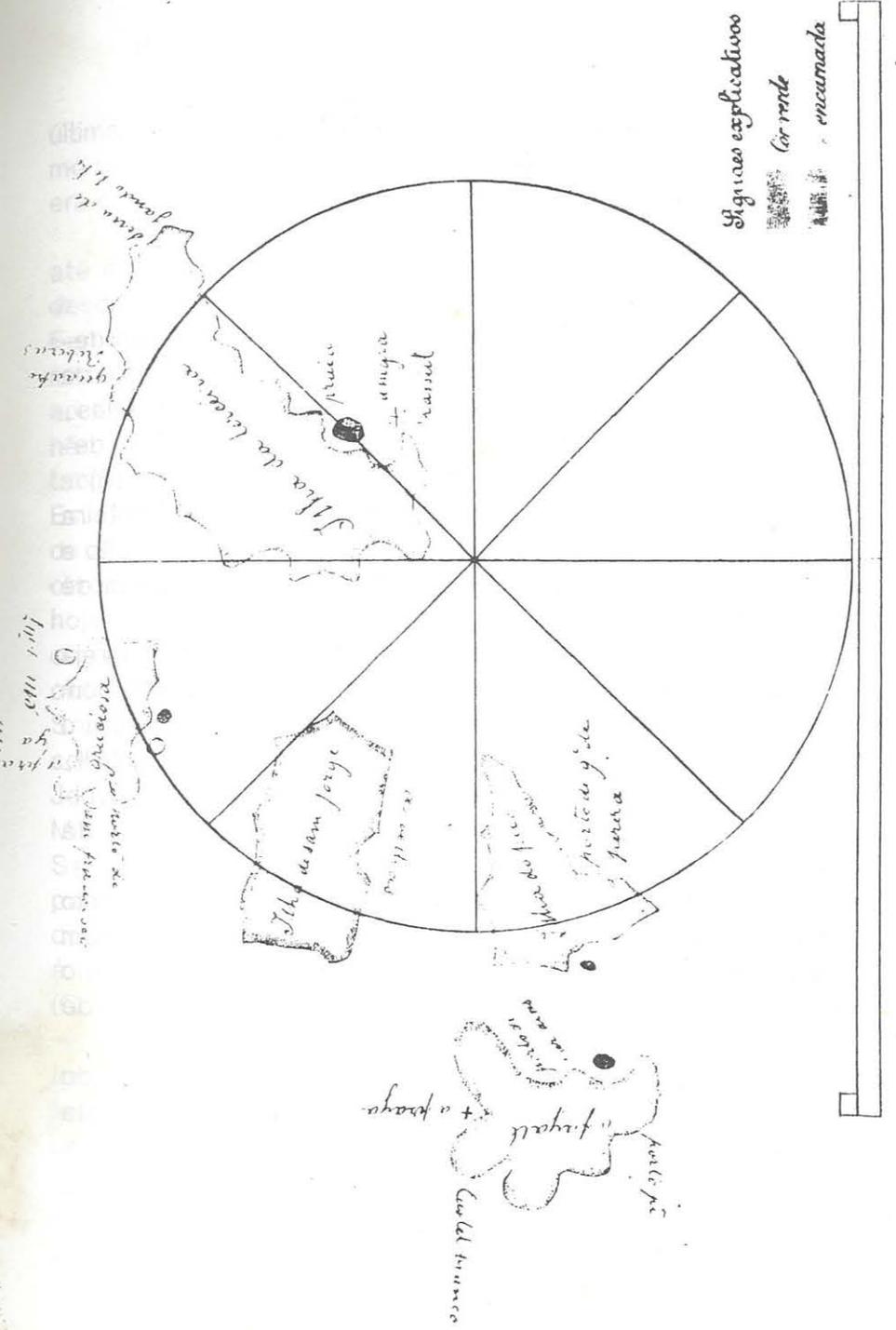
Como seriam os primeiros arruamentos ? Simples extremas demarcando as «dadas» de terreno que a cada povoador competia, feitas de pedra solta ou simples e toscos marcos, balizando-as ? As nossas velhas «canadas», serão talvez, ainda no tempo presente, exemplo semelhante ? – E as primeiras casas ? «Simples abrigos de ramagens como cobertura» (5), teriam sido, para todos, ou quási todos, nos primeiros momentos, a sua habitação.



Vila das Velas - vista geral

(5) «Ilha de S. Jorge», de J. D. Sousa, pág. 17.

F. H. SMILE, em mapas de V. ALBERTI e FER. V. AZEVEDO



II - DESENVOLVIMENTO TOPOGRÁFICO ATRAVÉS DOS SÉCULOS

01 - Século XV

Diz a tradição terem os primeiros povoadores desembarcado no recanto da baía que fica no extremo leste da rua do Poço e, com base na mesma, a Câmara das Velas, por ocasião das Comemorações Henriquinas de 1960, deliberou dar àquela rua o nome de «Infante Dom Henrique» (6).

«A primeira povoação assentava na parte fronteira ao mar, desde a areia do poço à Senhora da Conceição e estendendo-se para dentro até Roque Afonso ou rua de Santo André» (7).

Por outro lado é certo que em 1460 já existia a Igreja de São Jorge - Matriz - como do testamento do Infante Dom Henrique, de 13 de Outubro daquele ano (8). - E embora o actual edifício, na sua parte interior, seja do século XVII, veio substituir o primitivo naquele local. Daí que a rua envolvente pelo nascente e norte ainda se denomine rua da Matriz.

A zona de desembarque e o conseqüente arruamento que dali partiu, na base da tradição antes apontada, foram os primeiros sítios de fixação dos colonos. Dali e seguindo o pendor natural do terreno e também por necessidade de defesa, estendeu-se para noroeste contra a ladeira.

Aparecem-nos, assim, no seguimento da rua do Poço, a rua da Pela, Roque Afonso e Degraus (parte). Esta

(6) *Arq. Mun. Velas - Actas - 9-8-960.*

(7) *Ilha de S. Jorge, C. J. S. Avelar - pág. 237.*

(8) *Arq. Açores, Vol. I, pág. 330.*

última, que no século XVIII viria a receber beneficiações como veremos, pela sua inclinação e também devido ao piso, era conhecida por rua da Amargura.

Da rua que passava a nascente e norte da Matriz e até à rua do Poço, ia-se pela rua da Capela, pois ali e desde os primeiros tempos, das Velas, existiu a Capela do Espírito Santo até final do século XVII, nome que ainda mantém. Esta Capela, que ocupava parte do actual Passal, ao contrário do que dá a entender J. C. da Silveira Avelar, não se situava nos locais onde, no século seguinte, foi estabelecida a Misericórdia, mas sim onde antes dissemos. Esta asserção baseia-se no testemunho que colhemos junto de Artur Pereira Soares e Manuel Silveira Salsa, mestres de obras hoje falecidos, que procederam a obras na casa que é hoje o Passal das Velas, por volta de 1910, tendo encontrado restos das fundações e paredes da dita capela, incluindo uma pia para água benta, soterradas naquele local. Só no século seguinte, mais propriamente em 1570, se construiu a Igreja da Misericórdia, nos terrenos doados por João de Varella, um dos fundadores da Santa Casa da Misericórdia das Velas (9). - Aliás foi na Capela do Espírito Santo e não na Igreja da Misericórdia que em 1696 se paramentou Dom António Vieira Leitão, Bispo da Diocese, donde em acto processional foi proceder à benção e presidir à inauguração do Convento de Nossa Senhora do Rosário (Convento das Freiras da Vila) (10).

Voltando à Matriz ia-se para poente até à Ermida ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição e ao forte, que o mar levou, na enchente de 18 de Fevereiro de 1606, seguindo um primeiro troço chamado rua das Procissões (hoje rua de

(9) *Arq. Mis. Velas (Registo de alvarás).*

(10) «O Jorgense», n.º 2 e seguintes - 1871.

São José) e da Ribeira (grotta) para diante pela rua do Sarmiento (António Garcia Sarmiento, juiz ordinário). Mais, neste caminho e quasi fronteiro ao forte, mas do lado da terra, ficavam as alcaçarias.

Dois outros arruamentos vinham dar à Matriz: a rua Direita e a rua do Oiteiro. Da rua das Procissões e em direcção ao norte ficava a rua onde «correm os cavalos» (hoje Guilherme da Silveira), que desembocava na rua de Galas Lopes (hoje de S. Francisco e Cunha da Silveira). Esta cruzava-se no seu extremo nordeste com a rua do Oiteiro e pela travessa do Penedo (hoje de S. Francisco) ligava à rua Direita. Dali seguindo para nordeste ia ter-se ao Canto, passando-se antes pela Casa do Concelho.

Do Canto ia-se aos terrenos planos de oeste até Entre-Morros. Também a partir do Canto e adossado à encosta seguia o trilho que demandava as terras para o lado de Rosais. A ligação para o lado norte da Ilha fazia-se seguindo os Degraus por Entre Picos, hoje ainda existente, até ao vale das Levadas. Dai cortava-se pela canada das Eiras para norte e para leste pela trilha chamada do sul.

Da Matriz contra o mar eram os areais onde varavam as naus e caravelas e onde estas também se construam. O varadouro actual é atravessado pela rua que ainda mantém o nome de rua das Caravelas.

Não existiam muralhas de defesa. Apenas o forte junto à Conceição. A Nordeste da povoação, na base da encosta, tinham os primeiros habitantes aberto o «valado» para desvio das águas que desciam das ladeiras.

Não existiam registos toponimicos nestas épocas recuadas. As designações das ruas ou servidões, que naquele tempo mais seriam isto do que ruas, eram as da sua melhor conhecida: uma característica local, as actividades na mesma praticadas, o nome de pessoa notável. A primeira

deliberação camarária que existe no arquivo municipal das Velas é de 1878 (11).

Curioso registar que, ainda hoje, passados cinco séculos, se matém no uso popular muitas dessas antigas designações, apesar do que, por resoluções oficiais, foi determinado em contrário. É a força do uso.

Pelo que apurámos, neste período, as construções de carácter permente seriam: Igreja de São Jorge (Matriz), Capela do Espirito Santo, Ermida de São Lázaro, Ermida ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o forte, as alcaçarias e a casa do Concelho, esta desde 1496 (?).

E nada mais alcançamos.

O aspecto topográfico da Vila das Velas, no final do Século XV, seria, talvez, o do esboço que se segue.

(11) Arq. Mun. Velas - Actas - 23-3-1878.

02 - Século XVI

Com melhores condições de fixação foi aumentando o número de habitantes e daí o desenvolvimento do burgo inicial. As casas aumentam em número, já de construção definitiva, bem como se beneficiam as anteriormente construídas. Nos arruamentos liga-se a rua do Oiteiro ao Canto.

Dada a riqueza nascente, a excelência do seu porto natural, bem como o aumento da população, surgem as primeiras obras de defesa.

Constrói-se uma estância sobre o porto na ponta de Santa Cruz e uma trincheira sobre o mar de Bairros (12). Estas obras militares, com o forte já existente à Conceição, constituíram a primeira iniciativa de defesa da localidade. A estância eram um reduto dispendo de alguma artilharia.

O cais também foi construído no início deste século e em 1586 é autorizado o seu concerto à custa da imposição dos 2,5% (13).

Mas voltando à fortificação esta passa a ser objecto de atenção por parte do poder real. A carta de Dom Sebastião de 4 de Junho de 1572, cria o imposto de 2% para aquele fim e logo depois, pela carta do mesmo monarca de 4 de Julho seguinte é mandado para esta Vila o mestre Luis Gonçalves para dirigir aquelas obras. No entanto, talvez por que as obras não se iniciavam ou seguiam com lentidão, a Câmara das Velas mandou ao Reino Manuel Teixeira, Tabelião nesta Vila, com instâncias para o desenvolvimento das obras (14).

(12) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar - pág. 35.*

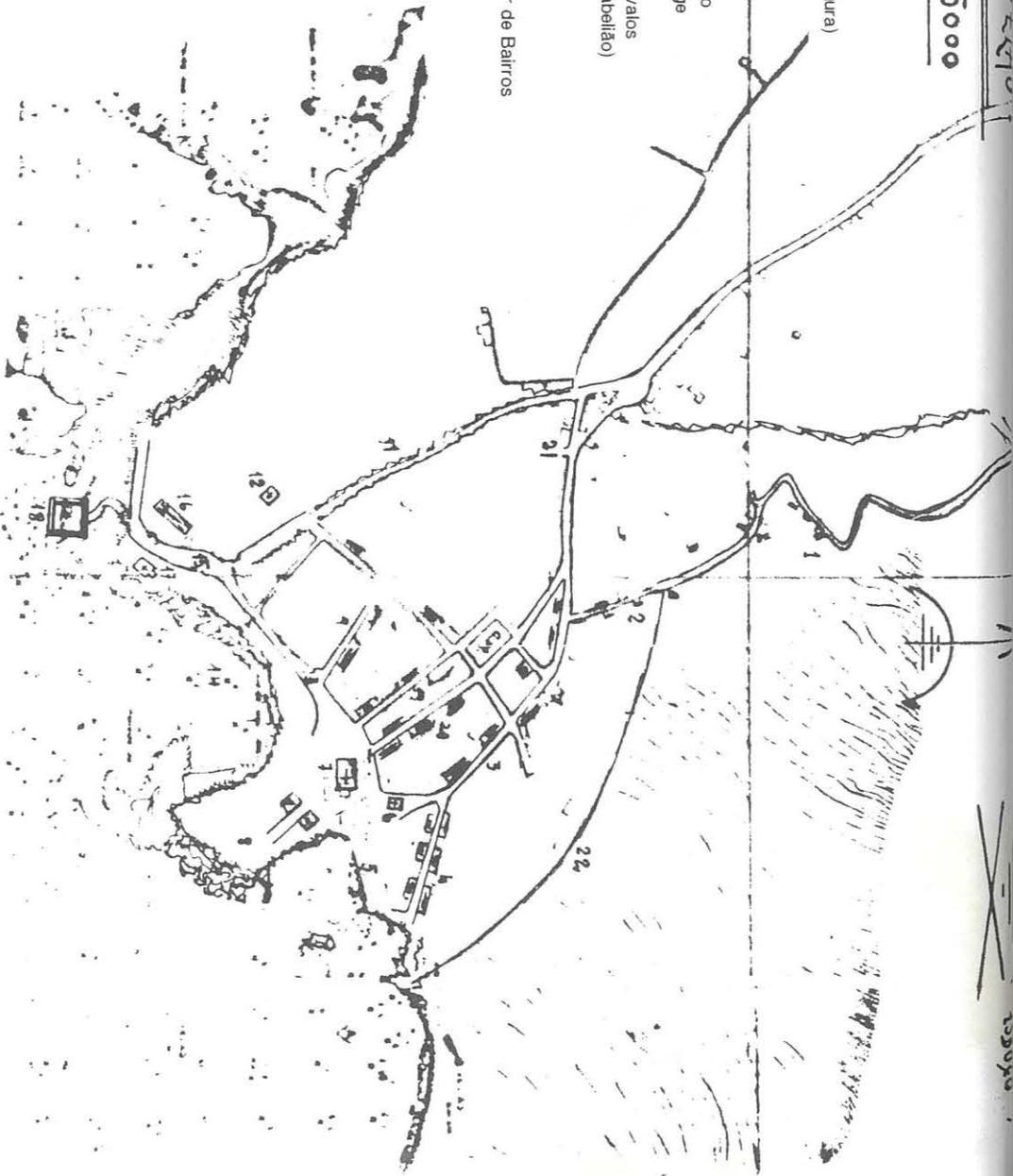
(13) *Arq. Mun. Velas - Registo Diplomas Régios.*

(14) *Arq. Mun. Velas - L^a da Fortificação.*

ESCALA 1:5000

LEGENDA:

- 1 - Degraus (Rua da Amargura)
- 2 - Roque Atonso
- 3 - Rua da Pala
- 4 - Rua do Poço
- 5 - Areia do Poço
- 6 - Capela do Espírito Santo
- 7 - Igreja Matriz de S. Jorge
- 8 - Ponta de Santa Cruz
- 9 - Rua onde correm os cavalos
- 10 - Rua de Galas Lopes (Tabelião)
- 11 - Ribeira (grotta)
- 12 - Ermida de São Lazaro
- 13 - Rua das Procições
- 14 - Areia do Pochinho ou mar de Bairros
- 15 - Rua do Sarmento
- 16 - Alcaçarias
- 17 - Ermida da Conceição
- 18 - Forte
- 19 - Rua do Oiteiro
- 20 - Rua Direita
- 21 - Canto
- 22 - Valado



Embora se aceite como provável a criação do Concelho em 1500, é certa a afirmação colhida na vereação de 5 de Janeiro de 1591, estar o «escalvado há mais de cem anos na posse do concelho». A ser certa esta asserção e o que consta da tradição, o primitivo edificio municipal teria sido construído no último quartel do século anterior. Seria de reduzida área e como habitualmente, nessa época, comportaria a sala das vereações, a cadeia e o celeiro; certo porém é estar carecido de reparos em 1588, conforme a petição da Câmara que mereceu resposta de Filipe I de Portugal (15).

Constroem-se duas novas Ermidas: Santo Antão, ao Canto (lugar que tomou depois o nome de Canto de St^o Antão) e a da Piedade ao cimo da Vila, junto ao Pico dos Loiros. Esta última foi um verdadeiro centro do culto Mariano, atraindo romeiros das outras Ilhas. Foi destruída pela crise sísmica de 1964. Presentemente está em construção.

Também junto à Ermida de S. Lázaro, cuja construção remontava à parte final do anterior século, foi construído o lazareto, cuja manutenção naquele sitio, vai permanecer por quási cem anos (16).

Em 15 de Abril de 1543 funda-se a Santa Casa da Misericórdia, cujo auto é o seguinte:

«Auto do Livro da Santa Confraria da Santa Misericórdia, Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo 1543 anos aos 15 dias do mês de Abri do dito ano, nesta Vila das Velas na Casa do Espirito Santo dela se ajuntaram muita parte dos moradores da dita Vila e seu termo e ordenaram a Confraria da Santa Misericórdia porque o até aqui não foi ainda feito por ordenança de irmãos, sem mordomos

(15) Arq. Mun. Velas - L^a Reg. Dip. Régios.

(16) Ilha S. Jorge, de J. C. S. Avelar, pág. 205.

apontados para a dita Confraria só se haviam feito mordomos até ao dia de Santa Isabel, João Alves e João Dias, tecelão genro de Rui Vaz e arrecadadores até o dito tempo e logo por todos os que aí se achavam, presentes todos os que aí se achavam (sic) que foram trinta homens a maior parte deles todos da governança da dita Vila foi acordado que os irmãos fossem cinquenta e os mordomos fossem dois e que servissem um ano a saber, serviriam do dia da visitação de Santa Isabel a outro tal dia do outro ano e os recadadores que fossem vinte e quatro para cada ano a saber para recadadores como mordomos e que com estes cinquenta irmãos, assinarão este termo todos e serão obrigados tanto que ouvirem tanger a campainha da Santa Casa acudir à dita Casa para quando morrer algum defunto para se vestirem nas véstias da Santa Misericórdia para irem acompanhar os defuntos e para ajudarem tudo o que puderem em esta Santa Confraria e assim serão obrigados todos estes cinquenta irmãos quando algum irmão falecer o irem acompanhar dos que na terra estiverem ao seu enterramento e dizerem-lhe por alma cinquenta Padre-Nossos e cinquenta Avé-Marias por sua alma e rogaram a mim João de Varela que fizesse este auto como irmão que sou e escrivão da Casa e que agora logo elegeriam este verão aquele que lhes bem parecesse. João de Varela, o escrevi» (17).

Funcionou na Casa ou Capela do Espirito Santo, na Rua da Capela, que já referimos no século precedente, até 1570.

Naquele ano, João de Varela, um dos fundadores, por alvará de Setembro do dito ano obtém licença para fundar a Capela de Santa Catarina, na recém criada Igreja da Misericórdia, em terreno doado pelo próprio João de Varela,

(17) Arq. Açores, Vol. III, pág. 121.

cuja moradia se situava naquela vizinhança. É a partir de então que a rua toma o nome de rua da Misericórdia (hoje Teófilo Braga). Nunca se chamou rua do Espírito Santo. Antes de ali existir a Misericórdia e a sua Igreja, denominava-se rua da Pela (18).

A vista mais antiga que alcançamos desta Vila, é a que consta do Atlas do cosmógrafo Luis Teixeira, de 1587. Vê-se claramente na estampa a figuração do Morro a ponte e da ponta da Queimada a nascente. Entre estas duas figurações aparecem-nos três torres encimadas por cruces (Matriz, Conceição e Espírito Santo?). Na legenda «Vila de São Jorge ou das Velas» e «O porto». Em toda a carta não volta a ler-se a legenda «o porto» (19).

Na impossibilidade de obter fotografia daquela parte da carta ou fotocópia, se reproduz abaixo um esboço aproximado do referido desenho ali estampado:



(18) D. Beatriz de Mello (monografia), do autor, 1^o prêmio dos Jogos Florais da C.M. Velas/1982, ainda n/impressa.

(19) Bib. Púb. A. Heróismo - Reservados - Vol. 3^o - Est. 358.

Em 1588 deu-se um acontecimento calamitoso. A enchente produzida pelas águas pluviais caídas no vale das Levadas e trazidas às Velas por Entre os Picos e descendo pela grotta e ladeiras da encosta.

No «O Jorgense», nº 28, de 1 de Dezembro de 1872 e devido à pena do Dr. João Teixeira, encontramos a seguinte referência (20).

«ENCHENTE NESTA VILA, 1588...» A enchente de 1588 foi produzida por águas pluviais. Sujeito contemporâneo do sucesso, e que teve a curiosidade de em uma revista histórico-moral, em verso, consignar os factos principais em seu tempo ocorridos na Ilha, da qual apenas nos restam pequenos fragmentos, faz dele menção, mas até esta nos chegou incompleta por extirpação de folhas no manuscrito que a continha. Eis o que a tal nos diz a parte escapa do referido manuscrito: - «Também no ano de mil quinhentos e oitenta e oito, aos oito dias do mês de Novembro, houve uma tal enchente de águas que levou muita gente ao mar e alagou muitas casas, como melhor diz o autor no seguinte romance:

*A maldade vai astuta,
Os vícios vão redobrando
Mui perdida, dissoluta
Há aqui gente corrupta
O Mundo vai acabando.*

*Eu nisto considerando
Perdi o sono sobejo,*

(20) Arq. Mun. Velas - Coleção Jornais.

*Muitas vezes maginando,
De continuo suspirando,
os muitos males que vejo.*

*Vejo muitas querelas dadas,
Indevidas, sem razão;
Vejo demandas dobradas,
Que foram bem escusadas,
Que é mais nossa perdição.*

*Em oitenta e oito de era,
Mil e quinhentos passados,
Foi tempo que não devera,
Foi tal dilúvio na terra
Que andam os homens pasmados.*

*Aos oito dias andados
de Novembro se dizia,
Houve casos desastrados
Correram grotas, valados,
Cada um qual mais podia.*

*Correram tais enchurradas
De águas mui abundantes,
Muitas casas derribadas,
As mais delas alagadas
de todo até aos tirantes.*

*Na Igreja principal
Entrou tão grande lodeiro,
.....
.....
.....*

Apesar da gravidade desta ocorrência, o certo é não termos encontrado qualquer referência que nos dissesse ter havido alteração na topografia da Vila. Fizeram-se os reparos precisos, para o que se chamaram fachinas por pregão, a mandado da Câmara.

E, como no capítulo antecedente, juntamos o esboço topográfico referente a esta centúria.



03 - Século XVII

Pelo conjunto de obras realizadas neste século, ficou no aspecto topográfico definitivamente marcada a composição dos arruamentos e principais construções.

Logo no seu início, precisamente a 18 de Fevereiro de 1606, quebrou-se a levada que desviava as águas do cimo da Vila, no lugar da Piedade, resultando daí uma enchente que graves e grandes prejuízos causou aos arruamentos das Velas. A rua das Procissões que ia da Matriz para N. S. da Conceição, ficou intransitável, bem como a rua do Sarmento. Duma maneira geral todas sofreram danos apreciáveis.

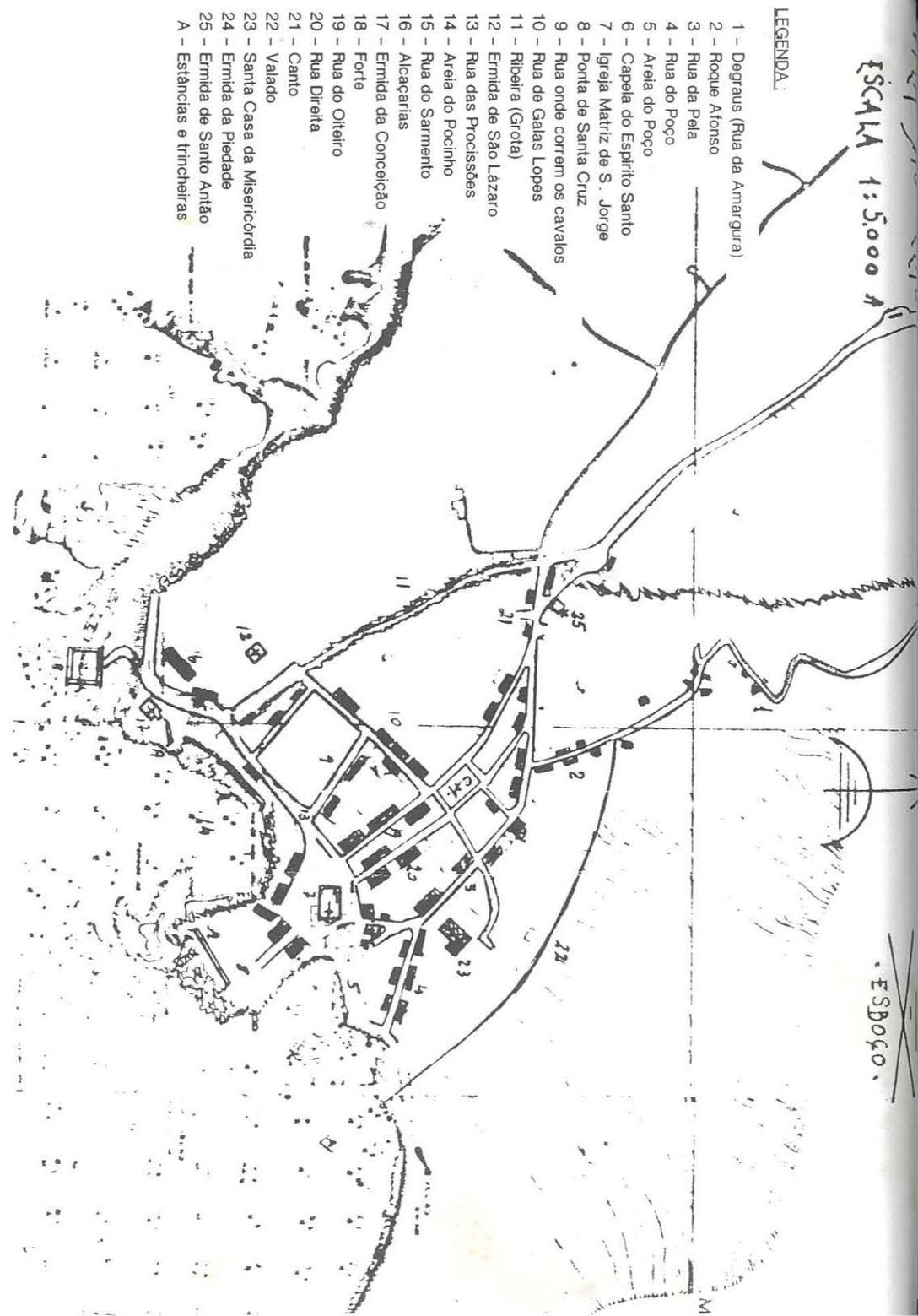
A Câmara tomou providências imediatas reparando os estragos havidos nas ruas. O forte que existiu próximo da Igreja da Conceição, foi levado pelo mar (21).

Aliás, neste século, outra inundaçãõ, mas esta causada pelo mar, ocasionou maiores prejuízos. Foi em 21 de Dezembro de 1641, e vamos transcrever a noticia que sobre a mesma alcançamos:

«Quanto à enchente de 1641 foi ela de outra origem, por que veio do mar. Eis o que diz a seu respeito o autor já mencionado como da nota de roda-pé (19):

«Os Frades de São Francisco entraram nesta Vila no ano de 1608 e fundaram o Convento em uma Ermida de Nossa Senhora da Conceição, que estava onde hoje se vê a fortaleza da mesma Senhora. Entraram em 24 de Abril do ano acima dito e estiveram na sua nova fundação té (sic) o ano de 1641 em que aos 21 dias do mês de Dezembro, dia do Apóstolo São Tomé, ao meio dia, se levantaram três ma-

(21) Arq. Mun. Velas - Vereações 1607.



res tão fortes, que derribaram o Convento, ficando só a Igreja. Acudiu muita gente e dos mares ficaram 40 pessoas feridas. Recolheram-se os Religiosos à Misericórdia e mudaram o Convento para onde hoje se vê» (22).

Sobre esta ocorrência, Frei Agostinho de Montalverne, na sua «Crónica da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores», relata esta enchente e refere 60 feridos, «mas nenhum morreu».

No período de 1611 a 1637, sendo Capitão-Mór António Garcia Sarmento, tomam grande incremento as obras de defesa da Vila.

A 14 de Maio de 1618 o Capitão Marcos Fernandes de Teive, é mandado para o efeito, da Terceira. Traça as muralhas de Santa Cruz e do Porto até à Senhora da Conceição, bem como a Casa da Vigia de Entre-Morros. A fortaleza de Santa Cruz estava concluída desde 1606 (23).

A mudança dos Franciscanos para o local definitivo efectuou-se entre 1642 e 1643, como desenvolveremos oportunamente em outra parte deste trabalho.

A primitiva Igreja Matriz, erecta por disposição testamentária do Infante Dom Henrique, achava-se carecida de grande beneficiação. A Câmara em 1660 resolve, em vereação, lançar uma finta anual de 150 mil réis, a começar em 1661 (24). - Em 1664 é iniciada a obra de reconstrução da Matriz, sendo architecto da mesma Francisco Rodrigues (25). - É sagrada onze anos depois, em 15 de Fevereiro de 1675. Eis o auto:

(22) «O Jorgense», n.º 28, de 1-12-1872.

(23) *Ilha de S. Jorge*, de J.C.S. Avelar - pág. 36.

(24) *Idem* - pág. 35

(25) *Idem* - pág. 254.

«Em Fevereiro de mil seiscentos, setenta, e cinco, veyo da Ilha de S. Miguel, aonde estava de vizita o Altissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Lourenço de Castro, Bispo que hera destas Ilhas dos Açores, e Religioso, que foi da Ordem do Grande Patriarcha S. Domingos, e vindo, como dito he, para a Ilha Terceira, por serem os ventos contrários aportou em a villa da Calheta, desta Ilha de S. Jorge, e della a instância do Vigário desta Matriz, que no tal tempo hera o Pe. Baltazar Dias Teixeira, e do Pe. João Teixeira Fagundes e demais alguns dos R^{dos} Beneficiados, se resolveo o dito Senhor a vir para esta Vila das Vellas; e vendo a Igreja Matriz que de novo se acha reformada a fundamentis, obra, que o d^e Snr^e aplaudio, mandou que se perparassem e se pozesse brevemente capaz para se poder diser Missa e se celebrarem os Off^{os} Divinos; e logo todo o povo com a maior pte. da Nobreza per si e com zelo Cristiano perpararão a dita Igreja de modo q. ficou apta para receber a Benção Episcopal e em quinze dias do mez de Fevereiro do sobredito anno de 1675 solenemente benzeo o dito Senhor esta Igreja Matriz de S. Jorge. E para que conste em todo o tempo o dia da sua dedicação mandou o Revd^o Vigário da dita Matriz o Doutor João de Sousa Pacheco fazer esta mimória (sic) por mim José de Sz^a Soares, Cura da sobredito Matriz aos 15 dias do mês de Fevereiro do ano de 1707» (26).

Também neste período nos aparecem a construção do Recolhimento de São Gonçalo, que deu origem à travessa do mesmo nome (antes chamava-se do Penedo e actualmente de S. Francisco), que se situava no extremo nascente da Rua de São Francisco (hoje rua Cunha da Silveira) e a construção da Ermida de Nossa Senhora do Pilar, hoje desig-

(26) *Arq. Paroquial das Velas - Reservados.*

nada por Livramento, na falda nascente do Morro, de que noutro capítulo falaremos (27).

Relacionado com a topografia, temos em 1696 a compra do terreno para o Convento do Rosário pelo Padre Amaro Teixeira Fagundes, Beneficiado da Matriz desta Vila. Era este terreno pertença de Francisco de Mello, tio de Dona Beatriz de Mello. O terreno era delimitado pelas ruas onde correm os cavalos, que depois se chamou de rua das Freiras e hoje se denomina por rua Guilherme da Silveira, rua pública, que depois se chamou do Boi e hoje, alargada é a rua Gago Coutinho, rua que vai para a Conceição ou das Procissões e hoje constitui a rua de S. José e finalmente pela rua de Galas Lopes, hoje chamada de São Francisco. O terreno adquirido tinha a área de 3.445 metros quadrados (28).

A Casa da Alfândega é reconstruída e a rua que dava acesso ao cais passa a chamar-se rua do cais. A gruta na parte fronteira ao Convento de São Francisco, até ao mar, por ali se ter estabelecido um estaleiro para construção naval, dado que da rua do Poço até aquele sítio terem sido construídas as muralhas de defesa da Vila, e eram os locais usados para aquele feito, passou a chamar-se rua do estaleiro ou da galera (hoje do Corpo Santo). A rua da Pela (hoje Teófilo Braga e nascente do Jardim) passa a designar-se por rua da Misericórdia, no seu primeiro troço e de Santo André no segundo, por passar junto à Ermida daquele nome, construída em 1692 pelo Padre André Pereira de Lemos. A rua das Procissões passa a ser a rua de São José.

A Câmara em 25 de Novembro de 1697 adquire um relógio para servir o povo, que só mais tarde - 1737 - é co-

(27) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar - pág. 275/280.*

(28) *Idem - 265.*

locado na frontaria da Igreja Matriz, do lado do norte (29)

Em 24 de Junho de 1687, Dona Beatriz de Mello institui por seu testamento daquela data o Hospital de Santa Beatriz, junto da Santa Casa da Misericórdia. Desenvolveremos na altura própria.

E o mapa que se segue, melhor que toda a descrição nos apresenta o aspecto topográfico da Vila das Velas, neste período.

(29) *Arq. Mun. Velas - Vereações 1697*

04 - Século XVIII

Embora no século anterior a Vila das Velas tivesse tomado o seu aspecto definitivo quanto a arruamentos, é certo que neste século alguns sofreram ampliação. A rua nova (hoje Dr. João Teixeira), esboçada nos seus extremos no período precedente, fica completa no principio deste e bem assim a rua dos Degraus que passa a ligar do Canto de Santo Antão ao lacete da rua de Roque Afonso, o mesmo acontecendo à ligação entre as Cruzes (sítio das banquetas) à Piedade e caminho de Entre Picos. A grota recebe uma primeira beneficiação que a torna transitável, embora só mais tarde, isto é no terceiro quartel do século seguinte seja transformada em estrada (30).

As obras militares de defesa das Velas, em 1710, como do relatório do brigadeiro António do Couto de Castelo Branco, eram as seguintes: Forte de Santa Cruz, Forte da Conceição, Forte de N. Senhora do Pilar e S. José, reduto de São José sobre o porto (granja) e dois baluartes às Banquetas (31). Esta visita de inspecção resultou em consequência do ataque desencadeado contra esta Vila em 18 e 19 de Setembro de 1708, pela armada de Duguay Trouin, a que nos referiremos na devida altura. Resultou a construção de mais um reduto denominado o Castelhinho ou forte da Eira, sítio anteriormente não fortificado e por onde as forças francesas desembarcaram (32).

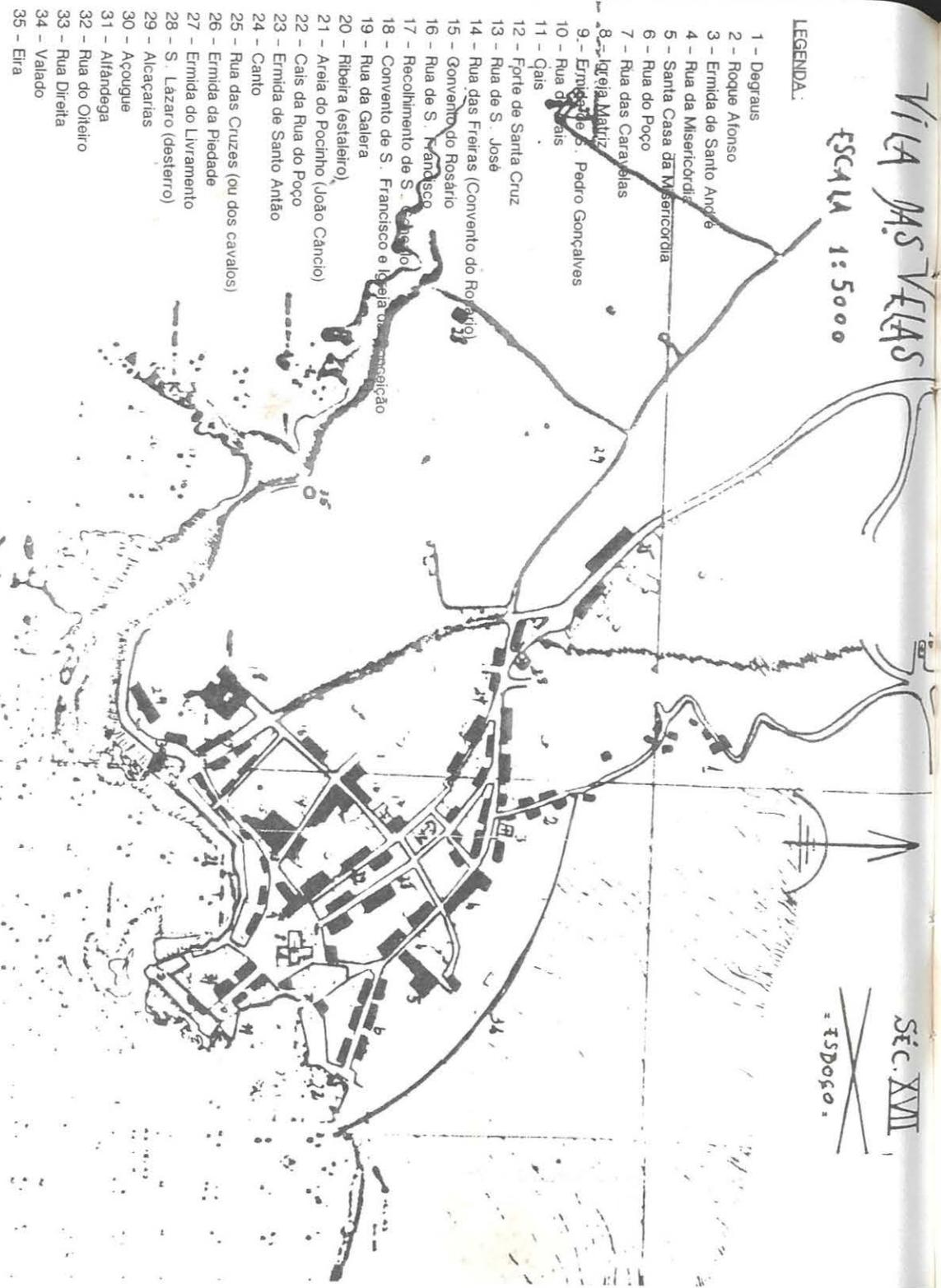
Como valorização do meio avultam neste século a construção da Ermida de São João e Ermida das Almas (33).

(30) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar, pág. 268.*

(31) «*O Jorgense*», nº 26, de 1-11-1872.

(32) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar, pág. 248.*

(33) *Idem, pág. 278.*



a construção do novo Paço Municipal e a do Hospital, que serão objecto de pormenor em outra parte deste trabalho.

Além da invasão já acima referida e que trouxe prejuízo à população, outras calamidades naturais afligiram os habitantes, sem contudo alterarem a sua topografia.

Citamos a inundaçãõ de 1713, transcrevendo o seguinte: «Em 10 de Novembro do dito ano (1713) houve tal cheia de água da Urzelina para esta parte de Rosais que se fizeram muitas grotas nos caminhos, em tal forma que com grande trabalho se reedificaram; nesta Vila veio tal enchente pela grota que levou 27 casas, ficando tudo raso de areias, em tal forma que levou o cerrado do Sargento-mór (denominado hoje Pombalinho) até chegar à casa, e outro defronte areou até à eira, e entrou no mar a areia de sorte que por cima do muro se passa, e mais de dez braças fugiu o mar em direito da grota; a ribeira do Almeida veio tão furiosa que ao pé do espigão fez uma ponta de pedras tão grossas e em tanta quantidade com sua praia, que livremente se pode caminhar para a Queimada; e as levadas quebraram e fizeram tais ribeiras a esta Vila, que as casas da rua da Amargura (Degraus) estiveram em muito perigo e a rua ficou tão lavada que mais parece rocha que rua» (34).

Também da mesma natureza – águas pluviais – foi a enchente de 6 de Dezembro de 1732. Ficou registada nas vereações da Câmara desta Vila e ali se aponta que «foi tamanha a inundaçãõ das águas vindas da ladeira dos picos sobranceiros à Vila, inundando e arrazando parte da mesma, incluindo as ruas da Misericórdia e do Poço» (35).

(34) «O Jorgense», n.º 25, de 15-10-1872, transcriçãõ de um manuscrito de Mateus Machado Fagundes de Azevedo, pelo Dr. João Teixeira Soares de Sousa.

(35) Arq. Mun. Velas – L.º das Vereações de 1732.

Morreram cinco pessoas afogadas e gados. A destruiçãõ nas moradias da zona atingida foi grande.

Em ambas estas inundações, por iniciativa do Município, com o auxilio das fochinas e dispêndio de algum dinheiro, se procedeu aos «reparaos» das ruas.

O terramoto de 9 de Julho de 1757, que fez imensas destruições nos concelhos da Calheta e Topo, com mais de um milhar de mortos, felizmente, neste Concelho, apenas arruinou ligeiramente algumas construções, prejuizos considerados de pouca monta. No entanto, as fortificações desta Vila sofreram certo prejuizo, em algumas de certa gravidade (36).

Além das que mencionamos já, várias construções se fizeram neste período, sendo de destacar obras de vulto no solar da Família Teixeira Soares, à rua do Outeiro, também designado em documentos da época por solar do Corpo Santo, dado que junto ao mesmo existia a Ermida de São Pedro Gonçalves, com aquela designação.

E pelo esboço topográfico que se segue, o leitor, em comparaçãõ com os anteriores, melhor se orientará.

(36) Arq. Mun. Velas – L.º de Reg. de 1762, fls. 26.

05 - Século XIX

Durante este século e no aspecto topográfico aparecem-nos algumas ampliações, por um lado e ligeiras reduções por outro. Quanto às primeiras temos a transformação da grota ou ribeira, pelo lado ponte da Vila, em rua macadamizada, que toma o nome, talvez romântico de Rua da Grota (37), quando devia continuar a chamar-se rua da Grota, assim denominada desde o início do povoamento, pois grutas ali não existiram nunca. A outra, o início da construção de um arruamento que saindo do fim da rua do Poço ia pela guarita e beira-mar até ao cais da Queimada. O projecto existe no Arquivo Municipal, mas, apesar de ter tido as honras de inauguração solene (38), não foi além de pouco mais de cem metros, dos quais existe, ao momento, um troço curto junto ao farolim colocado no recanto da baía, no seguimento da rua do Poço. Para esta obra o Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, então Presidente da Câmara, adquiriu algum terreno por 4,100 réis, que ofereceu ao Município (39).

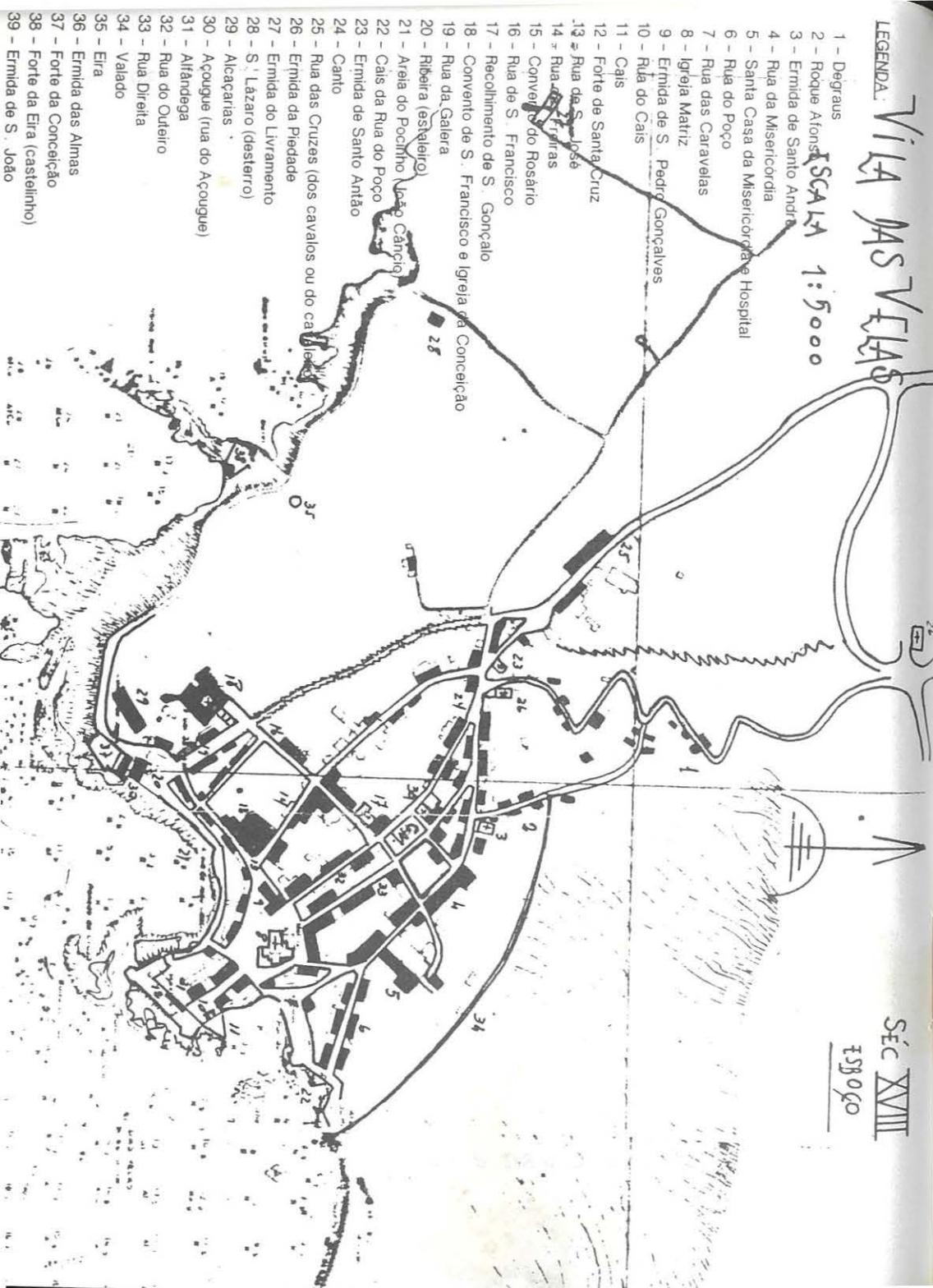
Era um sonho grandioso, desproporcionado aos recursos municipais. Do projecto colhe-se, tratar-se de um caminho para «cavalos e cavaleiros», numa extensão até ao já referido cais da Queimada de 1506 metros, numa grande parte da sua extensão assente sobre muros de alvenaria.

Mas, feito esse troço inicial já referido e a inauguração aludida integrada nas comemorações da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, cujo auto contém assinaturas das pessoas de maior destaque deste meio, naquela época,

(37) Arq. Mun. Velas - Actas - 1873.

(38) Arq. Mun. Velas - Autos de Inauguração - 20/5/1898.

(39) Idem - Contratos avulsos e Acta de 5/3/1898.



ficou por ali. E nunca mais se pensou no assunto dado o seu elevado custo.

A redução verifica-se na supressão do Valado, pela sua obstrução. Isto verificou-se em 1889 (40). – Este descuido por parte da Câmara, foi erro grave, que causou preocupação nos habitantes daquela zona, pelo receio de inundação pelas águas que escorrem das ladeiras. Essa preocupação por várias vezes foi confirmada pelos factos. Por outro lado era uma servidão dos terrenos daquela encosta, então com apreciáveis culturas de laranjeiras e vinha.

Embora sem alterar a disposição topográfica, constituiu notável melhoramento público a obra da praça nova, em frente ao Paço Municipal, que originou o Jardim Público ali existente. Em 30 de Janeiro de 1836, João Soares de Albergaria de Sousa, propôs à Câmara das Velas, de que era Presidente o Capitão José Soares de Sousa, a cedência do prédio que hoje constitui o Jardim pelo valor de 200,000 réis, oferecendo em desconto a quantia de 40,000 réis do seu bolso e mais 30,000 réis em nome de seu irmão o Tenente-Coronel José Soares de Albergaria e no de seu sobrinho o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa, em partes iguais, vindo a Câmara a dispendir apenas 130,000 réis. O prédio valia na altura quatro vezes a importância pedida, dado que no inventário de sua mãe Dona Isabel Delfina da Silveira, em 1829, fora avaliado em 500,000 réis. A Câmara aceitou a proposta (41). Aquele terreno era murado, com casa alta telhada e plantio de laranjeiras, constituindo uma «quinta», como então se dizia.

(40) *Idem* - Acta de 28/12/1889.

(41) *O Jorgense*, nº 24, de 1/10/1872.

Obtida a posse do terreno, foram demolidas as paredes da cerca e casa, procedendo-se à sua terraplanagem em relação às ruas circundantes, e enrelvamento. Passou a chamar-se Praça Nova. Assim se manteve até 1867, data em que ainda por iniciativa do mesmo João Soares de Albergaria, então Presidente do Município, se iniciou a sua arborização, concluída em 1870, sendo Presidente da edilidade Velense o Comendador Manuel Vitorino Amarante. A árvore mais notável do conjunto ali posto era uma araucária colocada no centro do terreno e que atingiu proporções monumentais (42).

Em Outubro de 1889 são colocados quatro candeeiros em lanternas de latão, para iluminação a petróleo (43). Em 1898, a Câmara, presidida pelo Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, procede ao arranque da araucária e outras árvores ali existentes, construindo-se o coreto (kiosque), como ainda se vê, como padrão comemorativo do 4º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (44).

O Cemitério Municipal é construído em 1856, como relataremos depois (45) e procede-se à expropriação da Ermida de São Pedro Gonçalves, existente a sul do Solar da Família Teixeira Soares, que foi demolida, construindo-se ali o Mercado Municipal (46).

(42) *Ilha de S. Jorge*, J.C.S. Avelar, pág. 253.

(43) *«Respigador»*, nº 32, de 20/10/1889.

(44) *«Ilha de S. Jorge»*, J.C.S. Avelar, pág. 253.

(45) *Arq. Mun. Velas - Actas - 10/8/1851*.

(46) *Idem - Actas - 21/3/1857*.

No período que decorreu de 1860 a 1894, com as interrupções impostas pelas reduzidas disponibilidades financeiras do Município, foram levantadas as calçadas de pedra roliça – calhau do mar, como se dizia – que pavimentava as ruas da Vila e feita a sua substituição por pavimentos a macadame, construção de valetas, aquedutos e alguns passeios laterais às mesmas (47).

As muralhas de defesa da Vila foram muito beneficiadas, substituindo-se grandes troços que eram de tufo e se encontravam bastante danificados, por paramentos de basalto aparelhado, nomeadamente as do porto das Caravelas e do Forte de Santa Cruz até ao Forte da Conceição, obras que se ficaram a dever à acção notável do então Presidente da Câmara das Velas, Dr. João Pereira da Cunha Pacheco. Ainda hoje, no troço da muralha última referida – Santa Cruz à Conceição – se pode admirar a qualidade do trabalho então feito (48).

Este o conjunto das obras mais importantes neste século e relativas a bens do domínio público.

Nas construções urbanas, assiste-se à reconstrução de muitos prédios, passando-se a usar o basalto trabalhado em substituição do tufo até aí predominante, embora no século anterior já se tivessem feito substituições semelhantes.

Até 1700 as construções eram na sua quase totalidade de tufo, empregando-se o basalto apenas nas vergas de portas e janelas e em alguns cunhais. Mesmo os arcos, e

(47) *Idem* - *L^a da Despesa* - anos citados.

(48) «*Ilha de S. Jorge*», J.C.S. Avelar - pág. 78-79.

muitos existiam e ainda existem no rés do chão de prédios desta Vila, mesmo estes, eram de tufo. O seu fácil aparelho e a sua proximidade no Morro que fica a poente da Vila, o justificavam. Tivemos ocasião de observar o que afirmamos, por ocasião de bastantes demolições a que assistimos em prédios de que nos tinha chegado o conhecimento da data da sua construção.

Por outro lado, a arte de bem trabalhar o basalto – pedra dura como ainda hoje dizem os poucos canteiros que por aqui temos – deve estar ligada à vinda para São Jorge dos famosos pedreiros Avelares, do Pico; Francisco Rodrigues, Manuel de Avelar, José de Avelar, Matias de Avelar e outros, que a esta Vila e à Ilha de São Jorge deram o melhor do seu saber em construções que ainda admiramos hoje, e a que faremos referência na sequência deste estudo.

Neste período registaram-se vários acontecimentos calamitosos, de que nos dão notícia documentos da época.

Assim a erupção de 1808 que, felizmente, apenas atingiu as Velas com cinzas (49), fóra do pânico que gerou e até algumas ocorrências curiosas que oportunamente narraremos.

Em 1842, no Domingo da Trindade, uma chuva torrencial caída no centro da Ilha causou prejuízos, descendo às Velas pelas ladeiras e inundando algumas casas do norte da praça nova (hoje Jardim Público) entrando pelas traseiras das mesmas e saindo pelas janelas (50).

(49) *Arq. Açores* - Vol 5^a, pág. 437 a 444 e «*O Jorgense*», n^o 21 e 22, de 15/8/1872 e 1/9/1872.

(50) *Ilha de S. Jorge*, J.C.S. Avelar - pág. 442.

Em 1856, a 6 de Janeiro e em 1899, a 3 de Fevereiro foram enches de mar, que causaram prejuizos, nomeadamente a última que destruiu parte da muralha do Forte da Conceição e algumas casas entre o mesmo Forte e o açougue (51).

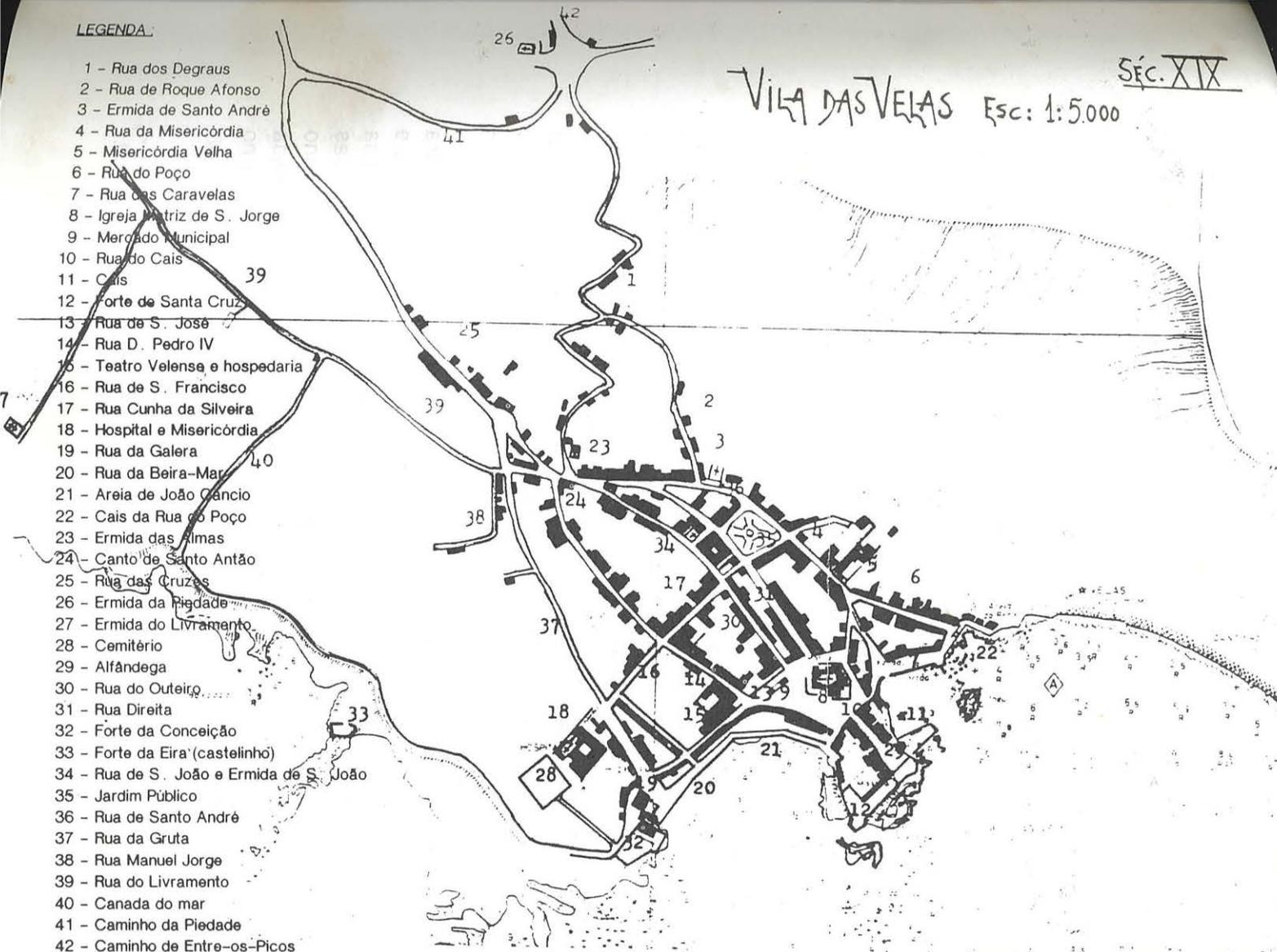
Quanto ao aspecto topográfico, neste século, a planta que se segue, deve elucidar-nos melhor que qualquer descrição.

SÉC. XIX

VILA DAS VELAS Esc: 1:5.000

LEGENDA:

- 1 - Rua dos Degraus
- 2 - Rua de Roque Afonso
- 3 - Ermida de Santo André
- 4 - Rua da Misericórdia
- 5 - Misericórdia Velha
- 6 - Rua do Poço
- 7 - Rua das Caravelas
- 8 - Igreja Matriz de S. Jorge
- 9 - Mercado Municipal
- 10 - Rua do Cais
- 11 - Cais
- 12 - Forte de Santa Cruz
- 13 - Rua de S. José
- 14 - Rua D. Pedro IV
- 15 - Teatro Velense e hospedaria
- 16 - Rua de S. Francisco
- 17 - Rua Cunha da Silveira
- 18 - Hospital e Misericórdia
- 19 - Rua da Galera
- 20 - Rua da Beira-Mar
- 21 - Areia de João Gancio
- 22 - Cais da Rua do Poço
- 23 - Ermida das Almas
- 24 - Canto de Santo Antão
- 25 - Rua das Cruzes
- 26 - Ermida da Piedade
- 27 - Ermida do Livramento
- 28 - Cemitério
- 29 - Alfândega
- 30 - Rua do Outeiro
- 31 - Rua Direita
- 32 - Forte da Conceição
- 33 - Forte da Eira (castelinho)
- 34 - Rua de S. João e Ermida de S. João
- 35 - Jardim Público
- 36 - Rua de Santo André
- 37 - Rua da Gruta
- 38 - Rua Manuel Jorge
- 39 - Rua do Livramento
- 40 - Canada do mar
- 41 - Caminho da Piedade
- 42 - Caminho de Entre-os-Picos



06 - Século XX

Esta nota pretende registar as alterações topográficas ocorridas até 1984, ano em que as estamos escrevendo.

A grande alteração topográfica, por ampliação, começou a verificar-se na Vila das Velas, a seguir à crise sísmica de 1964. Até então, houve alguns melhoramentos que beneficiaram o seu aspecto, sem contudo apresentarem o impeto a que nos referimos no período precedente. Vamos anotá-los por ordem cronológica.

Em 1929 as comissões administrativas da Santa Casa da Misericórdia das Velas e do Asilo de Mendicidade também desta Vila, oficiaram à Câmara Municipal pedindo licença para colocação no Largo Dr. João Pereira (praça velha) de uma estátua ao grande benemérito João Inácio de Sousa. A Câmara deferiu (52). Com esta autorização procederam aquelas Casas à encomenda da estátua e posteriormente à sua colocação. A Câmara enrelvou a parte superior daquele Largo. O monumento foi inaugurado em 1932 e o largo totalmente remodelado em 1963/64, ficando como actualmente se encontra.

Em 5 de Abril de 1928 foi aprovado pela Câmara das Velas o caderno de encargos para a iluminação pública e distribuição de energia eléctrica pela então criada Empresa Eléctrica Velense (53). A iluminação da rede eléctrica das Velas, pública e particular, realizou-se a 3 de Março do ano seguinte - 1929 -; a Central, ainda existente, foi instalada no Forte da Conceição, cedido àquela Empresa pelo Governo

(52) Arq. Mun. Velas - Actas - 17/10/1929.

(53) Arq. Mun. Velas - Actas - 22/3/1928 e 5/4/1928.

em edifício que se construiu para o efeito (54). A rede eléctrica, não sendo motivo de alteração topográfica, deu-lhe no entanto o aspecto de meio mais progressivo.

No ano de 1933, a Junta Autónoma dos Portos, procede a uma ampliação do cais das Velas, com o enchimento do «Poção» e a construção de muralha de defesa. O cais ficou com a superfície triplicada, mas a obra foi infeliz, tornando o serviço perigoso no mesmo, tendo-se registado após a sua conclusão e devido à modificação do comportamento do mar junto ao mesmo, a morte de um tripulante de uma das lanchas da descarga, Manuel Carvalho de Medeiros, meu primo, cujo corpo o mar levou para sempre.

Só depois da ampliação iniciada em 1964 e concluída em 1970, esse inconveniente desapareceu. Passou o novo cais a possuir um paramento de atracagem de 125 metros de extensão, com fundos de menos seis metros.

Em 1946 com a construção dos celeiros e anexos, pela então Comissão Reguladora dos Cereais, foi rectificadas a Rua Manuel Jorge e alargado o primeiro troço da Avenida do Livramento.

Na Rua da Gruta, com a construção em 1952, pela Câmara, de um bairro de 10 casas, promoveu-se o início da urbanização daquela zona, que se desenvolveu depois com a construção de moradias e pavimentação betuminosa, só concluída no ano em que escrevemos.

Entre os anos de 1955 e 1970, são pavimentadas em calçada de basalto à fiada, os arruamentos das Velas, à excepção do Corpo Santo, Gruta e Miguel Bombarda. Logo depois, em 1972 a travessa de S. José é alargada, pavi-

(54) Arq. Mun. Velas - Proc. ced. Forte Conceição.

mentada em calçada e passa a denominar-se «Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral».

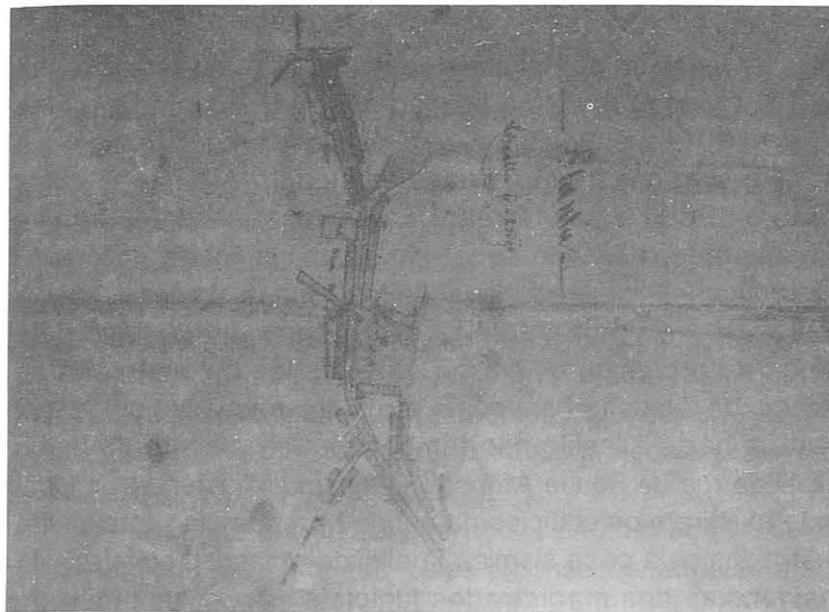
A crise sísmica iniciada em 15 de Fevereiro de 1964, que causou avultadíssimos prejuízos neste Concelho, nomeadamente nesta Vila e freguesia de Rosais, foi no entanto motivo de desenvolvimento desta mesma Vila.

Os serviços do Estado que aqui foram instalados para dirigir e apoiar a reconstrução, procederam à edificação de um bairro a poente da rua da Gruta e que se estende às proximidades do «Arco» da Conceição.

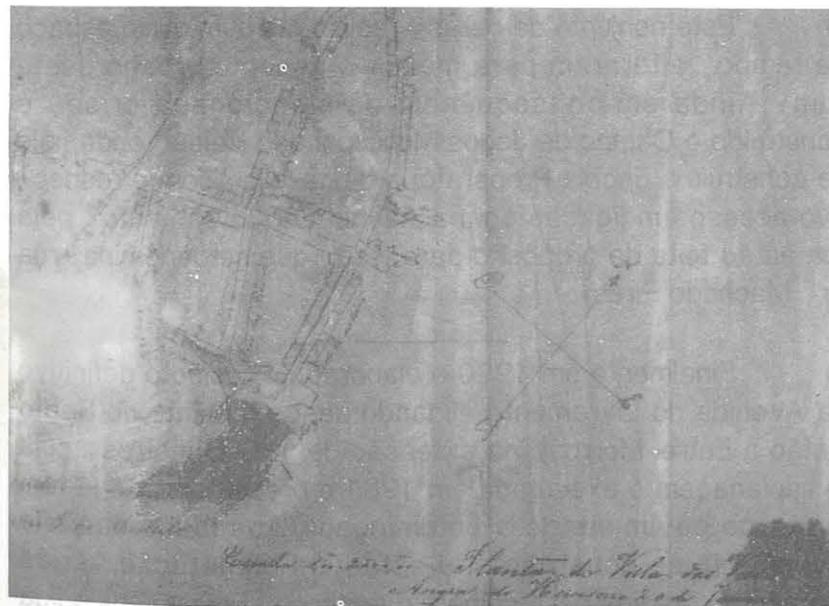
O arruamento principal – eixo daquela urbanização – denominado hoje «Rua Dona Beatriz de Mello fundadora do Hospital das Velas» fez crescer a Vila para oeste de forma apreciável.



Da carta militar



Do Arquivo Militar



Também por iniciativa da Câmara e no referido ano de 1964, se procedeu à ligação das ruas «Cons^a Dr. José Pereira» e «Miguel Bombarda», circundando o quarteirão onde já tinha sido construído o novo edifício da Alfândega entre 1958 e 1960, e nos terrenos vagos marginando este novo arruamento, o Estado construiu ali o Quartel da Polícia de Segurança Pública e a Delegação Marítima desta Ilha.

Na rua de Santo André, em terreno adquirido pela Câmara, procedeu o Ministério da Justiça à construção do Palácio da Justiça, bem como à rua que o envolve pelo nascente e norte, resultando também o alargamento do troço inicial da rua de Roque Afonso. O mesmo Ministério, no local onde existiram os edifícios da antiga Misericórdia, totalmente destruídos pela crise sísmica já aludida, mandou construir as residências dos magistrados judiciais e à urbanização do largo que lhes ficou em frente.

Este conjunto de obras, realizadas num curto espaço de tempo, alteraram para melhor o aspecto urbano desta Vila. Ainda em consequência da mencionada crise, é construído o Campo de Jogos Municipal das Velas, onde hoje se construiu a Escola Preparatória desta Vila, com o respectivo acesso em ligação com a Avenida do Livramento, pela rua então feita de propósito para isso, que se denomina «rua Dr. Machado Pires».

Finalmente em 1980 é elaborado o projecto definitivo da Avenida do Livramento, ligando desde o Canto de Santo Antão a Entre-Morros, na extensão de 1.000 metros, cuja terraplanagem é executada em 1981 e presentemente já tem um troço pavimentado a betuminoso. Aos lados daquela Avenida já se construíram e estão em construção várias moradias, prédios para comércio e outros. Esta Avenida liga

à Ermida do mesmo nome pela rua do Livramento e do cruzamento com a mesma vem ligar com a estrada regional da saída das Velas, acima do «Canto do Engenho». Este último arruamento foi aberto por iniciativa particular e depois adquirido pela Câmara.

A este conjunto de novos arruamentos acresce a ligação da rua Dr. Machado Pires até à Residencial (zona do Arco) e por sua vez estende-se para nascente em ligação com a rua Manuel Jorge e para poente com a rua do mar. São no seu conjunto denominados arruamentos de expansão da Vila das Velas, como consta dos respectivos projectos (55).

Estas as profundas alterações na ampliação da rede de arruamentos da Vila das Velas e conseqüentemente a sua ampliação topográfica, como melhor se entende da planta que se segue.

III - TOPONÍMIA

Nos dicionários que consultamos e outras obras, aparecem-nos dois conceitos ou definições para o termo «toponímia».

O comum é a «designação dos lugares pelos seus nomes» (56), as eruditas «estudo linguístico ou histórico da origem dos nomes das localidades» (57), ou «ciência dos nomes dos lugares» (58).

Não vamos enveredar, nesta parte, pela versão erudita. Falta-nos a ferramenta própria. Fica para os Mestres. Encaminharemos os nossos passos pela via comum.

E assim e pela ordem numérica constante da legenda aposta na planta topográfica referente ao século actual e que antecede este capítulo, iremos referir tudo que colhemos, tanto por documentos como pela tradição acerca dos nomes das ruas da Vila das Velas.

(56) Dic. de Caldas Aulete - Ed. de 1881.

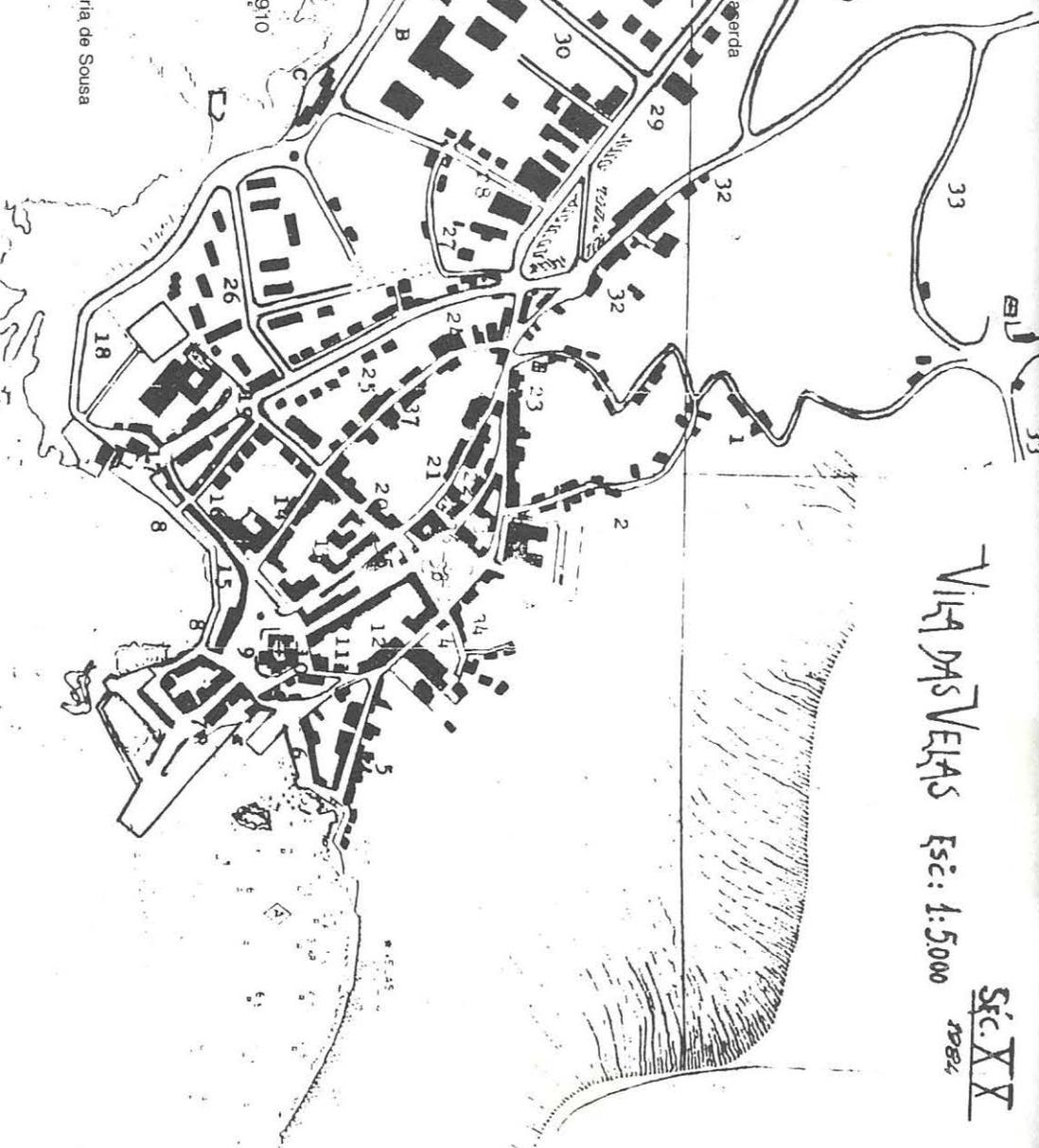
(57) Grande Enc. Port. Bras. e Lelo Universal - 1980.

(58) «Ondas médias», Vitorino Nemésio, pág. 25.

LEGENDA.

- 1 - Rua dos Degraus
- 2 - Rua de Roque Afonso
- 3 - Rua de Santo André
- 4 - Rua Teófilo Braga
- 5 - Rua Antante D. Henrique
- 6 - Rua dos Sarrasins
- 7 - Rua Carlos José Pereira
- 8 - Rua Miguel Subarda
- 9 - Largo Dr. José Pereira
- 10 - Rua da Marinha
- 11 - Rua da Capela
- 12 - Rua Manoel Francisco da Legerda
- 13 - Rua Dr. Miguel Teixeira
- 14 - Rua Guilherme da Silveira
- 15 - Rua de José
- 16 - Rua João Coutinho
- 17 - Rua João Corpo Santo
- 18 - Avenida da Conceição
- 19 - Rua de S. Francisco
- 20 - Rua Cunha da Silveira
- 21 - Rua de São João
- 22 - Rua Dr. Miguel Arraia
- 23 - Largo de Santo Antão
- 24 e 25 - Rua da Girafa
- 26 - Rua D. Beatriz de Meilo
- 27 - Rua de Manuel Jorge
- 28 - Rua Dr. Machado Pires
- 29 - Avenida do Livramento
- 30 - Rua do Mar
- 31 - Rua do Livramento
- 32 - Avenida 19 de Outubro de 1910
- 33 - Caminho da Piedade
- 34 - Rua do Saco
- 35 - Travessa de S. Francisco
- 36 - Travessa de S. João
- 37 - Rua Dr. João Teixeira
- 38 - Jardim da Republica
- 39 - Rua João Soares de Albergaria de Sousa

- A - Palácio da Justiça
- B - Escola Preparatória
- C - Residencial S. Jorge



VILA DAS VELAS Esc: 1:5000

Séc. XX
1984

1 - Rua dos Degraus

Com esta designação nos aparece sempre. Ligava o extremo da Rua de Roque Afonso ao alto da Vila. José Cândido da Silveira Avellar diz que nos primeiros tempos lhe chamavam rua da Amargura (59). A ligação do Canto de Santo Antão só se verificou no século XVIII, data em que é beneficiada por iniciativa do 1º Juiz de Fora, Dr. João Ricardo Galhano, empossado no cargo em 1767. Nesta altura são suprimidos os *degraus* que lhe haviam dado o nome, que se mantém até hoje.

Possui moradias em número razoável, muito beneficiadas depois da crise sísmica de 1964. Trata-se de um arrabalde da Vila, desde os primitivos tempos.



(59) «Ilha de S. Jorge», J.C.S. Avellar - pág. 250.

O traçado segue o ondulado do terreno sendo bastante íngreme. A calçada é irregular dada a sua antiguidade, sendo no entanto curiosidade turística, sobretudo apreciada por estrangeiros.

Esta zona era habitada predominantemente por famílias ligadas à actividade agrícola e pecuária. Até meados do actual século eram aqueles habitantes os habituais arrendatários das terras do «Morro» e parte do «Livramento» e «Levadas». Todo o terreno daquela zona é em socalcos murados e foi fonte de abastecimento da Vila em hortaliças e criação.

No «Livro dos Confessados» de 1793 não há menção a este lugar como rua dos Degraus. Mencionam-se «Roque Afonso» e «Piedade». Supomos tratar-se de omissão (60). No entanto no ano de 1800 encontra-se a designação de rua dos Degraus. Em 1829 e segundo a mesma fonte (61) a rua dos Degraus vem indicada com trinta e duas famílias.

Muitos dos prédios desta zona foram foreiros à Câmara Municipal, à Santa Casa da Misericórdia e à Confraria do Santíssimo Sacramento.

(60) Arq. Paroquial das Velas - L^a Confessados - 1792-1803, pág. 3 e 3 v^o.

(61) Idem - Ano de 1829 - pág. 7.

2 - Rua de Roque Afonso

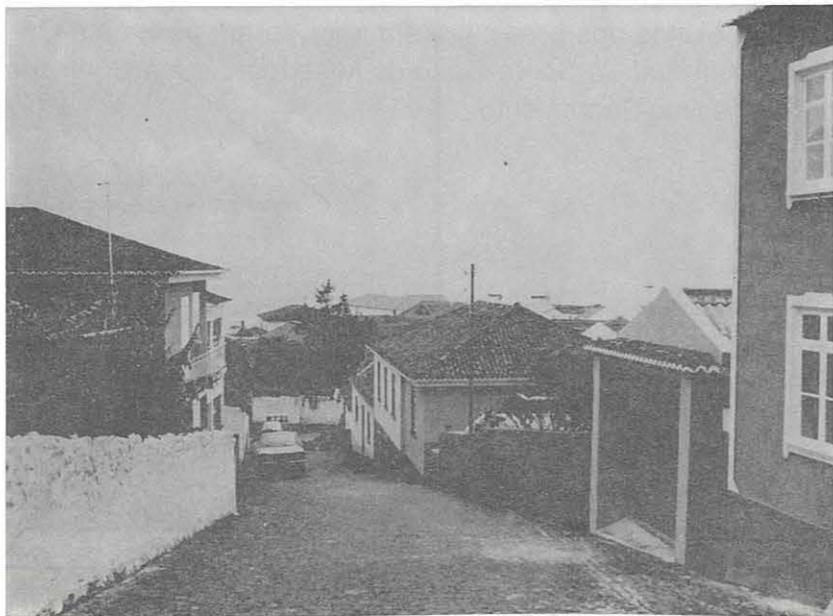
Liga a rua de Santo André ao terceiro lacete («volta» como aqui se diz) da rua dos Degraus. O primeiro troço de cerca de 80 metros é recto; o segundo em escadaria sinuosa fazendo a ligação que já dissemos.

Inicialmente foi pavimentada, como toda a Vila, com calçada de pedra roliça, tirada da costa do mar. Depois, a partir de 1870 macadamizado o primeiro troço e em 1960 pavimentado com calçada à fiada.

O nome é o primitivo que lhe deram, de um Roque Afonso que ali morou.

No auto da fundação da Santa Casa da Misericórdia desta Vila de 15 de Abril de 1543, Roque Afonso assina este termo, bem como outro Pedro Afonso. Seriam irmãos?

Possui bons prédios de moradia em número de doze.



Em 1829 moravam ali dez famílias (62).

O troço final deste arruamento que vem desde os inícios da Vila, actualmente muito mal conservado, devia merecer melhor atenção do Município, pois é uma evocação perfeita dos primeiros caminhos do tempo do povoamento.

(62) Arq. Par. Matriz de S. Jorge - L^s Confessados - 1829, pág. 10.

03 - Rua de Santo André

Ainda hoje mantém o nome e o seu percurso compreende-se entre a extremidade nordeste do Jardim Municipal e vai entroncar com a rua Dr. Manuel de Arriaga, junto ao edifício do Banco Comercial dos Açores. A meio da sua extensão liga com a rua de Roque Afonso.

Chamava-se inicialmente «rua da Pela» e vinha da rua do Poço até Roque Afonso.

Com a construção da Ermida de Santo André em 1692 pelo Pe. André Pereira de Lemos, passou a designar-se por rua de Santo André.

Possui meia dúzia de prédios. Em 1973, no local da antiga Quinta de Santo André, que incluía a Ermida já derruída, foi construído o Palácio da Justiça.

Esta obra, projectada pelo Arq^o Francisco Augusto



Baptista, de Braga, custou cerca de 12.000 contos, e a sua traça exterior foi inspirada no estilo do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila.

Com esta construção foi a rua alargada bem como beneficiada a sua ligação à rua de Roque Afonso.

4 - Rua Teófilo Braga

Presentemente é o arruamento que liga da rua do Infante D. Henrique (rua do Poço) e rua da Capela com o Jardim.

Inicialmente estava compreendida na designação de rua da Pela. No entanto, a partir de meados do séc. XVI, com a construção da Casa da Santa Misericórdia, passou a ser designada por rua da Misericórdia. As pessoas mais idosas ainda assim lhe chamam.

Em 16 de Maio de 1908, a Câmara das Velas deliberou dar-lhe a designação de rua D. Manuel II (63), que teve pouca duração. Tão pouco tempo foi que nem as pessoas o fixaram, pois que a 22 de Outubro de 1910, passou,



(63) Arq. Mun. Velas - Actas - 1908.

por resolução da Câmara a denominar-se rua Teófilo Braga (64).

Como já dissemos na primeira parte deste trabalho, foi ali construído o edifício para a Misericórdia e a respectiva Igreja, e no prédio contíguo, que lhe fica pelo norte, foi instalado em 1900 o Asilo de Mendicidade desta Vila, que hoje se denomina Casa de Repouso.

Onde existiu o edifício da Misericórdia, foram em 1973, construídas as residências para os Magistrados Judiciais.

Trata-se de um bom arruamento, pavimentado em calçada à fiada e possui bons prédios em número de onze.

É das ruas que tem maior número de habitantes, pois só na Casa de Repouso, entre internados e pessoal de serviço, ultrapassa de setenta o número de moradores.

(64) Idem, idem - Actas - 1910.

5 - Rua Infante Dom Henrique

A rua do Poço como se chama ainda hoje no vulgar.

A Câmara Municipal, por deliberação de 9 de Agosto de 1960, e na sequência de várias comemorações aqui levadas a efeito, relacionadas com a efeméride do falecimento do Infante Dom Henrique, resolveu se designasse por rua do mesmo nome, na presunção, como se diz na respectiva acta, ter sido no seu final, junto ao mar, o sitio do desembarque dos primeiros que aqui aportaram (65).

De mau traçado tanto em planta como em perfil, foi muito beneficiada no seu aspecto com obras ali levadas a cabo pela Câmara, no período compreendido entre 1958 e 1961. Suprimiram-se então balcões e degraus salientes em



(65) Arq. Mun. Velas - Actas - 1960.

frente a várias moradias, rectificando-se portadas e o perfil da mesma rua foi racionalizado. Em planta mantém-se com os deficientes alinhamentos com que nasceu.

Tem cerca de dezassete moradias.

No seu primeiro troço, existia uma certa murada com lavadouro público, coberto com abrigo de zinco. O que restava do lavadouro foi suprimido na data já apontada da sua reconstrução, ficando dessas obras o poço de maré, que deu o nome à rua, e ainda existe, mais como recordação... ou talvez... reserva para qualquer crise súbita, do que propriamente para a finalidade com que foi feito.

A seguir e com acesso por rampa entroncada na muralha de defesa está o chamado «cais da rua do poço» ou «caisinho». Talvez no sitio tivesse sido o primitivo desembarcadouro, como acima se aludiu, e um pouco para leste, uma pequena praia de areia escura, a nossa praia de banhos, que surgiu em consequência das obras do novo cais desta Vila.

06 - Rua das Caravelas

Entre a rua Infante Dom Henrique e o Largo da Matriz, passando pelo varadouro.

Foi conhecida também - antes da construção das muralhas - por areia do pocinho. Razão, a existência de um poço de maré, na parte poente deste arruamento, situado na loja de uma casa, hoje demolida, que era conhecida pela «casa amarela»; situava-se um pouco a sul do que foi o quartel dos remadores e hoje é escritório da Junta dos Portos. Neste arruamento existiam «as casas das canoas», no período entre 1890 e 1950. Ali também se situa a «casa do Estado», antigo escritório da Secção de Obras Públicas e morada do respectivo chefe de serviços.

Desde os primeiros tempos do povoamento, foi estaleiro de construção naval, que ali se manteve até meados



do séc. XVII, como local exclusivo dessa actividade. A partir de então, essa actividade, passou a exercer-se na rua da Galera (hoje Corpo Santo), como veremos quando dela tratarmos.

Foi sempre e ainda hoje, rua de pouca população. Tem, ao presente, sete moradias.

7 - Rua Cons^o Dr. José Pereira

A partir de meados do séc. XVI, começou a ter aspecto de rua, por delimitação das casas que ali se construíram, passando a chamar-se rua do Cais. No vulgo ainda é assim conhecida.

Por deliberação camarária de 11 de Fevereiro de 1905 (66) resolveu a Câmara dar-lhe o nome de «rua Conselheiro Dr. José Pereira», que ainda mantém. Era homenagem ao Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, que durante cinquenta anos fora figura marcante na política local.

Esta rua liga o Largo Dr. João Pereira ao cais e hoje torneja o quarteirão ali existente indo ligar-se à rua Dr. Miguel Bombarda.



(66) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1905.*

A importância desta rua é a de servir o porto, que possui ótimas características, referidas assim por todos os escritores que a ele se referem, desde os mais antigos tempos.

O porto pressupõe a existência de cais para serviço às embarcações, bem como Alfândega para cobrança de direitos, e ambas estas acepções cabem no âmbito desta rubrica, dado que nesta rua sempre se situaram.

A referência mais antiga que temos em relação à Alfândega, é a carta de 4 de Julho de 1499, que estabelece a aplicação do Foral das Alfândegas das Ilhas dos Açores (67). Trata-se de um diploma de âmbito geral. No entanto em 1528 é nomeado Manuel Pacheco, Juiz das Alfândegas da Terceira e São Jorge (68). Em nenhum destes documentos se refere o cais.

A notícia documentada, mais antiga, que temos referência ao cais das Velas, é a petição que em 1587 a Câmara dirigiu a El-Rei D. Filipe 1^o de Portugal, para aplicação de 150 cruzados no melhoramento do cais e desembarcadouro do porto desta Vila, que mereceu parecer favorável por Provisão de 18 de Maio de 1588, firmada pelo referido Rei, conforme o original no Arquivo Municipal das Velas (69).

Pelos dizeres se depreende que, pela sua antiguidade e muito uso, ser necessária a sua reparação. Daí, portanto, ser bastante anterior a 1587.

As muralhas de defesa da Vila construídas no período de 1606 a 1621 e as respectivas fortificações visavam entre o mais, a defesa do porto e o varadouro, onde também se construíram caravelas. Entre 1767 a 1799,

(67) *Arq. dos Açores - Vol. 6^o, pág. 271.*

(68) *Idem - Vol. 5^o - pág. 131.*

(69) *Arq. Mun. Velas - Sec. Res. Diplomas Régios.*

no tempo do primeiro Juiz de Fora, Dr. João Ricardo Galhano, foram iniciados melhoramentos no cais, com a substituição do pavimento que era de tufo, por basalto, que ainda lá está em parte. No seguimento dessas obras e já no tempo do terceiro Juiz de Fora, Dr. João José Bernardes Madureira é construído o portão do cais – Portas da Vila ou do Mar – de que foi autor Matias de Avellar, que ainda hoje é digno de ser admirado, pela nobreza e elegância das suas linhas (70).

Entre 1933 e 1934, a Junta dos Portos procedeu a uma ampliação do cais, até à guarita do nascente do Forte de Santa Cruz, construindo-se uma muralha sobre o «poção», hoje demolida, que resultou infeliz.

Em 1964 a mesma Junta adjudicou à firma Cimar – Construções Civis e Marítimas, Lda, a ampliação do cais, fase que foi concluída em 1972 (71). Presentemente está ali em curso a construção de um terraplano para parque de contentores, na parte poente adjacente ao cais e ganho ao mar, contra o mencionado Forte de Santa Cruz, obra que está a cargo da firma Tecnovia – Infraestruturas José Guilherme da Costa, Lda. Também consta oficialmente, já estar concluído o projecto de ampliação do mesmo cais em mais 85 metros, cujo início dos trabalhos aguarda oportunidade.

Com a ampliação concluída em 1972, passaram os navios até 3.000 toneladas a atracar ao cais.

Nesta rua também se situava a Alfândega, em frente ao cais, hoje servindo de Quartel à Guarda Fiscal.

O edificio actual substituiu em 1955 a antiga Casa da Alfândega, que muitos velenses ainda conheceram. Acontece que essa casa que conhecemos não era já a primitiva Casa da Alfândega. Tratava-se de uma obra do início

(70) Bol. Mun. Velas, nº 12, de 6/5/83, do autor.

(71) *Idem, idem.*

do séc. XVIII, mandada fazer pela Fazenda Real, para aquele fim e no local onde existira a primitiva construção. Da que foi demolida em 1957, conserva-se na Câmara Municipal das Velas a pedra com as armas portuguesas, que coroava o edificio. É escultura em basalto, em baixo relevo, e acha-se colocada, ao presente, sobre o janelão que ilumina o saguão principal dos Paços do Concelho.

Da primitiva Casa não temos qualquer informação documental. É natural que no Arquivo de Angra do Heroísmo, algum documento existia. Aqui em S. Jorge, nada colhemos, nas inúmeras buscas a que procedemos.

Pelo documento que citamos no início desta rubrica, temos noticia que muito antes de 1528 aqui havia Alfândega. E dizemos aqui nas Velas, porquanto o Frei Agostinho de Montalverne, na sua Crónica da Provincia de São João Evangelista das Ilhas dos Açores, a respeito da Vila das Velas diz «nela assistir o Almojarife da Fazenda Real» (72).

Nesta rua também se situou o Correio de 1910 a 1972, hoje em edificio próprio na Rua Dr. Miguel Teixeira.

A rua Cons^a Dr. José Pereira tem bons edificios e ao presente ali se situa a Residencial Neto, com dezoito quartos, bar e piscina.

Tem nove prédios urbanos.

(72) Bol. Mun. Velas - nº 23, de 24/4/1984, do autor.

8 - Rua Miguel Bombarda

Inicialmente chamada «Mar de Bairros», que uma tradição muito antiga diz dever-se o nome a um Simão de Bairros que morou por aquele local no início do povoamento, vai da Ponta de Santa Cruz à da Conceição.

Primitivamente constituída por areais que desde a praça da Matriz iam até ao mar e só nos finais do século XVI ali devem ter começado a aparecer construções urbanas, que se desenvolvem no século seguinte, em consequência da construção da primeira cortina de muralhas, que passou a defender esta parte da Vila, desde a Fortaleza de Santa Cruz, até à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

Mas quanto ainda à designação primitiva de «Mar de Bairros», ficou, por simplificação, o nome daquela parte do povoado, que ainda hoje se designa, no vulgo, por Bairro ou por Bairro da Conceição.



No entanto, no século XVI aparece-nos este local também designado por «Areia do Pocinho», isto anteriormente à construção da muralha já mencionada. Também por tradição, este nome deriva da existência de um poço de maré, menor que o da rua do Poço e se situava onde hoje existe o quintal da moradia de Cristiano Carlos Ferreira. Era de utilização pública.

As casas que se construíram nesta área, como ainda hoje em parte se pode observar, têm as fachadas principais voltadas ao largo da Matriz ou à rua de São José, dando os quintais para este arruamento, em cujos muros de divisão existem entradas de serviço.

A Câmara, por deliberação de 11 de Maio de 1878, dá-lhe a denominação de rua da Beira-Mar, que em 14 de Agosto de 1897 e também por resolução da mesma Câmara, é confirmada naquele nome (73). Em 22 de Outubro de 1910, é-lhe dado o nome actual de rua Miguel Bombarda (74).

Ainda hoje, vulgarmente, se lhe chama «beira-mar» ou «caminho da beira-mar». Esta última asserção é curiosa, por se reportar ao tempo em que foram construídas as primeiras muralhas, e por onde só podia passar-se a quando da baixa-mar.

O pavimento é em macadame.

(73) Arq. Mun. Velas - Actas - 1878-1897-1910.

(74) Arq. Mun. Velas - Actas - 1878-1897-1910.

9 - Largo do Dr. João Pereira

Chamou-se, de principio, Largo da Matriz. Em 15 de Maio de 1878, por ali se ter construido um mercado municipal, deliberou a Câmara se denominasse por «Largo do Mercado». Posteriormente, por deliberação de 14 de Janeiro de 1905, passou a chamar-se «Largo Dr. João Pereira», como ainda hoje, homenagem do Municipio ao Dr. João Pereira da Cunha Pacheco, a cuja iniciativa ficaram as Velas a dever, entre outros melhoramentos, a reconstrução das muralhas do porto das Caravelas e da rua Miguel Bombarda (75).

Parece-nos que foi má resolução. A rua da Beira-Mar (Miguel Bombarda) é que devia ostentar o nome deste ilustre jorgense, por ser o arruamento onde se insere a mais notável realização conseguida por aquele homem público, a muralha que a defende pelo lado do mar.

O Largo que hoje ostenta o seu nome, deveria continuar a ser o «Largo da Matriz», por esta ali existir pelo menos desde 1460, e ser o elemento mais notável do mesmo.

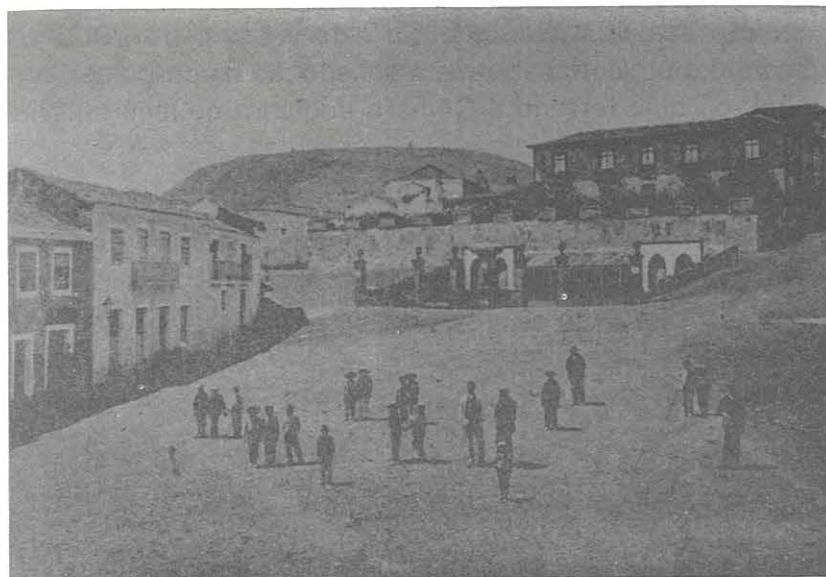
Também se designou simplesmente por «praça» e depois de construída a «praça nova» (hoje o Jardim Municipal) chamava-se-lhe «praça velha», que mantém no vulgar.

A topografia actual desta praça é diferente da que existia até 1877.

Em 21 de Março de 1857 a Câmara resolveu sobre a profanação e alienação da Ermida de São Pedro Gonçalves, que ali se situava, com vista à construção do mercado municipal, obra que foi inaugurada em 1 de Novembro de 1877 (76). Teve vida efêmera. Nos principios do século

(75) Arq. Mun. Velas - Actas - 1878 e 1905.

(76) Idem - 1857 e 1877.



Largo Dr. João Pereira, em 1880



seguinte era demolido e em 12 de Agosto de 1905 foi aprovado o projecto para a sua construção no Largo de Santo Antão, cujo terreno a Câmara adquirira no mês anterior (77).

Ora, por desenho existente na Câmara das Velas, referente ao mercado do Largo da Matriz, se verifica que a Casa da Família Teixeira Soares possuía um armazém ou granel que ocupava parte da actual praça e confinava com a Ermida de São Pedro Gonçalves – «Ermida do Corpo Santo», que era dotada de sacristia e adro. Tão junto era da casa Teixeira Soares que aquele solar era designado em documentos do tempo, por Solar do Corpo Santo.

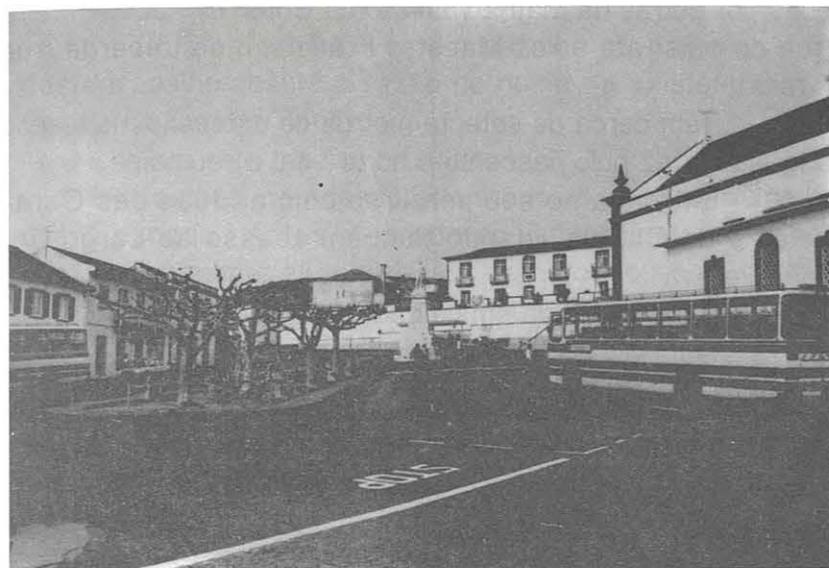
A ermida, no entanto era propriedade da paróquia, entidade esta que a vendeu à Câmara para a construção do aludido mercado. Nessa altura, o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa cedeu gratuitamente à Câmara o chão ocupado pelo armazém que mencionámos, e à sua custa construiu o muro do jardim da sua residência, como ainda hoje se vê na parte norte daquele largo. Novamente a Câmara em 1963 procedeu ali a uma nova terraplanagem e alteração de concordância do largo com a rua Dr. Miguel Teixeira.

Esta praça tem uma área notável e está rodeada de prédios urbanos, alguns de certo merecimento, além da Igreja Matriz de São Jorge, a que já aludimos. É arborizada na parte sul onde se situa uma pequena praceta. O pavimento é em asfalto.

A propósito da demolição da Ermida do Corpo Santo, feita em 1857, deu-se um caso curioso. A pedra da mesma foi oferecida a quem a levasse dali. Ninguém a quis – eram pedras bentas – e então a Câmara resolveu deitá-las ao mar, o que foi feito. Durante sete anos não apareceu chi-

(77) *Idem* - 1905.

charro na baía das Velas, tão abundante que sempre fora nesta espécie. O povo, de imediato, atribuiu o facto a castigo divino.



Largo Dr. João Pereira (actualmente)

10 - Rua da Matriz

Sempre teve e tem este nome. É o troço de rua que, por detrás da Matriz vem da rua Cons^o Dr. José Pereira (rua do cais) até à rua Maestro Francisco de Lacerda (rua Direita).

Tem cerca de setenta metros de extensão, ladeando a Igreja Matriz pelo nascente e norte, daí o seu nome.

Entronca no seu percurso com as ruas das Caravelas e da Capela, dando também acesso ao Largo Dr. João Pereira.

É pavimentada em calçada à fiada.

**11 - Rua da Capela**

Vai da rua da Matriz à rua do Infante Dom Henrique (rua do Poço) e rua Dr. Teófilo Braga.

Dela nos referimos em detalhe na primeira parte deste trabalho quanto à razão do nome, a existência ali da Capela do Espírito Santo.

Tem sete prédios urbanos.

Também dá acesso ao varadouro, hoje por uma pequena escada. Antes o varadouro vinha até ela, e com as obras ultimamente ali realizadas, transformou-se o início da referida rampa do varadouro, num pequeno largo.

O pavimento é em calçada à fiada.



12 - Rua Maestro Francisco de Lacerda

Até 1910 foi sempre designada por «rua direita» nome que no vulgo mantém, e liga o largo Dr. João Pereira e a rua da Matriz, até ao Jardim Municipal.

Em 22 de Outubro de 1910, a Câmara deliberou que se designasse «rua Almirante Cândido dos Reis», que se manteve até 6 de Janeiro de 1984, em que a Edilidade resolveu se passasse a chamar «rua Maestro Francisco de Lacerda», como homenagem da Câmara das Velas ao ilustre jorgense, no cinquentenário do seu falecimento (78).

E qual a razão do nome de rua Direita, que se encontra em algumas localidades dos Açores? Já lemos algures ser a «rua que ia direito ao porto» outras a «rua que indicava o norte».

No caso da Vila das Velas, esta rua nem indica o norte, nem vai direita ao porto. Do seu final até à rua do cais intercala-se a Igreja Matriz e seus anexos, que existe ali desde 1460. Será do seu alinhamento recto? Não sabemos.

Foi a primeira rua que teve passeios laterais, em tufo, que, com o andar dos tempos se foram gastando, tornando-se incómodos para os transeuntes. Como se tratava de um troço da estrada real, atravessando a Vila, em 1902 as obras públicas do Estado procederam à cimentação de parte dos mesmos, com excepção daqueles que os particulares, em frente das suas residências, tinham reconstruído em basalto lavrado, como ainda hoje se vê.

É ladeada por boas construções. Durante o século passado e até 1930 foi rua de importante comércio, que agora volta a aparecer ali.

(78) Arq. Mun. Velas - Actas - 1910 e 1984.

Nesta rua situa-se o «Cine São Jorge», inaugurado em 1948, de que falaremos na parte final deste trabalho.

O pavimento é em calçada à fiada.



13 - Rua Dr. Miguel Teixeira

Antiga rua do Oiteiro, ou do Outeiro (como também se lê em documentos antigos), ia do largo da Matriz, pelo Outeiro, até ao Canto ou Largo das Almas.

Caminho íngreme no seu troço inicial, foi beneficiada em perfil em 1963, com a construção de muro de suporte junto ao largo da Matriz. Com esta obra a rua flectiu para poente, de que resultou benefício quanto a nivelamento.

Em 1900, por deliberação da Câmara de 28 de Abril (79), passou a chamar-se rua Dr. Miguel Teixeira - desde o largo já referido até à travessa de São Francisco. Daí para cima por rua de São João, como veremos na altura própria.

A resolução da Câmara de a designar, no troço referido, por rua Dr. Miguel Teixeira, era homenagem àquele ilustre homem público, o velense Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa, a quem o Concelho das Velas muito ficou devendo e pela razão da casa daquela família ali se situar.

A imprensa local deu relevo à deliberação acima mencionada, dizendo:

«Por deliberação da Câmara, tomada em sessão do dia 28 do passado, foi a rua do Outeiro desta Vila, repartida em duas a saber: da rua José Cunha da Silveira para baixo, passou a denominar-se «rua do Dr. Miguel Teixeira» e de lá para cima «rua de São João». A memória do Dr. Miguel Teixeira Soares está vinculada tão indelevelmente à história local, por actos de tal civismo, que, para ser imorredora, não carecia dessa recomendação, já hoje vulgar, à posterida-

(79) Arq. Mun. Velas - Actas 1900.

de; Mas o acto da Vereação significando o seu apreço pelas grandes virtudes do ilustre e chorado jorgense tem o nosso mais sincero aplauso» (80).

Hoje o Solar desta Família é propriedade da Santa Casa da Misericórdia que o adquiriu por compra em 1980. Ali se acha instalada a Secretaria, Arquivo e Jardim Infantil, daquela Instituição.

Também nesta rua se encontra a Estação dos Correios, Telégrafos e Telefones, em edifício próprio inaugurado em 1972, bem como a sede da Sociedade Nova Aliança, também em edifício próprio, construído após a crise sísmica de 1964.

O pavimento é em calçada à fiada.



14 - Rua Guilherme da Silveira

Era a rua «onde correm os cavalos» a primitiva co-nhecença deste arruamento. Depois do século XVII passou a chamar-se rua das Freiras, por ali se ter construído de 1686 a 1696 o Convento de Nossa Senhora do Rosário, de religiosas da regra de Santa Clara, da Segunda Ordem de São Francisco de Assis. Foi fundação do Padre Amaro Teixeira Fagundes, de que falaremos noutra parte deste trabalho.

Por deliberação camarária de 11 de Maio de 1878, passou a chamar-se «rua Dom Pedro IV» (81) por no Solar da Família Cunha, ali ter estado D. Pedro em 11 de Abril de 1832 (82).

Em 22 de Outubro de 1910, a Câmara dá-lhe o nome de «rua 5 de Outubro de 1910» e depois por resolução da mesma entidade de 14 de Fevereiro de 1948, passa a chamar-se «rua Guilherme da Silveira», que mantém (83).

Esta última deliberação é a seguinte :

«Ofício datado de 17 de Dezembro do ano findo, do senhor Dr. João Cunha da Silveira, advogado, residente em Lisboa, que é do teor seguinte :

Exmo. Senhor Presidente. As investidas pelo passado das nossas Ilhas, em especial da minha terra - São Jorge - levaram-me a fixar a figura de Willelm Van der Hagen (Guilherme da Silveira) e a reparar na injustiça de o seu nome se não achar

(81) Arq. Mun. Velas - Actas - 1878.

(82) Arq. dos Açores - Vol. 7ª, pág. 19 e seg.

(83) Arq. Mun. Velas - Actas - 1910 e 1948.

inscrito em qualquer lugar público, lembrando aos de agora e aos que hão-de vir a sua gesta. Eis a razão de vir à presença de V. Exa. com a sugestão seguinte : Atendendo a que o flamengo Willelm Van der Hagen (que os contemporâneos traduziram e o Rei confirmou - para Guilherme da Silveira) foi um dos primeiros povoadores de diversas ilhas dos Açores e, em particular, da Ilha de São Jorge, onde se fixou e morreu, de forma a constituir alto exemplo, como narram os cronistas ;

Atendendo a que ele foi de todos os flamengos que para os Açores vieram aquele que maior e melhor nome deixou, como são unânimes em afirmar todos os que dele se ocuparam ;

Atendendo a que Guilherme da Silveira - com os que com ele vieram e se fixaram - muito contribuiu para o desenvolvimento de São Jorge, quer através da primeira lavoura, quer com a iniciação do que seria a indústria dos lacticínios, ainda hoje a fonte principal de prosperidade ;

Considerando, por último, que, oficialmente, nada perpetua o seu nome :

Tenho a honra de propor :

Que a uma das ruas da Vila das Velas, seja dado o nome de «Guilherme da Silveira» com uma legenda que poderia ser «Pioneiro do povoamento de São Jorge e da sua prosperidade». Que essa rua seja a que, presentemente, é designada por «5 de Outubro», dado ser aquela onde tinha a sua casa o Conselheiro Dr. José Pereira da Cunha da

Silveira e Sousa que a Guilherme da Silveira – seu antepassado –, à história, e ao desenvolvimento e bem estar de São Jorge dedicou a maior parte da sua vida.

Se se entender que a dedicação da Vila das Velas ao regime republicano se não encontra suficientemente demonstrada nas designações oficialmente dadas: Jardim da República, Avenida 19 de Outubro, Rua Dr. Manuel de Arriaga e Avenida Almirante Cândido dos Reis, a denominação rua 5 de Outubro poderia passar para outra artéria que ainda não perpetue qualquer facto ou pessoa dignos de relevo.

Dentro em breve espero ter o prazer de ofertar a V. e à biblioteca desse Municipio exemplares do estudo que tenho entre mãos sobre Guilherme da Silveira e a influência flamenga em São Jorge; Aproveito a oportunidade para pedir a V. . . o favor de ser intérprete junto dos seus Colegas na administração municipal e se possível for, junto dos meus conterrâneos, dos sentimentos de que nem por ultimamente ter vivido longe, deixei de ter sempre bem vincada a lembrança da sua terra. Creia V. . . na elevada consideração do – a) João Cunha da Silveira».

«A Câmara em inteira concordância com a sugestão apresentada pelo senhor Dr. João Cunha da Silveira, deliberou que a rua desta Vila actualmente designada por «Cinco de Outubro de 1910» passe a denominar-se «Rua Guilherme da Silveira».

Esta rua que liga o Largo Dr. João Pereira com a rua Dr. João Teixeira, cruza na sua parte final com as ruas de São Francisco e Cunha da Silveira.

Tem cinco prédios urbanos destacando-se o Solar da Família Cunha da Silveira, com desenvolvida fachada sobre este arruamento.

É pavimentada em calçada basáltica.



15 - Rua de São José

É também das primitivas desta Vila – a rua das procissões – como nos primeiros tempos era conhecida. Por ali iam as procissões da Igreja Matriz para a de Nossa Senhora da Conceição, que o mar praticamente destruiu na enchente de 21 de Dezembro de 1641, e já referida na parte anterior desta narrativa.

Já no século XVII é designada na maior parte dos documentos que nos vieram à mão, por rua de São José.

A deliberação de 11 de Maio de 1878, a confirma neste nome que ainda mantém (84).

Faz a ligação entre o Largo Dr. João Pereira e a rua do Corpo Santo, cruzando-se no percurso com a rua Gago Coutinho.



(84) Arq. Mun. Velas - Actas de 1878.

O lado norte desta rua, no seu troço inicial para quem vai do Largo para o bairro da Conceição, confrontava com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário do extinto Convento daquele nome, que depois foi adoptado a teatro – Teatro Velense – que funcionou até 1947 e de que falaremos oportunamente.

Nela existem 19 prédios urbanos, incluindo o edifício da Padaria Velense.

Curioso que esta rua não está abrangida pelo conjunto de habitações que constituem o bairro da Conceição, embora pelo sul confronte com a rua que, nos primeiros tempos, antes da construção das muralhas, se chamava mar de Bairros e a que já nos referimos a quando da toponímia da rua Miguel Bombarda.

Está pavimentada com calçada.

16 - Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral

A designação desta rua até 1878 era de «rua do Boi», sendo certo que também nos aparece algumas vezes como rua pública (85), porém, até há pouco tempo, era quasi sempre assim designada. Nada encontramos escrito que justificasse o nome de rua do Boi. Há no entanto uma tradição oral de que nos primeiros tempos ali morou um individuo - José António, por apelido do boi, por ter um animal desta espécie com que moía numa atafona, situada sensivelmente a meio da dita rua. Será certo?

A Câmara por resolução de 23 de Março de 1878, deliberou se chamasse de Travessa de São José, que mereceu parecer favorável da Autoridade Superior do Distrito de Angra do Heroísmo, cujo alvará foi presente à reunião da mesma Câmara de 11 de Maio daquele ano, autorizando os nomes propostos pela Câmara. Assim passou a chamar-se por Travessa de São José (86).

Estabelece a ligação entre as ruas de São José e a de São Francisco.

Assim se manteve até 10 de Maio de 1972, em que o Município resolveu se chamasse «rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral», homenagem decorrente do cinquentenário da travessia aérea do Atlântico Sul por aqueles heróicos aviadores (87).

No ano anterior tinha sido alargada pela Câmara e devidamente pavimentada e calçada.

(85) J.C.S. Avellar - *Ilha de S. Jorge* - pág. 265.

(86) *Arq. Mun. Velas - Actas 1878.*

(87) *Idem - 1972.*

A inauguração da nova designação fez-se por acto público em 17 de Junho de 1972.

Consta também - por tradição - e convém registar, que após a construção do Convento de Nossa Senhora do Rosário, que fica pelo nascente desta rua e de que falaremos na parte seguinte deste trabalho, se construíram naquele arruamento um conjunto de moradias para residência de serviçais do dito Convento. O certo é termos ainda conhecido aquela rua na sua forma antiga e de facto, uma grande parte das moradias era de traçado uniforme, como obra feita em série, o que hoje se não nota já por benfeitorias posteriores.

Ao presente tem catorze moradias, sendo alguns dos prédios ali existentes, de recente construção.



17 - Rua do Corpo Santo

Inicialmente chamada ribeira ou grota, por ser a continuação da grota que vinha do lado da Piedade, no alto da Vila, passou a partir do século XVII a titular-se por rua da Galera, pelo facto de no seu final, hoje defendido por muralha, ir até ao nível do mar e servir para estaleiro de construção naval.

Curioso registar que no pano de boca de cena do Teatro Velense, destruído pelo sismo de 1964 e que representava a Vila das Velas em 1864, ali se via, naquele local uma barca em construção.

Este pano fora pintado na data antes referida, por Manuel de Oliveira, natural da Ilha Terceira (88).

Por volta de 1960 e dado que o Teatro Velense, nessa época, já se encontrava em parte desarmado, a Câmara das Velas pretendeu comprar o mencionado pano, dado representar as Velas na data de 1864. O proprietário não o quis vender e foi pena. Adquirido pela Câmara teria sido restaurado e estava destinado a ser colocado na entrada principal dos Paços do Concelho.

Tinha certo merecimento artístico.

Tudo se perdeu com o sismo de 1964. Dele temos uma fotografia, bastante defeituosa, que vamos apresentar neste trabalho, noutra parte, para que fique como memória.

Mas voltemos à rua do Corpo Santo.

A deliberação já tantas vezes referida de 11 de Maio de 1878, mantém-lhe o nome de rua da Galera, o que quer dizer ser assim designada de há tempos, embora não por resolução municipal.

(88) J.C.S. Avellar - Ilha de D. Jorge - pág. 272.

Foi por deliberação de 4 de Junho de 1904 que passou a chamar-se rua do Corpo Santo (89).

É a rua de maior largura desta Vila - por isso os mais antigos lhe chamavam «rua larga» estando hoje pavimentada a asfalto.

Tem onze prédios urbanos, entestando pelo poente com o adro do extinto Convento de São Francisco, hoje ampliado e adaptado a Hospital.

Esta rua é o principal aglomerado do chamado Bairro da Conceição. A Igreja do extinto Convento, antes aludido, ainda existente e em serviço é da invocação daquela Senhora.



Nos antigos tempos, pelas reduzidas dimensões das casas que ali existiam, as pessoas, logo que o tempo permi-

(89) Arq. Mun. Velas - Actas - 1904.

tia, sentavam-se nas soleiras das portas, tomando sol, fazendo costura ou esperando que os maridos e filhos voltassem da faina do mar, dado que na sua maioria se dedicavam a ela.

Daí a quadra que nos princípios deste século ainda se cantava:

No Bairro da Conceição
Não se pode namorar;
De dia velhas à porta,
De noite cães a ladrar...

Esta rua vai da muralha do mar até à rua da Gruta, na extensão de cerca de 100 metros e cruza-se com a rua Miguel Bombarda, logo no seu início, rua de São José e Avenida da Conceição e ainda com a rua de São Francisco.

18 - Avenida da Conceição

Este arruamento que no seu troço inicial é dos primitivos desta Vila, foi ao longo dos tempos designado por - rua do Sarmento - alcaçarias - rua do Açougue - rua de Santa Cruz - rua da Conceição e finalmente - Avenida da Conceição.

Parte da rua do Corpo Santo e vai pela beira-mar até ao Arco da Conceição e Castelinho (forte da Eira, hoje em ruínas).

De principio era a ligação, passando pela ribeira ou grotta, entre a rua das Procissões (São José) e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Forte, levados pelo mar por ocasião da enchente de 21 de Dezembro de 1641, e o nome de rua do Sarmento por que foi conhecida, vinha-lhe de ali ter morado o juiz ordinário António Garcia Sarmento, que foi o terceiro Capitão-Mór desta Vila (90).

Depois, por ali terem existido as alcaçarias, assim se chamou, mas já no século XVII passou a chamar-se rua do Açougue, pela construção do açougue onde existe ainda hoje e cuja fachada principal é daquela época.

Por deliberação camarária de 11 de Maio de 1878 passa para rua de Santa Cruz (91), sendo por deliberações de 5 de Julho de 1902 e 4 de Junho de 1904, denominada, respectivamente, por rua da Conceição e Avenida da Conceição, em homenagem à Senhora da Conceição, que naquele local tivera a sua primitiva Igreja. A deliberação de 22 de Outubro de 1910, mantém-lhe esta designação, que é a actual (92).

(90) Fr. Agostinho de Mont'Alverne - *Crónica das Ilhas dos Açores* - pág. 213.

(91) Arq. Mun. Velas - *Actas* 1878.

(92) *Idem* - 1902 e 1904.

Nos primeiros sessenta metros está asfaltada. Dá acesso à Central Eléctrica (Forte de Nossa Senhora da Conceição) e ao Cemitério, indo ligar-se no final à rua Dona Beatriz de Mello, no novo bairro.

Será no futuro, uma vez pavimentada em condições e protegida pelo lado do mar, um magnífico arruamento.

Fica-lhe pelo sul a «poça dos Frades», para a qual a Câmara tem projecto com vista a torná-la piscina natural.

Nas proximidades deste arruamento fica o Armazém Frigorífico construído pelo Governo Regional em 1979 e também nos terrenos adjacentes do Hospital existiu até 1641 a Ermida de São Lázaro (93).

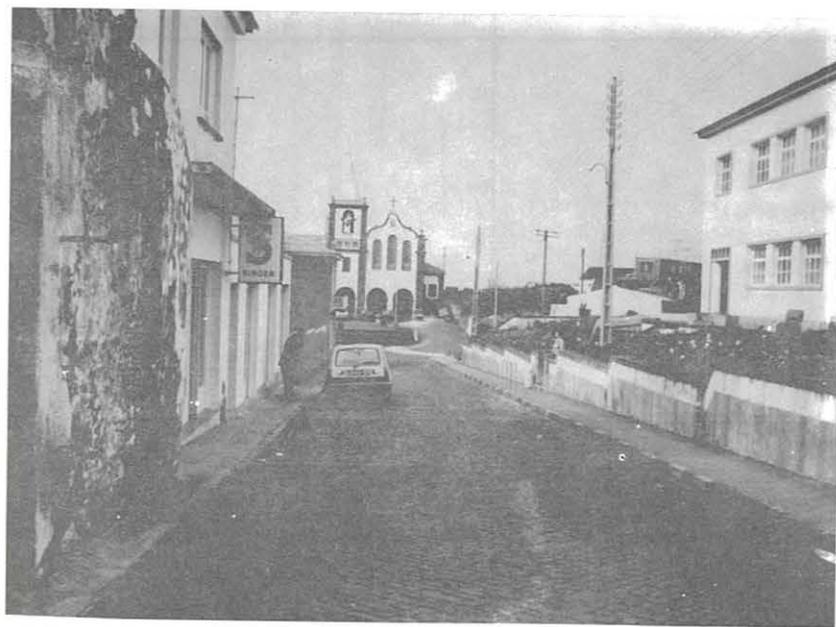


(93) *Ilha de S. Jorge*, J.C.S. Avellar - pág. 205; e *Ilha de S. Jorge*, J.D. Sousa - pág. 150.

19 - Rua de São Francisco

Chamava-se de principio Rua de Galas Lopes, que ali morou. Este nome aparece-nos no auto da eleição dos mordomos da Misericórdia de 2 de Julho de 1543 (94) e ia da rua do Outeiro até ao local de São Lázaro, onde mais tarde se fez Convento dos Franciscanos.

Logo após a referida construção (1642) passa a chamar-se rua de São Francisco, nome que mantém, sendo certo que por deliberação camarária de 9 de Maio de 1896, passe a ter dois nomes (95): O primeiro troço desde a rua do Corpo Santo até ao cruzamento com as ruas Guilherme da Silveira e Dr. João Teixeira, mantendo o nome da rua de São



(94) «Respigador», nº 15, de 5/2/1889.

(95) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1896.*

Francisco ; o segundo troço desde aquele cruzamento até à ligação com a rua Dr. Miguel Teixeira, passa a chamar-se rua Cunha da Silveira, como actualmente. Foi uma homenagem à Família Cunha da Silveira.

Tem de extensão cerca de cem metros e está delimitada por construções urbanas, moradias no lado sul e a Escola Primária no lado norte.

O arruamento é pavimentado em calçada.

20 - Rua Cunha da Silveira

Assim chamada como da deliberação de 9 de Maio de 1896, anteriormente referida.

Na extensão de cerca de cem metros liga aos cruzamentos mencionados na nota antecedente, ou seja das ruas Guilherme da Silveira e Dr. João Teixeira, à rua Dr. Miguel Teixeira.

Tem bons prédios urbanos, destacando-se na sua parte final do lado sul, o novo edifício dos Correios.

É pavimentada em calçada.



21 - Rua de São João

A designação mais antiga era de rua do Oiteiro e ligava do Largo da Matriz (hoje Largo Dr. João Pereira) até ao Canto. O nome vinha-lhe da elevação de terreno em que assenta.

A deliberação de 28 de Abril de 1900 dá, como já dissemos, ao primeiro troço desta rua, desde o Largo Dr. João Pereira até ao cruzamento com a rua Cunha da Silveira, o nome de Rua Dr. Miguel Teixeira e ao restante da referida rua até ao Canto o nome de rua de São João, por atenção ao facto de ali existir a Ermida daquela invocação desde meados do século XVII (96).



(96) *Crónica da Prov. Ilhas dos Açores, Fr. Agostinho de Mont'Alverne - Ed. 1962 - pág. 211.*

O nome mantém-se e foi confirmado também pela Câmara na sua deliberação de 22 de Outubro de 1910.

Na sua parte compreendida entre as travessas de São Francisco e de São João, fica o quarteirão no qual, em parte, se situa o tardo do Paço Municipal das Velas, por onde têm acesso os utentes dos serviços públicos ali instalados.

Possui este arruamento bons edifícios de moradia e comércio, alguns deles de traça moderna a par de outros construídos no início do século passado e um pouco antes, que apresentam cantarias de bom lavor e sóbrio equilíbrio estético.

É pavimentada em calçada.

22 - Rua Dr. Manuel de Arriaga

Corresponde ao troço que vai desde o cruzamento da travessa de São João com a rua do lado norte do Jardim Público até ao Largo das Almas, conhecido também por Canto das Almas ou de Santo Antão, devido às duas Ermidas daquelas invocações que ali existiam. A de Santo Antão foi demolida em 1860, por ameaçar ruína e estorvar o alargamento da então estrada real (97). A das Almas ainda existe, restaurada pela Irmandade do Domingo do Espírito Santo.

Este trecho de rua, no século XVIII, aparece-nos designada como rua do Cavaleiro. Por resolução da Câmara de 18 de Janeiro de 1908, muda para rua Conselheiro Pedro Roberto e em 22 de Outubro de 1910, para rua Ferrer. Creio que ninguém tem na memória estes nomes. Devem ter tido pouca aceitação pública, tanto assim que por deliberação de 7 de Dezembro de 1912, passa a chamar-se rua Dr. Manuel de Arriaga, que mantém (98).

Tem bons edifícios de moradia e de comércio, destacando-se, no seu princípio o edifício comercial construído para esse fim exclusivo em 1930 por José Vieira e na sua parte final o grande edifício comercial construído em 1978 pela firma António Serpa & Soares, Lda. Também nesta rua, no seu cruzamento com a rua de Santo André, se situa em edifício próprio a Agência do Banco Comercial dos Açores.

Foi pavimentada em calçada em 1949 pelo Estado (Junta Autónoma de Estradas) e pelo facto de o nivelamento então feito ter alterado bastante o anterior, resultou o entai-

(97) Arq. Mun. Velas - Actas - 15/9/1860 e 31/12/1860.

(98) Idem - Actas - 1912.

pamento de soleiras do rés-do-chão de numerosos prédios. Houve protestos da população que originaram acções de natureza política desagradáveis para alguns cidadãos que nos mesmos tomaram parte, os quais reclamavam um justo direito. O autor destas linhas passou por sérios dissabores nesse incidente, como porta-voz dos reclamantes. Coisas dos tempos... em que era difícil falar mesmo com razão.

Este arruamento foi sempre o principal centro do comércio desta Vila. Tem cerca de 120 metros de extensão.



23 - Largo de St^o Antão

Largo de St^o Antão, antigo Canto

24-25 - Rua da Gruta

Liga a rua do Corpo Santo desde o Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição anexa ao Hospital, cruza-se quasi no seu final com a Avenida do Livramento, seguindo até à Avenida 19 de Outubro de 1910. No seu troço inicial liga com a rua Dona Beatriz de Mello.

Até meados do século passado, como já referimos na primeira parte deste trabalho, era designada por Grota, escoamento natural das águas que vêm desde a Piedade, embora servisse de caminho em precárias condições, que mais tarde, pavimentada a macadame passou a ser usada por pessoas e carros.

A partir de 1952 a Câmara Municipal iniciou ali obras de urbanização que só no ano presente se concluíram.

O arruamento foi alargado, dotado de passeios laterais e pavimentado a asfalto.



É um bom arruamento, com vinte e seis moradias, oficinas várias e um estabelecimento comercial. É a rua de maior largura desta Vila. Tem uma extensão de cerca de duzentos metros.

26 - Rua Dona Beatriz de Mello

Liga a rua da Gruta ao arco da Conceição cruzando-se com a Avenida da Conceição e ainda com o novo arruamento em construção e sem denominação toponímica de momento.

É um arruamento novo, aberto pelo Governo a seguir à crise sísmica de 1964, que adquiriu ali terrenos onde se construíram habitações para alguns dos sinistrados de então.

Trata-se de uma rua ampla e arejada. Esteve sem nome até a Câmara, por deliberação de 6 de Janeiro de 1984 (99), resolveu dar-lhe o nome de rua Dona Beatriz de Mello, Fundadora do Hospital das Velas, como homenagem à grande benfeitora no tricentenário do seu falecimento em 10 de Julho de 1682.

Ladeiam-na vinte e oito moradias. O pavimento é asfaltado.



(99) Arq. Mun. Velas - Actas - 1984.

27 - Rua de Manuel Jorge

Aparece-nos como canada do Correia nos finais do século XVIII (100) e a Câmara, por deliberação de 11 de Maio de 1878, dá-lhe a confirmação de rua de Manuel Jorge, nome que certamente já trazia no vulgo (101).

Não encontramos a explicação deste nome na deliberação que se lhe refere.

Consta na tradição, ter ali morado em tempos recuados, um indivíduo daquele nome, que tinha a seu cargo a vigilância dos pomares, quintas como se dizia, ali existentes. Quem fosse esta pessoa, nada colhemos sobre ela.



(100) Arq. Mun. Velas - L^a Confessados - 1973, fl. 8.

(101) Arq. Mun. Velas - Actas - 1878.

É um arruamento que liga aos terrenos denominados «relvão», de boa produção de trigo, quando ali se fazia aquela cultura.

Quando da construção dos celeiros da extinta Comissão Reguladora dos Cereais, foi esta rua rectificada no lado daquelas construções. Futuramente, segundo o projecto de expansão das Velas existente no Municipio e em parte já em execução, irá ligar à rua Dr. Machado Pires, bem como cruzará com o novo arruamento, já em parte terraplanado, que vem da rua Dona Beatriz de Mello.

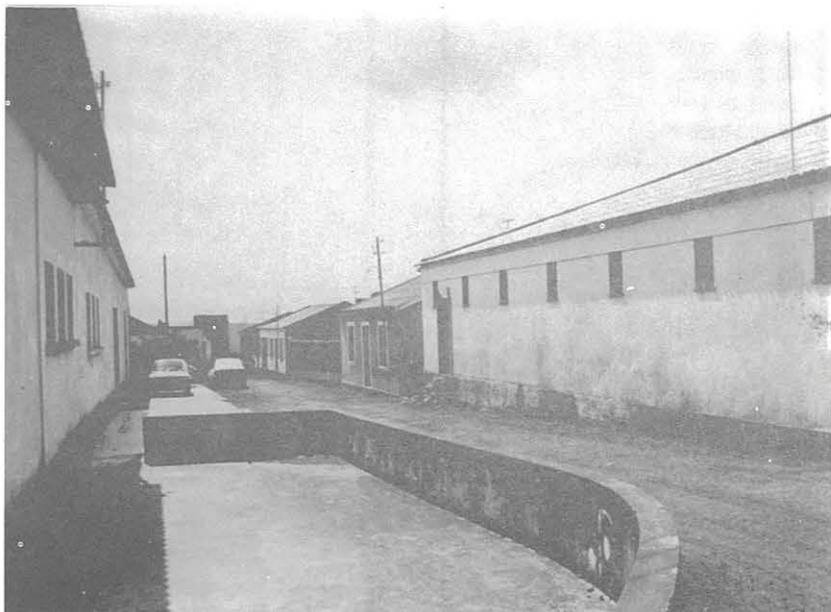
Esta rua tem de momento apenas quatro moradias, uma extensão de cento e dez metros e o pavimento macadamizado.

28 - Rua Dr. Machado Pires

Foi aberta em 1963 (102) por dádiva gratuita do terreno à Câmara pelo seu proprietário, senhor José Inácio Lopes, hoje falecido, na largura de três metros do lado do nascente e outros três metros do lado do poente pelos adquirentes de lotes para construção.

Obtido o terreno fez a Câmara de imediato o terrapleno. Era fechada no seu final sul por portão que dava acesso ao Campo de Jogos Municipal, desta Vila, adquirido pela Câmara em 1966 (103).

Como homenagem ao então Governador do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo - Dr. Teotónio Machado Pi-



(102) L^s Reg. Obras - Arq. Mun. Velas.

(103) Arq. Mun. Velas - L^s n^o 4 Escrituras Diversas.

res - a cuja iniciativa e acção muito se ficou a dever na reconstrução desta Vila e outras áreas deste Concelho, atingidas pela crise sísmica de 1964, a Câmara Municipal, por deliberação de 22 de Fevereiro de 1967 (104) deliberou dar a este novo arruamento o nome de rua Dr. Machado Pires, que mantém.

Hoje, no local onde existiu o Campo de Jogos Municipal, foram construídos os edifícios da Escola Preparatória das Velas, tendo o Campo de Jogos sido instalado no local de Entre-Morros, no final da Avenida do Livramento.

Esta rua hoje dá acesso à mencionada Escola Preparatória e prolongada para sul vai dar à Residencial de São Jorge em construção pela Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, bem como ligará no futuro à rua Manuel Jorge e arruamentos que terminam no largo fronteiro ao Arco da Conceição. Já possui dois armazéns comerciais e quatro moradias.

Está pavimentada a asfalto nos seus setenta metros iniciais. A parte restante está, por enquanto, simplesmente terraplanado.

(104) Idem - Actas - 1967.

29 - Avenida do Livramento

Vai do lugar do Canto de Santo Antão a Entre-Morros, na extensão de mil metros. Está em construção como arruamento de expansão da Vila das Velas para oeste, de que será a futura directriz.

O projecto duma avenida naquele local vem do último quartel do século XIX. João Duarte de Sousa na obra «A Ilha de S. Jorge», faz eco dessa aspiração.

Não passou disso até que na acta da Câmara Municipal das Velas de 22 de Março de 1930 (105), vamos encontrar a deliberação desta tomar conhecimento da «planta da Avenida do Livramento na extensão de 1000 metros feita pelo senhor Miguel Loureiro». Esta planta não se encontra no Arquivo Municipal.



(105) Arq. Mun. Velas - Actas - 1930.

Só em 1980 foi elaborado o projecto que está em execução, da autoria do então Presidente da Câmara, António Teles de Lima da Silveira Loureiro, filho do autor do anterior projecto.

Nesta altura estão construídas e em construção bastantes moradias, um supermercado e outras instalações.

Trata-se de um arruamento amplo que veio dar às Velas um outro dimensionamento, permitindo a construção de novas moradias, o que não era possível no perímetro urbano anterior à sua abertura.

Já estão pavimentados a asfalto os primeiros cento e vinte metros. O restante em fase de terraplanagem.

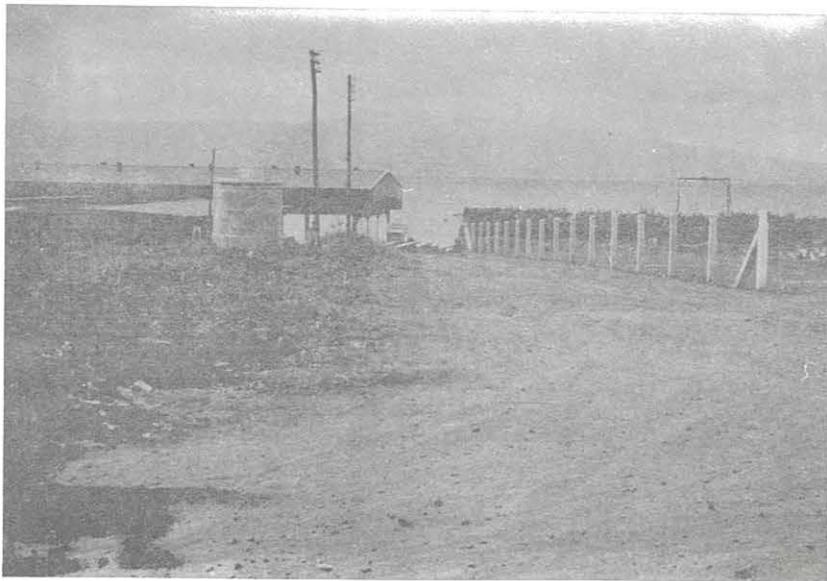
30 - Rua do Mar

Parte da Avenida do Livramento seguindo em direcção ao sul até ao sitio da «Preguiça».

Na então «canada do mar», como foi designada até há pouco, visto que a actual denominação é da deliberação de 6 de Março de 1985 (106), foi estabelecida no século XVII uma pequena estância para desterro dos portadores de doenças contagiosas, dado ter sido demolido no mesmo século o lazareto e Ermida de São Lázaro, existentes a poente da ribeira que hoje constitui a rua do Corpo Santo.

Este arruamento servia as terras de cultura daquela zona e era, no seu final, nos rochedos da «Preguiça» óptimo pesqueiro, sobretudo na época de inverno.

Presentemente o pavimento é em terra e dá acesso - um dos acessos - aos edifícios da Escola Preparatória.



Arq. Mun. Velas - Actas - 1985.

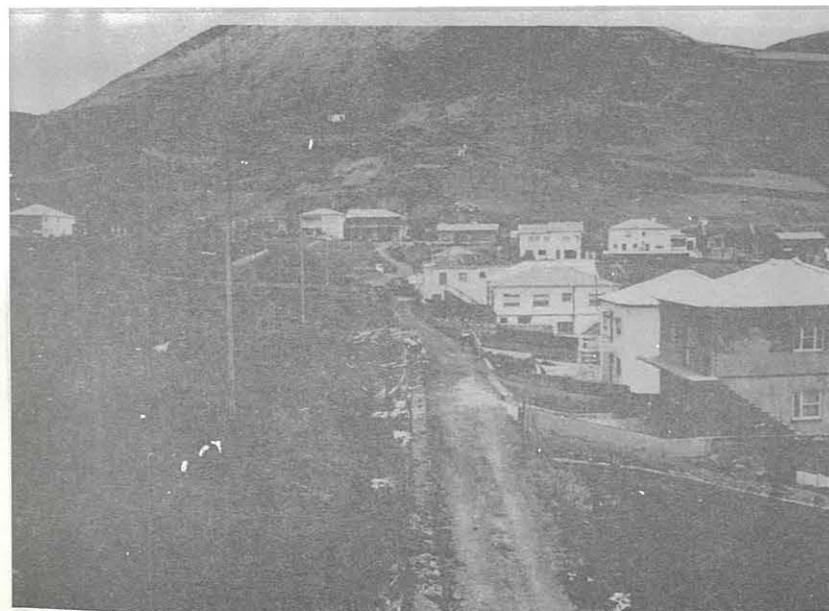
31 - Rua do Livramento

É o troço que liga da Avenida à Ermida do mesmo nome, actualmente. Era conhecida por canada da Ermida.

Esta Ermida tinha, até finais do século XIX, o nome de Ermida de Nossa Senhora do Pilar. Na parte seguinte deste trabalho, falaremos em detalhe deste assunto.

A rua em referência é, ainda hoje, um arruamento defeituoso, apesar de já ter várias moradias no lado sul em número de oito, e estar iluminada a electricidade.

A Câmara das Velas, tem em plano para anos futuros, a sua rectificação em planta e perfil, bem como a respectiva pavimentação, o que esperamos e esperam os habitantes daquela zona, de vista muito aprazível.



32 - Avenida 19 de Outubro de 1910

Vai do Canto de Santo Antão até ao sítio das Cruzes, entroncando nesse lugar com o caminho da Piedade. Para oeste segue a estrada regional nº 1-2ª.

Trata-se de um troço da estrada antes referida, dentro dos limites urbanos da Vila das Velas. É a sua saída, única para viaturas. Os peões podem utilizar a rua dos Degraus. Este arruamento é pavimentado em calçada e tem cerca de quinhentos metros de extensão.

Na sua parte inicial, ou seja do Canto de Santo Antão até um pouco acima do local que se designava por «Cano do Engenho» possui boas moradias e algumas oficinas.

Chamava-se rua das Cruzes, dado que no sítio do seu final, conhecido por Banquetas, existiu até finais do século XVIII, um pequeno cruzeiro.



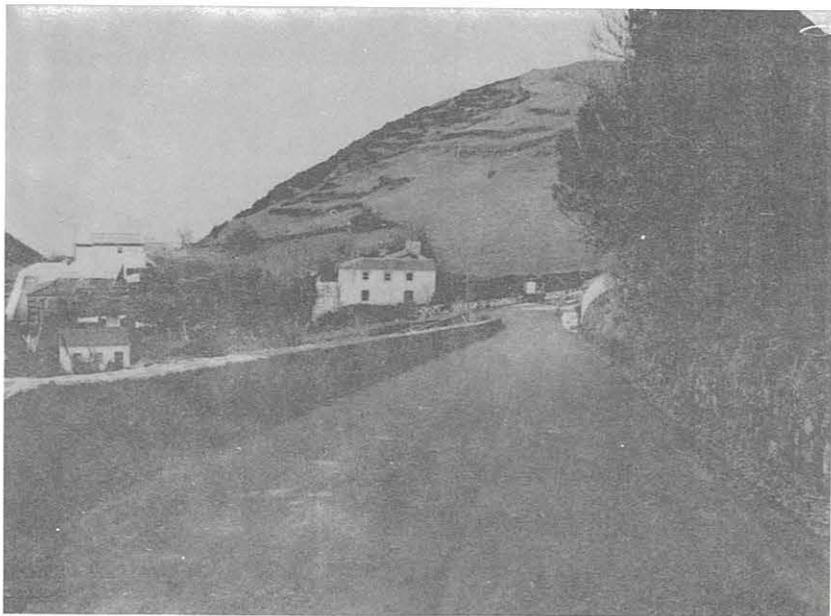
A deliberação camarária de 11 de Maio de 1878, confirma este nome, que por deliberação de 4 de Junho de 1904 é mudado para Avenida das Cruzes, nome que mantém até que, em 22 de Outubro de 1910 a Edilidade delibera se passe a designar por Avenida 19 de Outubro de 1910, data da Proclamação da República, nesta Vila.

33 - Caminho da Piedade

É o limite, pelo Norte, do perímetro urbano das Velas e vai do sítio das Cruzes ou Banquetas, até à estrada regional no sítio das Levadas, passando pelo aglomerado da Piedade e cruzando-se com o caminho dos Degraus, ou rua daquele nome. É anterior este traçado, como saída das Velas, ao que depois e também a partir das Banquetas seguiu para Rosais, com ligação pela Beira ao lado Norte da Ilha.

No seu traçado não há moradias excepto ao atravessar o lugar da Piedade de que já falámos e de cuja Ermida daquela invocação daremos notícia na parte seguinte deste trabalho.

O seu pavimento é em asfalto e do lugar das Banquetas à Ermida da Piedade tem cerca de quatrocentos metros de extensão.

34 - Rua do Saco

Era a ligação entre a rua da Pela e o Valado. Quando este foi obstruído, como já dissemos, no final do século passado, ficou aquele arruamento fechado na sua extremidade nascente, e daí o nome de rua do Saco, que mantém.

Por volta de 1968 foi aberto por iniciativa particular um ramal naquele arruamento, que permitiu a construção de algumas moradias.

O pavimento é em calçada, sendo o ramal em terra batida.



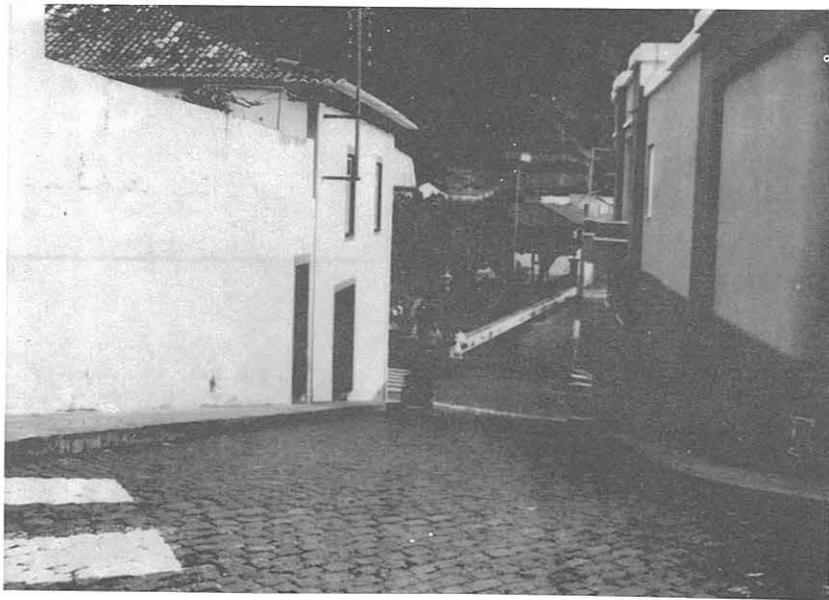
35 - Travessa de São Francisco

A sua mais antiga designação conhecida era de travessa do Penedo, pela existência no seu cimo de uma pedra de avultadas dimensões, que foi destruída com pólvora, como consta da tradição.

Com a fundação do Recolhimento de São Gonçalo em 1662, e dada a proximidade, passou o vulgo a chamar-se travessa de São Gonçalo. Aliás ainda no tempo de José Cândido da Silveira Avellar era assim conhecida, embora o Recolhimento tivesse sido extinto em 1859 (107).

A designação de travessa de São Francisco já se usava nos finais do século XIX e a Câmara por deliberação de 22 de Outubro de 1910, confirma-a e ainda se mantém (108).

É pavimentada em calçada.



(107) Ilha de S. Jorge, de J.C.S. Avellar - pág. 276.

(108) Arq. Mun. Velas - Actas - 1910.

36 - Travessa de São João

Assim designada desde o século XVIII, derivado do facto de a Ermida de São João ter a sua parte lateral sul virada para este arruamento, nome que mantém e confirmado pela já tantas vezes referida deliberação de 22 de Outubro de 1910.

A Câmara resolveu em 15 de Setembro de 1860 alargar esta travessa com redução no adro (109), acto que voltou a repetir-se em 1954 e ficou como está actualmente.

O lado sul desta travessa é limitado pelo Paço Municipal das Velas.

O seu pavimento é em calçada.



(109) Arq. Mun. Velas - Actas - 1860.

37 - Rua Dr. João Teixeira

Da parte «antiga» das Velas, esta foi a última construída, daí o nome por que ainda hoje é conhecida - Rua Nova.

A notícia mais remota que temos dela é de 8 de Setembro de 1708, a quando da invasão desta Vila pelos corsários franceses do comando de Du Guay Trouin: «Para evitar maior perigo saíram todas as religiosas com cruz alçada pelo portão dos carros do mosteiro, acompanhadas do Reverendo Confessor do Convento o Dr. João de Sousa Pacheco, e dos religiosos de São Francisco, por se achar a mais gente na defesa da praça. Seguiram pela RUA NOVA, não sem grande temor das muitas balas que em toda a Vila caíam, e se retiraram para a Igreja de Rosais. . .» (110).

Deve, ao que apurámos ter sido aberta por aquela época, pois até final do século XVII, nunca lemos qualquer referência a esta rua. Em 1793 moravam ali onze famílias num total de quarenta e duas pessoas (111) e em 1829 já ali residiam dezasseis famílias (112).

Em 22 de Março de 1890, a Câmara das Velas deliberou dar-lhe o nome de «rua Dr. João Teixeira» a requerimento de João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho. Eis o requerimento e a deliberação, que denotam a consideração, a estima e o respeito que merecia a memória do Dr. João Teixeira Soares de Sousa (113).

(110) *Ilha de S. Jorge - J.C.S. Avellar - pág. 268.*

(111) *Arq. Matriz Velas - L^a Confessados de 1793 - pág. 8v^o.*

(112) *Idem - 1829, pág. 144.*

(113) *Arq. Mun. Velas - Actas e Correspondência - 1890.*

«Ilmos. e Exmos. Snrs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Honrar a virtude e celebrar o talento, é principio geral de civilização. Perpetuar a memória dos beneméritos é uma acção de nobre civismo: um dever que impende a todos. Levantar do esquecimento o nome daqueles que se distinguiram por suas virtudes, por seus trabalhos e incontestáveis merecimentos - é uma Lei humanitária - que não só nobilita famílias, exalta hierarquias, afirma superioridades, mas ainda assegura à pátria dos heróis uma glória imperecível, e autoriza a um povo verdadeiras e bem sólidas ufanias. E assim liga-se a geografia com a história, com as ideias se ligam com os factos, e os principios com as instituições. As ilhas do arquipélago grego disputavam entre si a glória de cada qual ter sido a pátria de Homero. Porquê? - Porque Homero foi um poeta divino. Lisboa, Santarém e Coimbra pretendem a honra de cada qual ter sido o berço de Camões. Porquê? - Porque Camões foi um poeta com que se honra não só um povo, mas a Humanidade inteira. Tal é o condão do génio que atrai os respeitos de todas as gerações, e de todos os séculos. E obedecendo a estes principios, e sob a influência de tais considerações que os reinos, as provincias, as cidades e os municipios celebram e solenizam as suas glórias mais puras, as virtudes de seus filhos, na consagração patriótica de símbolos, de cortejos, de estátuas e monumentos. Numa das praças de Aveiro ergue-se magestosa a estátua do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães. Nas praças das nossas principais cidades avultam numerosos padrões, comemorando as glórias da pátria. Os beneméritos da literatura e os soldados da liberdade, as supremas energias de uma época e os eleitos de uma geração, afirmam-se ali à posteridade no bronze ou no mármore, como uma gratidão, como uma recompensa a serviços heróicos e a grandes abnegações, como um estimu-

lo ao bem, ao renome e à glória e um prémio condigno a altas empresas e a futuros cometimentos. Também neste canto ignorado do mundo, nesta Ilha perdida como as outras na imensidade do oceano, temos ilustrações a que render preitos e prestar homenagens; como se a Providência quisesse mostrar que em toda a parte fulguram talentos, e que o génio não tem pátria e é cosmopolita, brotando do seio da humanidade, vivido, esplêndido, luminoso e espontâneo. O Dr. João Teixeira Soares de Sousa é uma glória açoreana, e uma glória da pátria. Os seus talentos, as suas aptidões excepcionais, o seu patriotismo, os seus trabalhos nas letras, fazem ilustre e gloriosa a sua memória, dando direito a consagrações que perpetuem o seu nome, e assinalem às gerações do provir a sua benéfica influência no meio em que viveu, e o brilhante papel que representou como literato na sociedade portuguesa. Foi por isso que nós, humilde obreiro



do progresso, publicámos em sua honra um número especial ilustrado do «Respigador», periódico de que somos director e proprietário. É por isso ainda que vimos hoje perante a ilustre municipalidade velense renovar a ideia que então propusemos no referido periódico (n.º 14, de 20-1-1889), e foi que, para perpetuar a memória do ilustre jorgense, a Exma. Câmara desse o nome de Rua do Dr. João Teixeira, à que hoje se chama Rua Nova, e onde o ilustre sábio costumava habitar quando vinha a esta Vila.

(... Lembramos que o Dr. João Teixeira vivia normalmente na sua casa da Fajã de St.º Amaro, ainda existente...).

Exmos. Senhores - Não pedimos pomposos monumentos; não lembramos altos padrões, nem soberbos epitáfios. Uma simples lápide, dando o nome à referida rua, honrará sobremaneira a ilustre vereação que a promover e testemunhará a nacionais e estrangeiros que apreciamos o talento e somos, em suma, um povo civilizado. Incumbe a todos o cumprimento deste dever de nobre e delicado civismo, porque honrar o mérito e a virtude é honrar a civilização; porque professar sentimentos de encendido patriotismo é honrar a humanidade. Invocamos, pois, ao deferimento da nossa petição: 1.º - os incontestáveis merecimentos do Dr. João Teixeira Soares de Sousa; 2.º - Os princípios que acabamos de expor; 3.º - o acrisolado patriotismo, o grande alcance de vistas, e sobretudo a comprovada ilustração e mais nobres qualidades que exornam os cavalheiros a quem o povo confiou as suas garantias, os seus melhoramentos e prosperidades, e os seus mais caros interesses. Pedimos e esperamos deferimento em nome da Justiça, da honra, do dever; em nome da ilustração do povo, em nome das letras, em nome da sociedade e da pátria; pedimo-lo, finalmente, em nome da civilização. - E. R. M. ».

Foi deferido e resolvido que as lápides fossem colocadas no 1º de Julho seguinte, o que se fez.

* * *

Tem quinze moradias, das quais se destaca pelo seu valor arquitectónico a sede da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense (antiga moradia da Família Forjaz Carvalho), a de João Furtado Sarmiento e a de herdeiros de Rui de Mendonça (que foi do Dr. José Teixeira de Sousa Soares, irmão do titular daquele arruamento, Dr. João Teixeira, como antes referimos). A extensão é de 208 metros e o pavimento em calçada à fiada.

38 - Jardim da República

É o jardim das Velas, a que já fizemos referência quando da primeira parte deste trabalho ao falarmos do século XIX.

Ladeiam-no quatro ruas. A do lado norte estabelece ligação entre as ruas Dr. Manuel de Arriaga e a de Santo André. A do sul entre as ruas Maestro Francisco de Lacerda e Dr. Teófilo Braga. A do nascente liga esta rua com a de Santo André e a do poente as ruas Maestro Francisco de Lacerda e Dr. Manuel de Arriaga.

Estão pavimentadas a calçada à fiada.

Ladeiam-na, na quasi totalidade bons edificios, destacando-se de todos, o Paço Municipal das Velas, que para esta praça ajardinada tem a sua principal fachada.



39 - Rua João Soares de Albergaria de Sousa

O mais recente arruamento desta Vila, que vindo do cruzamento da Avenida do Livramento, no sitio da rua do mesmo nome, vai ligar à Avenida 19 de Outubro de 1910, acima do sitio do antigo Cano do Engenho.

Foi adquirido pela Câmara em 26 de Junho de 1982, aos seus proprietários José Manuel Amarante e irmão Álvaro Amarante, que a haviam aberto com vista a orientar um processo de loteamento (114). Está apenas terraplanado e a extensão é de cerca de 200 metros, estando já vendidos vários lotes de terreno com projectos de construção aprovados.

O nome foi-lhe dado por deliberação camarária de 21



(114) Arq. Mun. Velas - L^a 7^a de Esc. Diversas, fl. 21v^a.

de Janeiro de 1985, com o seguinte fundamento: «Que ao arruamento se dê o nome de rua João Soares de Albergaria de Sousa, preclaro velense, paladino da liberdade e patrono da autonomia açoreana, benemérito esquecido por esta Vila, a quem doou - dado o preço irrisório que recebeu - o terreno que hoje constitui o Jardim Municipal das Velas» (115).

(115) Idem - Actas - 1985.

Nº	Séc. XX	Séc. XV e XVI	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX
Nº	Deliberações posteriores	Deliberações posteriores	Séc. XIX último quartel e princípio do Séc. XX	Séc. XX (Del. 22/10/1910)	Séc. XIX último quartel e princípio do Séc. XX	Séc. XX (Del. 11/05/1878)	Séc. XIX último quartel e princípio do Séc. XX	Séc. XX (Del. 22/10/1910)	Séc. XX				
21	Rua de S. João	Rua de S. João	Rua de S. João	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro
22	Rua Dr. Manuel Arriaga	Rua Dr. Manuel Arriaga (Del. 07/12/1912)	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro
23	Largo Stº Antão	Largo de Stº Antão	Canto Stº Antão	Largo Stº Antão	Canto Stº Antão	Largo Stº Antão	Canto Stº Antão	Canto Stº Antão	Canto Stº Antão	Canto Stº Antão	Canto Stº Antão	Canto Stº Antão	Canto Stº Antão
24/25	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta	Rua da Gruta
26	Rua D. Beatriz de Melo	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
27	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge
28	Rua Dr. Machado Pres	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
29	Avenida do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento
30	Rua do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar
31	Rua do Livramento	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida
32	Av. 19 de Outubro de 1910	Av. 19 de Outubro de 1910	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes
33	Caminho da Piedade	Caminho da Piedade	Caminho dos Cavalos	Caminho da Piedade	Caminho dos Cavalos	Caminho da Piedade	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos
34	Rua do Saco	Rua do Saco	Valado	Rua do Saco	Valado	Rua do Saco	Valado	Valado	Valado	Valado	Valado	Valado	Valado
35	Travessa de S. Francisco	Travessa de S. Francisco	Travessa de S. João	Travessa de S. Francisco	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João
36	Rua Dr. João Teixeira	Rua Dr. João Teixeira	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova	Rua Nova
37	Jardim da República	Jardim da República	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal	Praça Municipal
38	Rua João Soares de Abergaria de Sousa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
39	Rua João Soares de Abergaria de Sousa (Del. 21/01/1984)	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Relação das ruas da Vila das Velas (continuação)

Nº	Séc. XV e XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX
Nº	Deliberações posteriores	Deliberações posteriores	Séc. XIX último quartel e princípio do Séc. XX	Séc. XX (Del. 11/05/1878)	Séc. XIX último quartel e princípio do Séc. XX	Séc. XX (Del. 22/10/1910)	Séc. XX	Séc. XX	Séc. XX
1	Rua dos Degraus ou da Amargura	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus
2	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso	Rua de Roque Alonso
3	Rua da Paiz	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André
4	Rua da Paiz	Rua da Misericórdia	Rua da Misericórdia	Rua da Misericórdia	Rua D. Manuel II	Rua Teófilo Braga	Rua Teófilo Braga	Rua Teófilo Braga	Rua Teófilo Braga
5	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua Infante D. Henrique
6	Área do Pechinho	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas
7	-----	Rua do Cas	Rua do Cas	Rua do Cas	Rua do Cas	Rua do Cas	Rua do Cas	Rua do Cas	Rua do Cas
8	Mar de Bairros	Área do Pechinho	Beira Mar	Beira Mar	Beira Mar	Rua Miguel Bombarda	Rua Miguel Bombarda	Rua Miguel Bombarda	Rua Miguel Bombarda
9	Largo da Matriz	Largo ou Praça da Matriz	Praça da Matriz	Largo do Mercado	Largo Dr. João Pereira	Largo Dr. João Pereira	Largo Dr. João Pereira	Largo Dr. João Pereira	Largo Dr. João Pereira
10	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz
11	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela
12	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita	Rua Alm. Cândido Reis	Rua Dr. Miguel Teixeira	Rua Dr. Miguel Teixeira	Rua Dr. Miguel Teixeira
13	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	Rua do Orlheiro	1/2 Rua de S. João	1/2 Rua Dr. Miguel Teixeira	Rua Calhama da Siveira	Rua Calhama da Siveira	Rua Calhama da Siveira
14	Rua onde correm os cavalos	Rua das Frietas	Rua das Frietas	Rua D. Pedro IV	Rua D. Pedro IV	Rua de S. José	Rua de S. José	Rua de S. José	Rua de S. José
15	Rua das Processões	Rua de São José	Rua de São José	Rua de São José	Rua de S. José	Rua de S. José	Rua de S. José	Rua de S. José	Rua de S. José
16	-----	-----	Rua do Bai	Travessa de S. José	Travessa de S. José	Travessa de S. José	Travessa de S. José	Travessa de S. José	Travessa de S. José
17	Ribeira ou Gruta	Rua da Galeria	Rua da Galeria	Rua da Galeria	Rua do Corpo Santo	Rua do Corpo Santo	Rua do Corpo Santo	Rua do Corpo Santo	Rua do Corpo Santo
18	Rua do Sarmento	Acaçafans	Rua de Açougue	Rua de Stº Cruz	Rua de S. José	Avenida da Conceição	Avenida da Conceição	Avenida da Conceição	Avenida da Conceição
19	Rua de Galas Lopes	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	1/2 Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco
20	-----	-----	-----	-----	1/2 Rua Cunha da Siveira	Rua Cunha da Siveira	Rua Cunha da Siveira	Rua Cunha da Siveira	Rua Cunha da Siveira

Relação das ruas da Vila das Velas e suas diferentes denominações topográficas através dos tempos (A ordem numérica corresponde à planta topográfica do Séc. XX)

IV - HISTÓRIAS

Esta parte do nosso trabalho pretende inserir uma série de ligeiras monografias que versarão as construções de carácter religioso – igrejas, conventos e ermidas; as de carácter civil – Misericórdia, Câmara Municipal, Palácio da Justiça, Delegação Marítima, Quartéis da Guarda Fiscal e Polícia; construções de natureza militar – fortalezas, fortes e redutos e outras instalações de interesse público.

Pretende-se que sirva de complemento à parte anterior onde falámos dos arruamentos da Vila, preenchendo, como aditamento, a notícia das construções e das ruas onde se situam.

1 - Igreja Matriz de São Jorge

Do testamento do Infante Dom Henrique, feito na sua Vila de Sagres, em 13 de Outubro de 1460, encontramos a seguinte verba: . . . «Item, ordenei e estabeleci a Igreja de S. Jorge na ilha de S. Jorge» (116). Pela simples leitura se deduz que à data do testamento, a Igreja de São Jorge, nesta Villa, já existia construída, e sendo assim, e sendo certo ter o Infante falecido no ano em que testou, pensamos ser anterior a esta data a primitiva construção. Qual a data certa? Ignoramo-la. Não a diz o erudito jorgense que foi o Dr. João Teixeira Soares de Sousa. Afirma no entanto ser anterior a 1460. O que se presume é ter sido o primitivo templo de diminutas proporções e de fraca construção. Isto relaciona-se com o facto de 1570, por mercê de El-Rei Dom Sebastião, ter sido enviado de Lisboa o retábulo que hoje se admira na Capela-Mór, já um pouco abastardo e em barroco

(116) *Arq. Açores - Vol. I, pág. 334.*



Igreja Matriz de S. Jorge (fachada norte)

primitivo, retábulo este que, por não caber na Capela da primitiva Igreja, se manteve desmontado durante cerca de 36 anos, e foi objecto de reparo em 1606. Nesta data, promoveu-se o alargamento da Capela-Mór e ali se instalou aquela peça artística, mas ainda ficou o restante corpo da igreja em precárias circunstâncias.

Mais tarde aprovou ao Corregedor Dr. Domingos Pereira da Silva, por provisão de 6 de Maio de 1664, ordenar a reconstrução do corpo da igreja, visto aproveitar-se a capela-mór, o que foi feito pelo arquitecto Francisco Rodrigues, tronco dos famosos mestres Avellares, que tantas obras deixaram depois, de fino aparelho, por esta ilha fóra, em sucessivas gerações.

A Matriz de S. Jorge por estas obras, atingiu o tamanho que possui ao presente, com as suas três naves de arcaria simples de volta inteira, em tufo cinzento, material

muito ao gosto da época.

Por volta de 1785 e a expensas do então beneficiado da Matriz, Padre Manuel Joaquim da Silveira Machado, a parte exterior do lado norte foi beneficiada. Erigiu-se a capela de N. S. das Dores e deu-se início à torre actual, completada em 1825 pelo vigário Padre António Pereira Cardoso. A cobertura actual da Igreja efectuou-se em 1906, por subscrição pública e a fachada principal e sul reconstruída em 1930 (117).

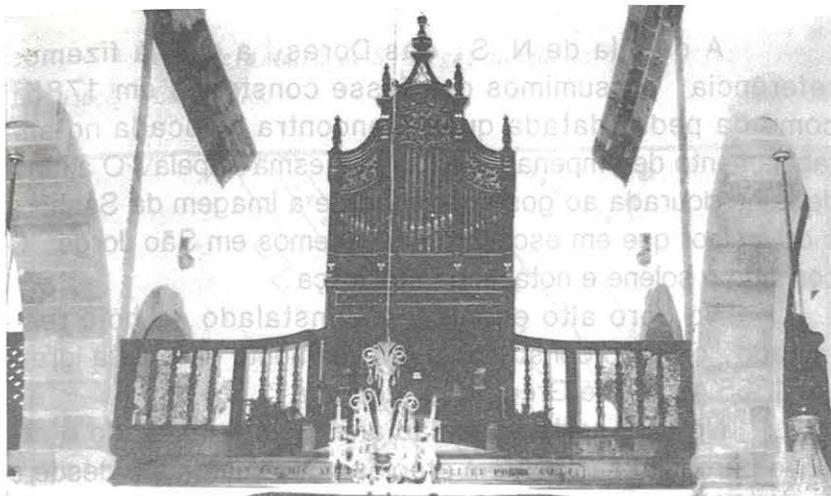
Em 1963 reconstruiu-se a sacristia do lado sul dado o estado de ruína em que se encontrava, obra que foi custeada pela Matriz, Obras Públicas da Junta Geral e Câmara Municipal, segundo projecto do Eng^o Manuel Rodrigues de Miranda, então Director de obras públicas distritais, e cuja fiscalização esteve a cargo do Eng^o José Maria de Melo.

A crise sísmica de 1964 arruinou a fachada principal deste templo. Foi restaurada sob projecto do Arq^o Francisco Augusto Batista. Nessa altura foram limpas as cantarias interiores e feitos outros melhoramentos, entre eles o pavimento, que ficou assoalhado em mogno.

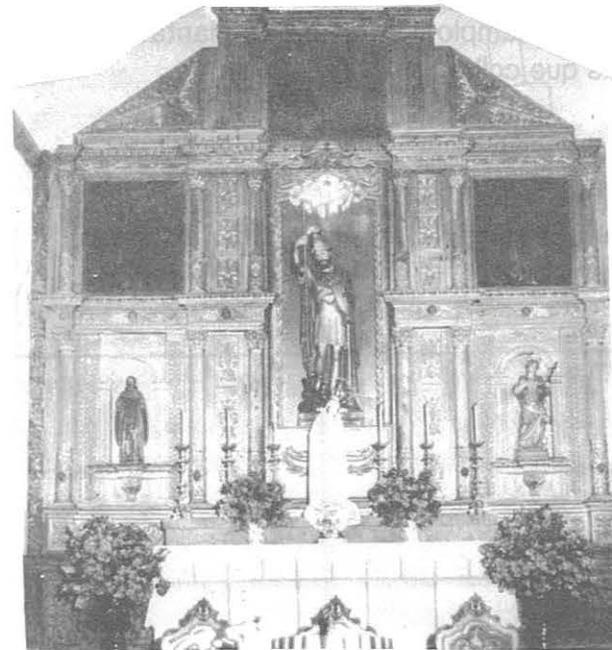
Nela existem ao presente as seguintes capelas: Do Santíssimo Sacramento, do Senhor Jesus e de Nossa Senhora das Dores e os altares laterais do Sagrado Coração de Jesus, da Senhora da Boa Viagem e de Nossa Senhora de Fátima e a capela do Senhor dos Passos no antigo baptistério.

As capelas do Santíssimo Sacramento e a do Senhor Jesus são adoçadas à Capela-Mór sendo a cobertura em abóbada de berço em basalto trabalhado com os símbolos próprios das suas finalidades. Tem bons altares.

(117) «A propósito de um restauro...» in «A União», de 22/11/1955 - J.C. Ávila.



*O orgão em cone alto construído por Tomé Gregório de Lacerda
(Igreja Matriz de S. Jorge)*



Altar-Mór (Igreja Matriz de S. Jorge)

A capela de N. S. das Dores, a que já fizemos referência, presumimos que fosse construída em 1785, como da pedra datada que se encontra colocada no entabelamento de empena exterior da mesma capela. O altar é de talha dourada ao gosto da época e a Imagem da Senhora é do melhor que em escultura sacra temos em São Jorge. O conjunto é solene e notável na sua traça.

No coro alto encontra-se instalado, e hoje restaurado, o órgão construído expressamente para esta igreja em 1865 por Tomé Gregório de Lacerda.

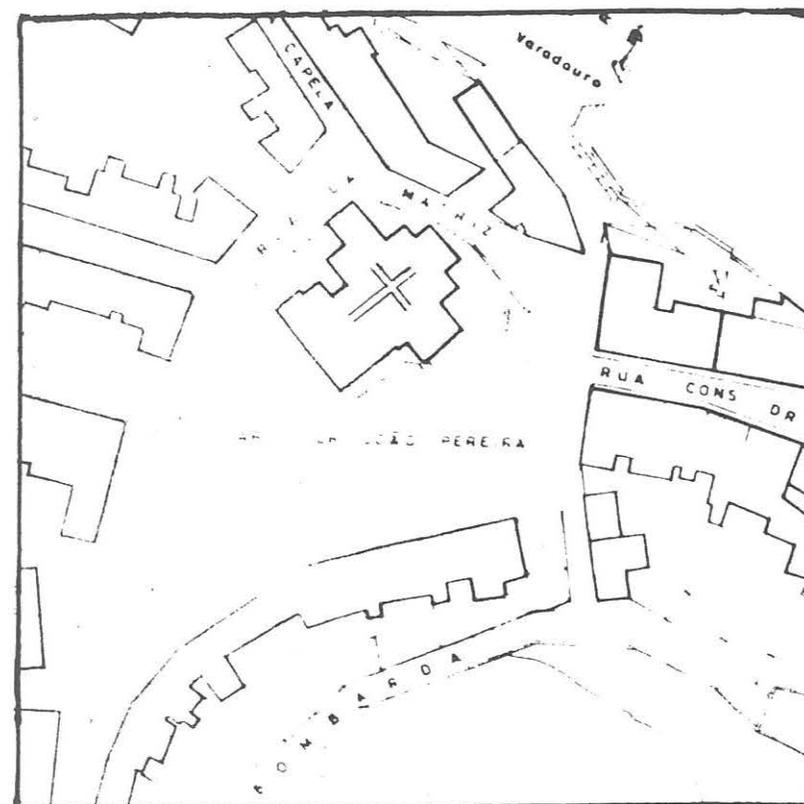
No lado norte em salão anexo está instalado o arquivo paroquial que contém preciosa documentação desde o século XVI e um pequeno museu onde estão arrecadadas alfaias, paramentos e imagens que, no seu conjunto constituem o mais valioso espólio existente no género nesta Ilha.

Deste templo juntam-se as plantas de localização e fotografias que colhemos.

Igreja Matriz de S. Jorge, da Vila das Velas

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



2 - Convento de São Francisco

O primitivo Convento Franciscano das Velas, não se situou onde existe a construção que foi convento daquela Ordem Religiosa e hoje é o Hospital. Convém registar esse facto, antes de nos referirmos propriamente ao edificio que foi o seu último convento.

Recuemos no tempo e antes de falarmos na fundação do Convento dos Franciscanos nesta Vila, vamos referir o que se passou antes da sua chegada às Velas. Trata-se da instalação dos frades de S. Agostinho, que aqui precederam os Franciscanos, e disso nos dá noticia o Arquivo Municipal das Velas, no termo lavrado em 10 de Janeiro de 1559. Eis o que ali se escreveu:

«Acordo sobre a casa de nosa senhora da conceição ser mosteiro - Em os dez dias do mes de Janeiro de mill b^ol^{ta} biii digo de mil b^ol^{ta} nove anos, forão juntos em camara, a campam tamgida, ho povo com o senhor ouvidor he juizes he vereadores deste presente ano he procurador do concelho, convém a saber, Joam Nunez juiz he Simão Fernandes Coadrado outrosi juiz he os vereadores Cristovão Diaz he roqe Annes, he Belchior Gonçallvez procurador do concelho com os governadores da terra he povo meudo, hos quaes praticarão logo que seria bem de darem a casa de Nosa Senhora da Conceição desta Vila para mosteiro de frades da Ordem de Sancto Agostinho isto por esta terra ser onde nunqa regidem nẽhuns pregadores he tendo esta casa relligiosos seria caso de senpre ter aqi pregadores he porque ora

tinhão aqi ho padre frei António Furtado licenciado que reside na dita casa he é tão aceito ao povo por seu bom viver he grande enxemplo (sic) he doutrina que ensina de que este povo careçe muito. He posta a esta prática logo todo ho povo a hũ voz dixeram que erão contentes que a casa fosse da dicta ordem he a sometião he davão a São Joam de Latrão de Roma e qerião que fosse mosteyro contanto que ho padre frei António que ora está na dicta casa seja o reitor he ministrador das cousas della porquanto ho povo todo crama que se não vá daqi. He muitos chorando ho requererão na dicta camara aos juizes he vereadores que logo fizesem este acordo porque se nos não fosse daqi este padre he que todo ho povo que os dictos juizes he vereadores fizesem com ho procurador do concelho as obrigações que quisesem à dicta ordem he podessem escrever ao senhor bispo que favore(cese) este povo em este caso por ser de tanto servi(co) de Noso Senhor he dê liçença ao dicto frei António pera que elle posa pôr ha Bulla do Santo Padre que tem na dicta casa he outras relliquias de sanctos que traz na dicta casa a quall obrigação e a doação farão com conselho do senhor Bispo ou como lhe bem parecer. He mandarão os dictos hofficiaes a mim esprivão fazer este auto da maneira que pasa he que a davão a dicta casa pera o dicto mosteiro de São Joam de Latrão he requerem que lhe dem logo a pose contanto que a dicta casa sempre seja da vocação de Nosa Senhora da Conceição como agora hé he que da pose posão dar estormentos pubriqos ou rasos como lhe melhor parecer. He asinarão aqi todos. Joam Varella esprivão da camara ho esprevi. Declararão hos dictos moradores que o asinavão com as decrações acima e atras conteudas neste auto. Joam Varella ho esprevi. Guilherme Silveira - Simão Fernandez coadrado - Christovam Diaz - Joam Nunez - Roque Anes - Joam Diaz - Joam Varella - António Nunez - Andre Manoell

– Pero Afonso – Francisco Fernandez – Pedro Diaz – Pero Anes – João Gomez . . . etc» (118).

Ora pela morte ou ausência de frades que costumavam pousar na dita casa, nenhuns outros os substituíram, pois a Câmara das Velas na sua vereação de 3 de Novembro de 1602 (119) deliberou escrever ao Provincial da dita Ordem de S. Agostinho, mostrando os desejos do povo da Vila de ter quatro Padres da dita Ordem, a saber: Um pregador e prior, outro para conselhos e ajudar a confessar, outro para ensinar gramática e outro para servir, edificando assim o mosteiro da sua Ordem na Igreja da Senhora da Conceição, para cujo fim o povo dava as ajudas conforme a sua devoção, além da Igreja, ornamentos e mais coisas e que para as obras necessárias se tomasse um empréstimo de 350,000 réis de que lhes faziam doação. Nada se conseguiu.

Durante os quarenta anos antes referidos a presença dos frades de S. Agostinho, nesta Vila, foi eventual e esporádica. Não tiveram a permanência e a fixação que o povo pretendia.

Aqui vamos entroncar o aparecimento da Ordem Franciscana, nas Velas, socorrendo-nos do relato de frei Agostinho de Montalverne, inserto na «Crónica da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores», nas suas mais importantes passagens.

O convento franciscano teve como primeira fundação a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, junto ao mar, on-

(118) Vereações da Câmara das Velas (Ed. 1984 - Dr. Ant. Santos Pereira).

(119) Arq. Mun. das Velas - Vereações de 1602.

de hoje se situa o castelo de Nossa Senhora da Conceição (central eléctrica). Para as obras naquela Ermida, João Álvares, tecelão, por seu testamento de 23 de Julho de 1518, deixara uma casa, com obrigação de missas. Também João Dias, Ouvidor e sua mulher Bárbara Dias, por testamento de 13 de Julho de 1544 deixaram casa e cerrado que tinham junto da Ermida da Senhora da Conceição, com obrigação de missas.

No capítulo celebrado em Angra em 1 de Novembro de 1607 presidido pelo Padre Frei António das Chagas, em virtude dos pedidos do povo desta Vila para fundação de um convento, este trazia licença do Provincial dos Algarves para o efeito e aceitou a fundação do mesmo na dita Ermida ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Para o efeito foram mandados os seguintes religiosos que chegaram a esta Vila em 24 de Abril de 1608: Padre Frei Vasco Garcia, presidente e fundador, o pregador Padre Frei



Convento de S. Francisco, hoje Hospital

Francisco de São Boaventura e o leigo Frei António de São Lourenço. Foram instalados na referida Igreja com o patrocínio do Capitão-Mór Garcia Pereira Sarmiento.

Nesse mesmo dia o Vigário e Ouvidor desta Vila, Padre André Gomes Frois lhe entregou as chaves dos aposentos anexos à Igreja, na presença dos oficiais da Câmara, Jorge Gomes e António Garcia Sarmiento, João Teixeira e Belchior Barreiros, do procurador do Concelho António Gonçalves Fagundes, procuradores dos mestres António Calado e Álvaro Rois e mais pessoas da Vila.

A fundação foi aceite e cumpridas as formalidades necessárias em 20 de Junho daquele ano de 1608, pelo Padre Provincial do Algarve, Frei António de Mendonça.

Como houvesse demora no cumprimento das formalidades acima referidas, muitos habitantes das Velas, querendo a toda a força um convento, pediram aos religiosos de Nossa Senhora da Graça, da Ordem de S. Agostinho, para na dita Igreja já cedida aos Franciscanos, mas sem fundação formalizada, virem fundar um convento da sua Ordem.

Daqui um episódio curioso que vamos transcrever da obra já citada, de Frei Agostinho de Montalverne:

«Sucedeu que os Agostinhos e os Franciscanos, partiram uns e outros de Angra, cada uns no seu barco. Os Franciscanos chegaram primeiro e imediatamente, se meteram de posse da Igreja. Quando os outros chegaram, não os consentiram. Regressaram a Angra e promoveram demanda, da qual vieram a desistir, pelo termo lavrado em 31 de Agosto de 1608 nas casas do Arcediogo da Sé, licenciado Manuel Gonçalves Pacheco, transferindo para os Franciscanos todo o direito que tinham na Ermida de Nossa Senhora da Conceição e pedindo ao povo desta Vila das

Velas, aceitassem os ditos padres Franciscanos. Vendo-se o Padre fundador Frei Vasco Garcia com os seus companheiros em pacífica posse, fizeram um dormitório terreiro com quatro celas e foram crescendo tanto em virtude e número que no Capitulo celebrado em Angra a 29 de Setembro de 1610 foi este Convento feito Vigararia in capite, sendo seu primeiro Vigário, Frei Francisco das Neves. Continuou o progresso conventual e no Capitulo de 22 de Julho de 1626, foi este Convento feito guardiania. Foi seu primeiro Guardião, Frei Cristóvão da Conceição»

Ainda quanto a este Convento, passamos a transcrever alguns trechos da conferência que proferimos no Cine São Jorge, nesta Vila, em 17 de Outubro de 1982, por ocasião das comemorações do oitavo centenário de São Francisco de Assis e que inserimos no boletim municipal (120).

E foram correndo os tempos até que chegou o dia 21 de Dezembro de 1641. Era dia de S. Tomé e quarta Domingo do Advento. O mar «empolou-se» de sorte que dominando o Morro dos Fachos (Morro Grande), com três marés, levou o dormitório do mar e varandas deixando apenas três celas.

A gente da Vila, ficaram uns por debaixo das águas, outros sobre os tectos. Houve cinquenta feridos, mas nenhum morreu. Os frades recolheram-se nas três celas que escaparam e em dois cubiculos que fizeram.

O padre Provincial, Frei Mateus da Conceição, estava em São Miguel, tendo sabido a noticia deste acontecimento pelo Conde D. Rodrigo da Câmara, que lhe disse

(120) Bol. Mun. Velas - nº 35 e seg.

nada ter escapado do Convento, mas que nenhuma pessoa morrera. A resposta do Padre Provincial ao Conde é curiosa: Viva Vossa Senhoria muitos anos, que me não podia dar melhor nova que esta por que eu assim o desejava da primeira vez que nele entrei por estar imperfeito. Deus que o desfez, dará com que se faça outro que pareça Convento».

No princípio de Maio de 1642 veio o Padre Provincial de S. Miguel à Terceira e dela a esta Vila, encontrando os frades recolhidos nas três celas e dois cubiculos, com o mais que tinham reparado do arruinado convento. Recolheu-se com eles, onde o veio ver o clero, a Câmara, nobreza e povo.

Em dez de Maio daquele ano de 1642 ajuntaram-se na Câmara os juizes Pedro Afonso Machado e Belchior de Lemos, os vereadores Simão Fernandes de Sequeira e André Fernandes de Ceia, o procurador do concelho João de Lima, o Ouvidor das Justiças Valério Lopes de Azevedo e o Sargento-Mór Amaro Soares, que servia de Capitão-Mór na ausência do titular Manuel Correia de Mello e ainda os religiosos, dito provincial, o Guardiã do Convento Frei Francisco da Assunção, o Vigário da Matriz Padre Pedro Furtado Coelho, a nobreza e o povo da Vila. Da reunião resultou o concenso de que o Convento não devia ser reedificado onde estava, por ser a terceira vez que o mar destruía aquele lugar. Por consentimento comum ajustaram a mudança para a Ermida de São Lázaro, onde está hoje, tendo os religiosos, de imediato, desistido do direito que tinham na Ermida da Senhora da Conceição. Logo se abriram os alicerces.

A 18 de Maio daquele ano de 1642, o guardião Frei Francisco da assunção colocou a primeira pedra e em dia igual do ano seguinte (1643) estava acabado o Convento, a Igreja com o seu côro, retábulo, dormitórios, celas, corredores, todas as oficinas, campanário com sinos e tanque de água para 150 pipas.

No convento velho trabalhara-se durante 34 anos sem «ter coisa que fosse perfeita» e «em um ano se fizera este que ficara perfeito».

Os religiosos mudaram-se a 17 de Janeiro de 1643 em procissão solene, trazendo o Santissimo Sacramento.

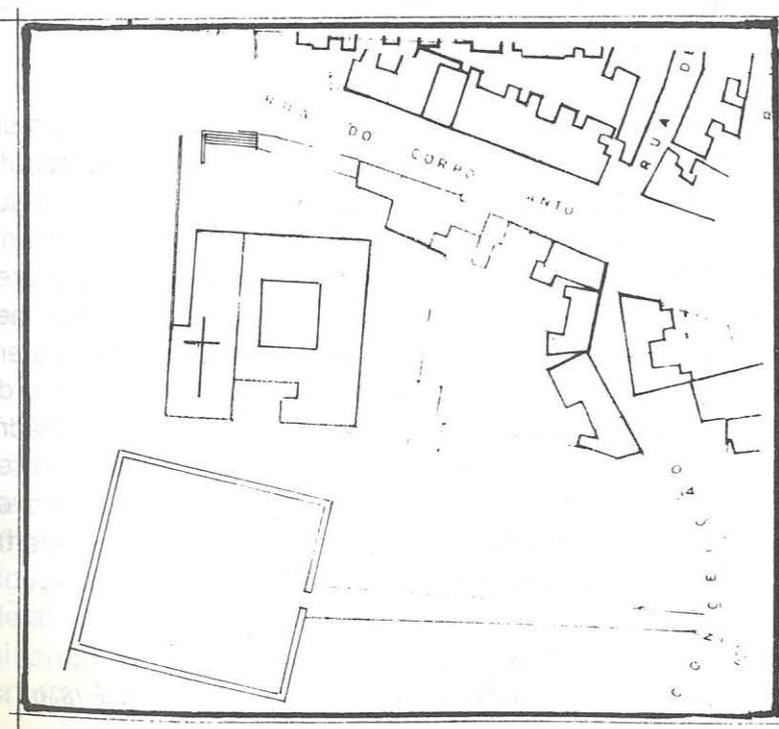
Por ser obra de Deus tudo se fez sem dificuldades. E ali estiveram mais 195 anos dos 228 que permaneceram nesta Vila.

Juntamos a planta topográfica com a indicação da área do extinto Convento e fotografia do edificio, presentemente servindo de Hospital.

Convento dos Franciscanos

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



3 - Convento de Nossa Senhora do Rosário

Este Convento de religiosas da regra de Santa Clara de segunda ordem de São Francisco de Assis, foi fundado pelo Padre Amaro Teixeira Fagundes, beneficiado da Matriz desta Vila. Era filho de Amaro Teixeira Fagundes e de sua mulher Joana Fernandes de Sequeira. Nasceria a 4 de Outubro de 1620, em Rosais (121).

Conhecedor das dificuldades na educação de meninas, que para isso tinham de se recolher aos Conventos da Terceira, entendeu o Padre Amaro Teixeira Fagundes proceder à fundação deste estabelecimento. Adquiriu a Francisco de Mello o terreno necessário.

Passamos a transcrever a «Lembrança da fundação do Convento de N. S. do Rosário», que é da autoria do Dr. João Teixeira Soares de Sousa (122):

«Sendo uma ou a maior felicidade que constitui a um herói ilustre a prudente direcção que regulando os directos ditames de suas acções se elevam a actos tão heróicos e sublimes, que ainda depois do corte da cruel Parca se eternizam como firmes monumentos e imortais pregoeiros, que prevalecendo contra a duração dos séculos se perpetua sua memória nos anais da fama, e sem temor do esquecimento se eternisa na lembrança dos vindouros seu nome: bem assim o do ilustre e nobre fundador deste Convento o Reverendo Padre Amaro Teixeira Fagundes, não só pelo antigo de sua nobreza, mas pela prudente e admirável resolução a que se elevou em edificar este sumptuoso Mosteiro, que erigiu como imortal padrão em que para sempre ficará eternizado seu nome».

(121) *Arq. Mun. Velas «Genealogias» de J.C.S. Avellar, fl. 44.*

(122) «*O Jorgense*», nº 2, 3 e 4, de 1 e 15 de Março e 1 de Abril de 1871.

«Nasceu este nobre fundador o muito reverendo Padre Amaro Teixeira Fagundes em 4 do mês de Outubro de 1620 em o lugar de Rosalles, desta ilha de S. Jorge, paróquia de N. S. do Rosário aonde foi batizado, filho póstumo de Amaro Teixeira Fagundes e de sua mulher Joana Fernandes de Sequeira, neto pela parte paterna do Capitão Baltazar Dias Teixeira e de sua segunda mulher Francisca Gaspar Fagundes, e pela materna neto de João Fernandes Beirão e de sua mulher Isabel Pires, todos pessoas nobres e das famílias mais ilustres desta Ilha de S. Jorge».

«Passou sua mãe a segundo matrimónio com Pedro de Almada Amarante, homem nobre e principal nesta Vila para onde veio morar e viver com ele, trazendo consigo o dito seu filho Amaro Teixeira Fagundes. Faleceu sua mãe ficando ele de idade de 13 anos. Recolheu-o a sua casa nesta orfandade em que ficou de pai e mãe, o Padre António Gonçalves Leme, beneficiado confirmado na Matriz desta Vila, seu tio, irmão de sua mãe defunta, o qual criou nas escolas desta Vila com intento de nele fazer casa, e por que ele o recusou dando a entender queria ser sacerdote o mandou continuar os seus estudos na cidade de Angra da ilha Terceira. E neste tempo faleceu o sobredito seu tio, e em uma verba do seu testamento mandou a seu herdeiro o Capitão Custódio Gonçalves Leme que à custa da sua fazenda sustentasse ao dito seu sobrinho o Padre Amaro Teixeira Fagundes até com efeito conseguir ordens sacras, e por ser naquele tempo sé vacante se embarcou a Lisboa onde se ordenou no mês de Junho do ano de 1645. Recolheu-se a esta Vila sacerdote, tomou posse dos bens assim patrimoniais como hereditários, e juntamente dum benefício na Matriz dela, e daí a poucos anos entrou a servir de Ouvidor Eclesiástico em toda esta Ilha, e por incapacidade do Vigário próprio Pedro Furtado Coelho, serviu de vice-vigário na dita

Matriz até Abril do ano de 1657, que entrou a servir o novo proprietário Baltazar Dias Teixeira, e tomando outra vez a ocupação do seu beneficio procedeu nele com toda a circunspecção, exemplo e satisfação, e sendo dotado de grande entendimento que em todos os negócios de maior importância era consultado, muito zeloso do serviço de Deus e por esta razão foi Provedor da Casa da Misericórdia e um dos fundadores da ordem terceira da Igreja de S. Francisco desta Vila sendo o primeiro ministro dela, cuja ocupação repetidas vezes serviu».

«Considerando as pessoas nobres e principais desta Vila o grande descomodo e risco que padeciam na condução das suas filhas para a ilha Terceira para lhes darem o estudo religioso por não haver Convento nesta Vila, e entendendo que o Padre Amaro Teixeira Fagundes se achava com cabedais e independente de herdeiros para conseguir a obra dum mosteiro nesta Vila, lhe comunicaram a sua vontade e o bem comum que resultava de obra tão pia e necessária para o comum crédito e honra da ilha, e que sendo ele uma pessoa principal e zelosa do serviço de Deus e amante da sua pátria o consideravam capaz deste relevante serviço; passados alguns dias depois que se lhe propuseram e representaram motivos tão superiores se resolveu o dito Padre e condescendeu entre todos este negócio se ajustou por uma escritura a obra do mosteiro em o mês de Agosto do ano de 1678 e que o novo mosteiro seria edificado nesta Vila com o titulo e invocação de Santa Cruz. Posto nestes termos o intento logo o dito Padre procurou licença do Snr. Núncio e de S. Magestade e deu principio à compra do sitio e massames, correndo assim o tempo e conseguido o Breve do Snr. Núncio, entrou a governar este Bispado o Snr. Bispo D. Frei João dos Prazeres, a quem logo o reverendo fundador deu parte da sua resolução, que o reverendo Prelado

muito louvou e agradeceu, aceitando a doação que este fundador fez de todos os seus bens, para a fábrica e factura do novo mosteiro, que seria da invocação de N. S. dos Prazeres, por ser assim a devoção do reverendo Bispo, em que consentiu o fundador, que logo deu principio à factura da igreja e mosteiro, em o ano de 1686 no mês de Junho, e se continuou por alguns anos, suposta a desconfiança do cumprimento desta obra pela dificuldade de licença de Sua Magestade, que se não podia conseguir, mas nem por esta dúvida deixou o reverendo fundador de continuar a obra com tanto zelo e fervor que a acabou com todas as oficinas necessárias, e neste tempo governava o Bispado o Snr. Bispo D. António Vieira Leitão, o qual vindo de visita a esta Ilha no fim do mês de Julho do ano de 1696 e entrando e vendo a obra tão perfeita e quasi de todo acabada se resolveu a benzer a igreja em os trinta dias do mês de julho do dito ano com o titulo de N. S. do Rosário, e por que faltava a licença de S. Magestade para aquela fundação se não procedeu a mais, ficando inabitável aquela obra, mas como era de Deus houve as dificuldades que a detiveram tanto tempo, mas nunca cessaram na côrte os requerimentos deste despacho, até que se conseguiu por uma nova forma, concedendo S. Magestade licença para a fundação deste Convento que seria só de 30 religiosas professoas conforme com o breve do Snr. Núncio que se lhe apresentou, e com a condição e clausula que nenhuma das religiosas que professasse nele seria dotada, mas que somente lhe assinariam uma congrua e tensa de trigo e dinheiro para sua sustentação enquanto viva e por sua morte cessaria esta obrigação, ficando a pessoa que a dotasse livre de toda a pensão, e que a freira nunca poderia ser herdeira de bens alguns ainda que patrimoniais fossem».

«Chegada esta licença em o ano de 1701, e sendo

apresentada ao Snr. Bispo D. António Vieira Leitão mandou fazer as diligências necessárias e se declarou que cada freira que entrasse e professasse neste Mosteiro seria com a tença em quanto fosse viva de um moio de trigo e quinze mil réis em dinheiro e de propina por uma só vez quarenta mil réis, vinte para as obras da sacristia e a outra parte se depositasse em um arquivo para se despender à ordem do Prelado, declarando também que o Padroeiro e fundador teria dois lugares perpetuos no mesmo mosteiro, para suas parentas, morta uma entraria outra. Dispostas as coisas nesta forma, e as necessárias para a fundação se embarcou o Snr. Bispo D. António Vieira Leitão no porto da cidade de Angra com o seu Vigário Geral o Doutor Manuel Pacheco de Melo e Faria em um barco da mesma ilha e em outro desta Vila as reverendas Madres D. Joana da Cruz, D. Francisca de Jesus Maria e Maria de S. Pedro, religiosas professoras no Convento de Nossa Senhora da Esperança da mesma cidade com o seu pai espiritual o reverendo Padre João de Mendonça Furtado beneficiado confirmado na Paroquial de N. S. da Conceição da mesma cidade e fazendo viagem para esta ilha chegaram ao porto desta vila em um Domingo das doze para a uma do dia 17 de Junho do dito ano de 1703 e sendo notória nesta Ilha a sua chegada pelo sinal que se deu com uma peça de artilharia, em breve tempo concorreu toda a nobreza e povo desta jurisdição, achando-se presentes o Corregedor desta Comarca o Doutor Francisco Cordeiro da Silva, e o Capitão maior desta Vila, Gabriel Pereira de Sousa e o Sargento-mór Amaro Soares de Sousa o qual no entretanto que o Corregedor e o Capitão mór embarcados em um batel foram conduzir o Snr. Bispo para a terra fez com toda a brevidade a som de caixas tocadas ajuntar a gente das companhias desta Vila com os seus capitães e mais oficiais dispôs o recebimento do Snr. Bispo e das Reverendas fundadoras que es-

tavam para desembarcar, e estando já no cais o colégio da Matriz desta Vila, cujo Vigário era o Doutor João de Sousa Pacheco, presidente do côro o Reverendo fundador Padre Amaro Teixeira Fagundes e mais beneficiados o Padre Paulo Gomes Machado, o Padre Aleixo da Silveira e Ávila, o Padre Manuel Cardoso de Sequeira, o Padre João Teixeira Ferro, e o Padre Leonardo Pereira de Lemos, e Curas o Padre Manuel Machado de Sousa e o Padre José de Sousa da Silveira e mais clérigos desocupados desta Vila e a comunidade de que era guardião Frei José de Santa Catarina desembarcaram as fundadoras das 2 para as 3 da tarde daquele dia por cima de pranchas de tabuado que estava do cais ao caravelão em que vieram com repetidas salvas de artilharia de todas as fortalezas e saindo do cais acompanhados do clero, religiosos, oficiais da Câmara e mais nobreza, subiram a rua do cais que já estava por um e outro lado guardada de soldados guiados pelos capitães Gabriel Pereira de Sousa e Sebastião de Sousa da Silveira até ao adro da Matriz desta Vila aonde entrou o dito Snr. Bispo com as 3 fundadoras, fizeram oração ao Santíssimo Sacramento, receberam a benção da Santíssima Eucaristia, o que fez o Padre Cura José de Sousa da Silveira por mandado do Ilmo. Snr. Bispo e saindo da Igreja pela porta travessa que está para a parte norte acharam formado o acompanhamento de gente e companhias, e caminhando pela rua do Espírito Santo onde está a igreja da Misericórdia em que também entraram, feita oração saíram com o mesmo acompanhamento pela rua acima, chegando ao primeiro canto dela viraram pela rua da pela e descendo pela rua que vai a S. Francisco, chegaram ao canto da rua nova, e descendo por ela abaixo foram entrar pela porta principal da Igreja do Mosteiro e Nossa Senhora do Rosário e detendo-se algum tempo orando entoaram as três fundadoras à Senhora e sua antifona - Tota pulchra

est Maria – e houve muitos dos que estavam presentes que derramaram muitas lágrimas de alegria por verem cumpridos seus antigos desejos, e logo saindo da Igreja entraram neste Mosteiro pela porta rebral com 4 famulas, que consigo trouxeram do convento donde saíram».

Esta obra grandiosa de que ainda hoje restam vestígios de certa imponência. Custou cerca de 30.000 cruzados ao seu fundador.

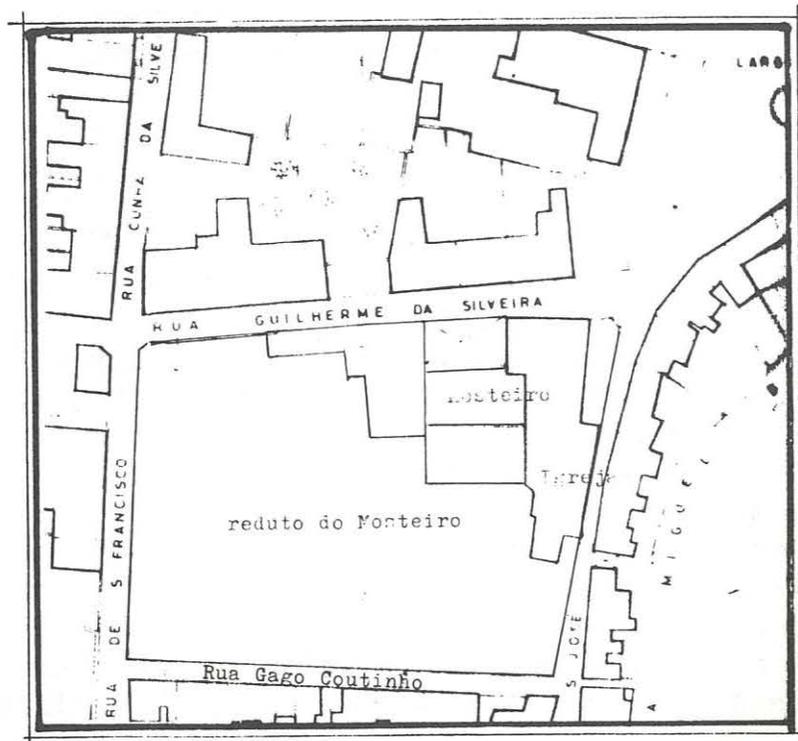
Durou cento e trinta e três anos como Convento.

Juntamos uma planta de localização do que constituiu o Convento de N. S. do Rosário desta Vila.

Convento de N. S. do Rosário

Localização - Esc: 1/000

Ano 1957



Mas, os Conventos, tiveram nesta Vila das Velas e até nesta Ilha de S. Jorge, marcado interesse nos campos cultural e assistencial, não falando, por descabido, na sua importante acção religiosa.

Da nossa conferência a que já aludimos, conforme nota de roda-pé nº 120 deste trabalho, vamos reproduzir as passagens que consideramos de interesse por pouco conhecidas, e que alcançamos por aturada busca para quele fim.

Vejamos o que ali então se disse:

Uma das obrigações da Ordem – ensinar gramática (veja-se o testamento do Ouvidor João Dias, já citado), envolvia um processo cultural.

A expressão «ensinar gramática», era a forma sintética, então usada naquelas recuadas eras, e envolvia um conjunto de disciplinas, a que adiante nos vamos referir.

Nas aulas dos conventos Franciscanos leccionava-se português, latim, filosofia, retórica, teologia, música e canto-chão e ainda artes e ofícios, com rudimentos de desenho, carpintarias e trabalhos de forja. Cada aluno externo pagava anualmente meio moio de trigo e uma carrada de lenha de «ramada». As aulas eram de manhã e de tarde e os alunos serviam-se do jantar dos frades. A arte musical envolvia ainda ensinamento de órgão. As pessoas que demonstravam faculdades de inteligência, não podendo satisfazer a «pensão» eram admitidas num laicado especial, aproveitando do ensino, e dando provas de capacidade e aproveitamento, dele beneficiavam inteiramente.

Das notas que temos colhido sobre o assunto, ser-nos-ia possível dar relação de quantos – homens e mulheres

(dado haver conventos de dois sexos), que nesta Vila beneficiaram desse ensino. Era a escola de então. Nos Conventos Franciscanos desta Ilha, muitos foram os que receberam os primórdios da cultura da ilustração. Alguns deles foram depois notáveis universitários.

Por outro lado, no Convento de Nossa Senhora do Rosário (Freiras das Velas), além do ensinamento literário, as aulas (ensinança como se dizia) de bordados, labores finos, cosinha e doçaria, serão talvez ainda hoje lembrados pelos estudiosos, pelo que de perfeito ali se aprendia. Disso, por aqui, alguma coisa ficou.

Os conventos foram extintos por decreto de 1834 e em 1836 os religiosos tiveram de deixar os conventos. Saíram «com a roupa que tinham no corpo».

Em consequência desse facto e não tendo o governo tomado as medidas que viessem substituir as aulas dos conventos, criou-se um vazio que, aqui em S. Jorge, a Câmara das Velas pretendeu remediar, criando em 1840 a aula de latinidade. Foram seus primeiros professores José Maria das Dores e Mendonça e João Borges Cândido da Silveira. A diferença é que, pelo custo das propinas e escassês das instalações, o ensino passou a precário, crescendo ainda a redução de todas as disciplinas ministradas nos conventos a apenas uma – latim.

As aulas conventuais foram o berço em que se criaram e desenvolveram os homens que, mais tarde, deram de si que falar pela sua cultura e acção. Para nós Velenses um só nome lembro: João Soares de Albergaria de Sousa, autor da Corografia Açórica editada em 1822 – primeiro manual de corografia aparecido nos Açores.

Outros – infelizmente – tendo ali recebido o ensino, devido aos ventos que então sopravam, tudo esqueceram que de bom tinham recebido e tornaram-se nos maiores detractores das ordens religiosas, criando dos frades e dos conventos uma imagem negativa que não corresponde à verdade.

Hoje, mercê do pensamento honrado de muitos estudiosos e do conhecimento aprofundado de documentos, está sendo resposta na sua devida posição, a acção destes beneméritos educadores. Foram os frades franciscanos, como recentemente disse alguém «uns beneméritos da instrução».

Relevantes os serviços prestados pelos religiosos e religiosas franciscanas a esta Vila das Velas. Sem exagero a toda a Ilha de S. Jorge.

No campo religioso eram poderosos auxiliares dos párocos, na catequização dos povos, nas frequentes práticas doutrinárias, na audição de confissões e em promoverem actos de piedade. Celebravam diariamente, de madrugada, a Santa Missa, para que a ela pudessem assistir os fieis sem prejuizo dos seus trabalhos. Na magestade com que celebravam as funções do culto católico eram verdadeiros modelos.

No campo assistencial eram os conventos franciscanos verdadeiras casas de caridade. Todos os dias, às 11 horas da manhã, havia a «distribuição da fatia pelos pobres». Este acto merece a explicação seguinte: Logo que os frades se encontravam todos à mesa para a refeição, e antes que principiassem a comer, um irmão leigo vinha com um açafate recolher de cada religioso uma fatia de pão – a primeira que se cortava do seu pão – para os pobres, que a vinham receber à portaria, bem como depois os acréscimos daquela refeição, que era de modo abundante, já para aque-

le fim. Só no Convento dos Franciscanos das Velas (Convento de Nossa Senhora da Conceição) a média de pobres contemplados, por dia, com pão e caldo, eram de 50 indivíduos. No Convento do Rosário (freiras) o número de mulheres contempladas aproximava-se da média diária de 20 socorros. Por outro lado, os doentes sem recursos, ali iam buscar as suas dietas.

Ora a imprensa velense dos fins do século passado – 1873-1883 – com a rubrica «Frades» extracta parte das contas da receita ou merecido, como se dizia, e despesa dos Franciscanos do Convento de N. S. da Conceição das Velas, referente aos anos de 1709 a 1732, em que o saldo devedor das mesmas contas é avultado. Menciona os gastos relativamente ao número de frades existentes naquela época e naquele Convento. Aproveita essa posição contabilística para tecer critérios depreciativos e desfavoráveis à corporação conventual. Esquece, porém, propositadamente, o valor dispendido com a parte assistencial que os mesmos frades praticavam e o número de pessoas assistidas, – à Portaria –, diariamente.

Esqueceram também – e isso é importante dizê-lo – que essa acção assistencial e caritativa era tão bem aceite pelos que tinham fortuna e bens avultados que, anualmente, quando não mais que uma vez no ano, supriam com o seu óbulo o desequilíbrio das contas, que resultavam do auxílio prestado à parte mais carecida da população.

Outra nota curiosa que aponto: Os frades franciscanos, por imposição da sua Regra, são sóbrios. Tinham duas refeições diárias: uma às onze horas, a principal e outra ao pôr do sol. Um serviço notável também prestavam – o de

albergaria. Nos conventos franciscanos «encontrava o viajante cama para pernoitar e alimento para refazer as forças».

E ficamos por aqui quanto aos Conventos Franciscanos da Vila das Velas.

4 - Ermida de Nossa Senhora do Pilar

(hoje vulgarmente chamada do Livramento)

Situa-se na falda do lado nascente do Morro Grande ou dos Fachos e no extremo sul do arruamento que se denomina, actualmente, por rua do Livramento.

Duma nota do erudito Dr. João Teixeira, vamos referir a fundação desta Ermida (123):

«Foi a Ermida do Pilar fundada nos últimos anos do século XVII, à custa do povo desta Vila e sua jurisdição. Foi recebedor dos donativos e administrador da obra, o Sargento-Mór Amaro Soares de Sousa, que por escritura em data de 31 de Janeiro de 1697, lhe fez constituir património em fundo móvel. Já naquela data a Ermida estava erecta e nela colocada a Imagem da Senhora, porém, só em 2 de Junho de 1700, foi passado alvará em nome do Bispo D. António Vieira Leitão, para ser dedicada».

«A propriedade em que está situada pertencia naquele tempo ao Ajudante Gaspar Teixeira de Sousa e denominava-se «terra da Lua».

«A construção actual data do terceiro quartel do século passado (XVIII), por se acharem já então arruinados os materiais da primitiva edificação; é elegante, e mostra bem a grande devoção que ainda então animava os velenses, pela santa imagem do Pilar».

«Tem esta imagem uma lenda, ou antes localizou-se nela a bem conhecida lenda do aparecimento da imagem da Senhora, em localidade sempre preferida e procurada apesar de repetidas trasladações».

«A devoção à Senhora do Livramento, outra imagem colocada naquela Ermida teve a seguinte origem: Viera no sé-

(123) «O Respigador», nº 30, de 20/9/7889.

culo passado (XVIII) a esta Vila um estrangeiro católico, que pretendeu, em cumprimento de voto, festejar a Senhora sob aquela invocação, de que ofereceu uma imagem, Domingos de Lagos Armelim, e colocada naquela ermida para aquele efeito, ali permaneceu, principiando só depois a ser festejada desde 1861».

Também do mesmo jornal antes referido, mas não como nota do Dr. João Teixeira Soares de Sousa, encontramos a seguinte noticia: «Teve uma numerosa irmandade, fundada em 1863, que daquela se incumbia e a efectuava com muito esplendor. Foi também a mesma irmandade quasi toda constituída de artistas desta Vila, que levou a efeito a construção dum coreto e de uma sacristia, concorrendo muito para esta o sr. Jorge Soares de Avellar, nosso patricio - hoje no Rio de Janeiro - arrostando com a adversidade. Também foi grande protector da irmandade o falecido



Vigário desta Vila o Padre António Martiniano de Mendonça. Não coadjuvou menos o exmo. Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, que no ano de 1870, ofereceu uma nova e bela imagem da Virgem do Livramento que é a que hoje se venera ali. O aumento do adro que oferece um bom passeio, foi também feito, segundo nos informaram, a expensas deste cavalheiro».

«Em 1871 uma comissão de senhoras desta Vila, à qual presidia a exma. sr^a D. Brites Vitória de Abreu Reis Dart e Cunha, promoveu um bazar que produziu a importância de 217,370 réis que foi aplicada na construção duma boa capela (ampliação) que se completou no ano imediato» (124).

A esta obra é de justiça ligar-se o nome de Manuel de Matos da Silveira, pois que para ela muito concorreu com o seu zelo e solicitude e também os de Vitorino José Caldeira, José dos Santos da Silveira e Manuel Inácio Betten-court, além de outros artistas que muitos dias de trabalho gratuito e voluntário deram para aquele fim.

Depois da crise sísmica de 1964, foi reparada, abastardando-se o altar-mór que era de talha dourada e que pelo facto de o ouro ter desaparecido na quási totalidade pela acção do tempo, foi pintado de esmalte azul e branco... tristezas de supostas benfeitorias mal orientadas.

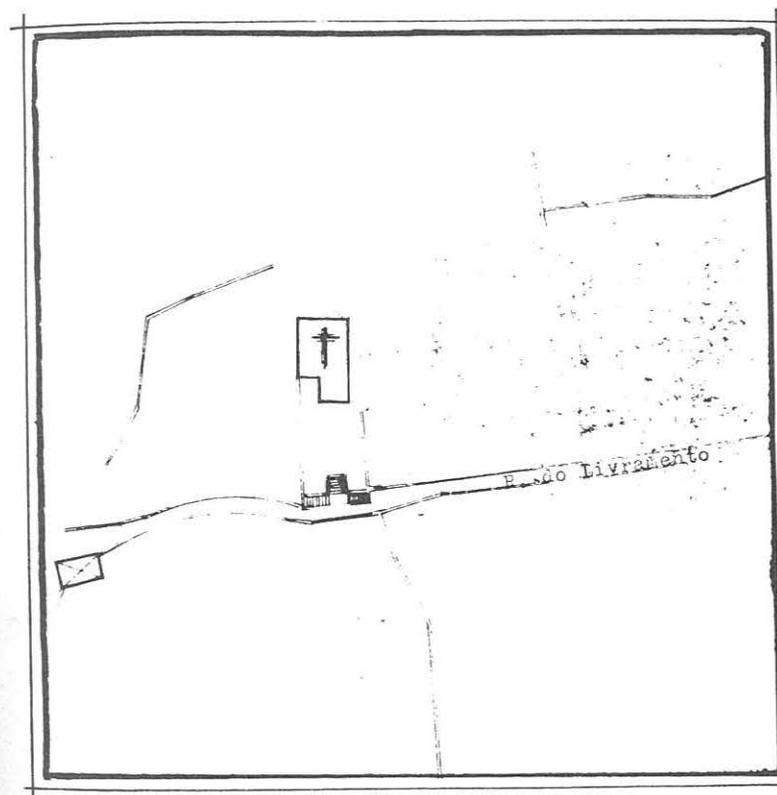
Desde 1979 que no dia 1 de Janeiro se promove a festa da Senhora do Livramento, com solenidade, e sempre que o tempo o permite, realiza-se a procissão.

(124) «O Jorgense», n^o 11, de 15/7/1871.

Ermida do Pilar ou do Livramento

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



5 - Ermida da Piedade

É do século XVI e situa-se no lugar do mesmo nome junto ao Pico dos Loiros. Assim o diz Gaspar Frutuoso «entre esta ermida (S. Amaro) e a Vila das Velas, está uma ermida de N. S. da Luz (tem nota de roda-pé que diz: por cima de «da luz» alguém, que não o autor, escreveu «dos Remédios ou Piedade»)» - (125).

A emenda antes referida, pelo que sabemos, deve corresponder à verdade de uma justa correcção, dado que a ermida da Senhora da Luz, existente também ainda hoje na Queimada, freguesia de S. Amaro, é dos fins do século XVII e vem referida na «História Insulana», como fundada por «Ca-



(125) «Saudades da Terra», de Gaspar Frutuoso, pág. 237, edição de 1963, pelo Dr. J.B.O. Rodrigues.

tarina Cardoso que nela viveu com raro exemplo de devoção e virtude e morreu com 110 anos, e andando mais um quarto de légua sai ao mar outra ribeira, onde está a ermida de S. Amaro e outro tanto adiante fica outra ermida de N. S. dos Remédios, ou da Piedade» - (126).

Diz-nos José Cândido ter sido centro de grande devoção, facto que ainda hoje se observa.

Destruída por ocasião da crise sísmica de 1964, um grupo de velenses constituídos em comissão começaram em 1979 a angariação de fundos e diligências à construção da nova Ermida. Registamos os nomes de José Cardoso Bettencourt, José da Rosa Brasil e José Soares Teixeira. Conseguiram projecto que mereceu aprovação do Bispado e meteram mãos à obra, que hoje está pronta a ser aberta ao culto. A primeira Ermida, como da planta que juntamos, era orientada de nascente para poente. A actual tem a orientação norte sul. É construção antisísmica.

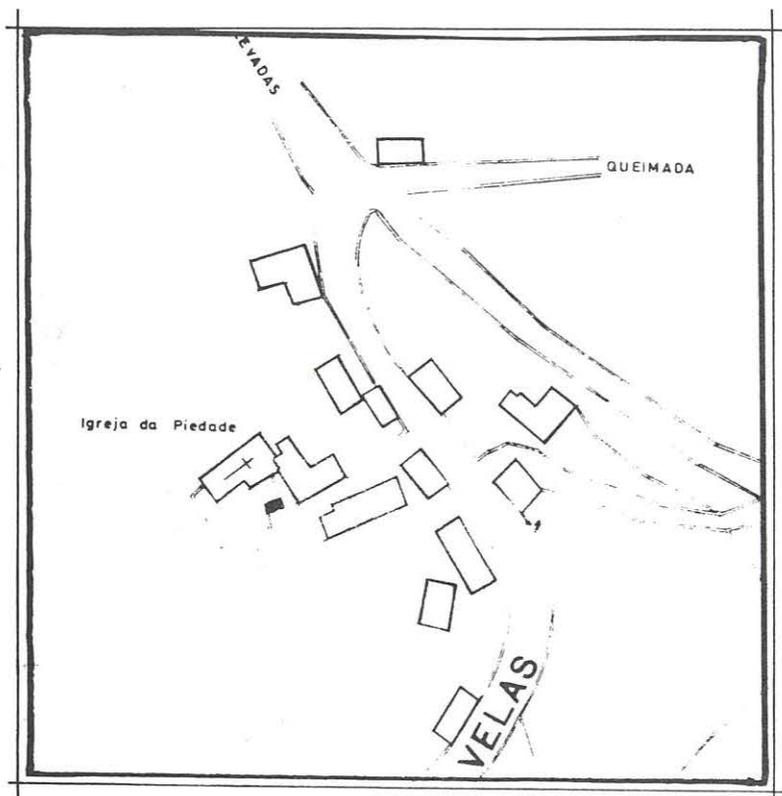
A imagem que escapou à destruição é de certo merecimento, e o local constitui um miradouro privilegiado sobre parte das Velas e sobre o canal de S. Jorge.

(126) «História Insulana», Pe. Ant. Cordeiro, pág. 428, edição de 1981, da S.R.E. Cultura.

Ermida da Piedade

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957

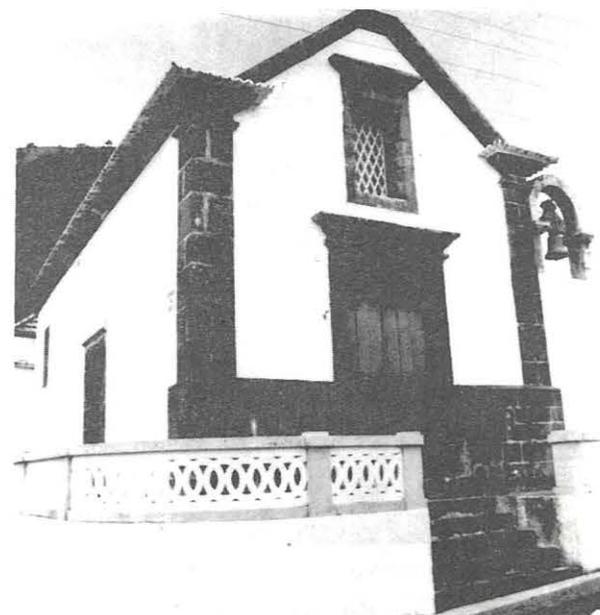
**6 - Ermida de São João Baptista**

Desta Ermida, na rua do mesmo nome, desconhece-se a fundação. Foi sempre propriedade da paróquia, dando-se como existente no século XVII.

Durante muito tempo foi alvo de grande devoção.

Ao longo dos tempos sofreu várias beneficiações. A mais recente ocorreu em 1964 e ficou incompleto o restauro pretendido. A traça desta recuperação foi infeliz, destacando-se entre o mais, além de multidão de cantarias, o apoio criado para a sineta. Os serviços oficiais a cargo de quem esteve o restauro não respeitaram o estudo feito pelo Arq^º Francisco Augusto Batista, de que temos cópia, o qual a executar-se integralmente, teria dado realce e valor aquele pequeno templo.

A imagem que actualmente ali se venera foi dádiva,



no princípio do século actual da senhora Viscondessa de São Mateus, D. Isabel Beatriz de Azevedo Pereira e Sousa.

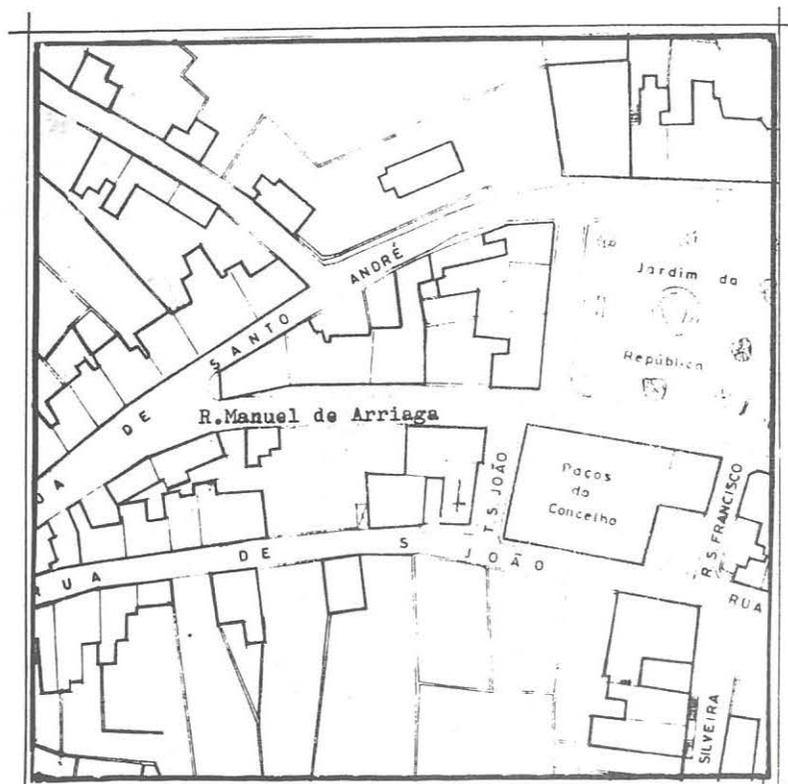
É boa escultura.

A seguir a localização da mesma na Vila e uma fotografia da fachada actual.

Ermida de São João Baptista

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



7 - Ermida das Almas

No século XVIII e por antepassado do Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, é erecta esta Ermida, no lugar do Canto, ao princípio da ladeira que nos antigos tempos se chamava rua da Amargura (127).

Foi centro de grande devoção e em 1871 foi restaurada por então se achar muito danificada pela acção do tempo.

Em 1912 deixou de estar aberta ao culto.

Hoje encontra-se na posse do Império do Espírito Santo do Canto, que ali arma capela e copeira nos festejos do Domingo de Pentecostes.

A sua localização bem como o aspecto actual.

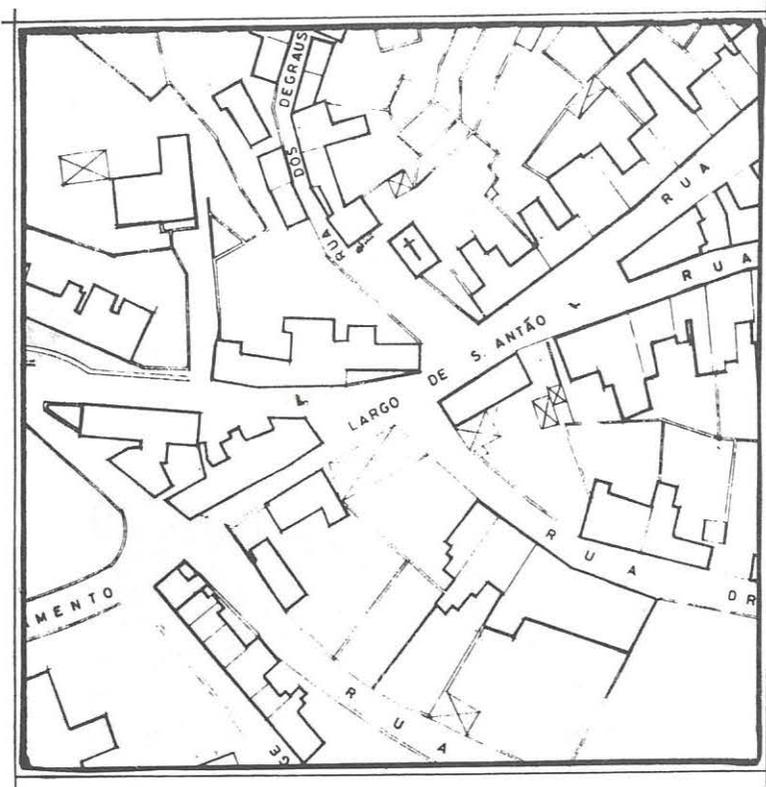


(127) J.C.S. Avellar «Ilha de S. Jorge», pág. 287.

Ermida das Almas

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957

8 - Santa Casa da Misericórdia e Hospital de Santa Beatriz

Já referiremos e transcreveremos na primeira parte deste trabalho o auto da fundação desta instituição em data de 15 de Abril de 1543.

Agora transcreveremos parte da conferência que proferimos no Salão da Câmara das Velas, na sessão solene realizada ali em 24 de Julho de 1982, presidida por S. Exa. o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Dr. Carlos Henrique da Costa Neves, no tricentenário do falecimento de Dona Beatriz de Mello, fundadora do Hospital das Velas, cuja transcrição está feita no Boletim Municipal (128), e que se refere às duas instituições referidas no título acima.

«No auto da constituição de 15 de Abril de 1543 diz-se ser de proceder-se a eleição a qual se fez no dia 2 de Julho do dito ano e saíram eleitos João Dias, Pedro Dias, Lourenço Dias, Galas Lopes, Diogo Fernandes, Francisco Dias, João Gonçalves, Simão Álvares, Manuel Fernandes e João Lourenço. Estes dez eleitos prestaram juramento de acordo com o regimento. Estava apta a operar a primeira administração da Misericórdia.

As funções eram limitadas. Pelo que se depreende do auto da fundação, teriam obrigação de cumprir parte das obras de misericórdia - tanto corporais: enterrar os mortos - como espirituais: rogar a Deus por vivos e defuntos.

Era uma actividade benemérita, sem dúvida, no campo espiritual. No aspecto material, a falta de recursos inibia-os de mais fazer.

E com eleições anuais, cujos registos existem - se passaram os anos do século XVI até finais do século seguin-

(128) Bol. Mun. Velas, nº 30, 32 e 34, respectivamente de 30 Jan^a; 28 Fev^a; 30 Março; e 30 Abril de 1985.

te. Até 1570, reuniam-se na Capela do Espírito Santo. Esta Capela, do princípio do povoamento, situava-se na rua da Capela – ainda mantém o nome – em parte do prédio que ao presente constitui o Passal das Velas e é propriedade da Paróquia.

Naquele ano de 1570, João de Varella, um dos fundadores, por alvará de 13 de Setembro do dito ano, obtém licença para fundar a Capela de Santa Catarina, na recém criada Igreja da Misericórdia (esta da invocação do Espírito Santo), em terreno doado à mesma Misericórdia pelo próprio João de Varella, cuja moradia se situava naquelas vizinhanças.

É a partir de então que a rua toma o nome de rua da Misericórdia (hoje Teófilo Braga). Nunca se chamou rua do Espírito Santo. Antes denominava-se rua da Pela.

Naquela Igreja, em 1651, o Pe. Baltazar Dias Teixeira e seu irmão o Pe. André Lopes Teixeira, fundaram a capela da Senhora do Desterro. Avolumavam-se assim as benfeitorias de ordem espiritual, com natureza de devoção particular. Era próprio dos tempos.

Surge no entanto o impulso que vai dar à Misericórdia a possibilidade de se lançar numa actividade pública de interesse geral. É a dádiva de Dona Beatriz de Mello com o seu testamento.

* * *

Quem era esta Senhora ?

Sem a pretensão de apresentar um estudo genealógico, matéria em que sou leigo, direi que Dona Beatriz de Mello, nasceu nesta Vila das Velas, no primeiro quartel do séc. XVII, filha de Diogo de Mello, descendente de uma das primeiras famílias daquela época – os Correias de Mello.

E vejamos :

Seu tio – Manuel Correia de Mello, nascido também nesta Vila, nos fins do séc. XVI, era por sua vez filho de Pedro Correia de Mello e de sua mulher Dona Beatriz Vieira – por varonia quarto neto de Pedro Correia da Cunha – que foi o primeiro Capitão Donatário da Graciosa. Este tio de Dona Beatriz de Mello foi eleito Capitão-Mór das Velas em 29 de Agosto de 1637, tendo exercido antes o importante cargo de Ouvidor do Donatário. A acção deste homem foi notável, tendo merecido do Rei D. João IV o hábito de Cristo e uma capitania de naus da Índia, com as respectivas tenças, Pedro Correia de Mello, outro tio de Dona Beatriz, militou na Flandres onde se achava quando soube da aclamação de D. João IV. Era capitão de cavalaria. Passou a França com 200 homens do seu comando e dali rumou a Portugal, vindo apresentar-se a D. João IV a quem serviu e de quem recebeu honrarias. Por estas simples notas se pretende dar conhecimento da importância desta família. Era muito, naquela época, para este meio.

«Dona Beatriz de Mello recebeu a educação própria de seus maiores – cito o Dr. João Teixeira – e cultivadas a sua inteligência pelas letras, se desenvolveram os mais nobres sentimentos».

Casou em primeiras núpcias com Pedro Gonçalves de Almeida, terceiro neto de um dos fundadores da Misericórdia, e em segundas núpcias com o Capitão André Lopes Teixeira, que foi Provedor da Misericórdia em 1677.

Não houve descendência.

Dona Beatriz, dado não ter descendentes, encaminhou a sua fortuna para a fundação do Hospital, legando-lhe os seus bens em testamento aprovado em 24 de Junho de 1682.

Vejamos as principais disposições desse testamento:

«Disse ela testadora, que quer que todos os seus bens que por inventário se fizer à parte dela testadora vão à Casa da Santa Misericórdia desta Vila por morte do seu dito marido André Lopes Teixeira, e os senhores provedores da dita Santa Casa farão um irmão dos treze da mesa que mais idóneo for e melhor conta der, administrador, provedor e depositário dos ditos bens os quais o dito administrador fará vender a quem por eles mais der que empregarão as rendas ou rotolos como melhor lhe parecer, com parecer dos senhores provedores da dita Santa Casa e sendo que distratem os farão logo empregar para que sempre rendam e do procedido das ditas rendas, foros e rotolos lhe mandarão dizer o dito seu procurador e administrador e os que ao diante for, todos os Domingos e Santos em cada um ano, enquanto o mundo durar, uma missa rezada pelas almas dela testadora e seus pais e seu primeiro marido Pedro Gonçalves de Almeida... etc... e o restante rendimento da dita sua fazenda, pagas as missas acima ditas... etc... quer ela testadora que deposite em mão de pessoa abonada em que os senhores provedores da dita Santa Casa parecer para que havendo cópia bastante se faça uma casa de hospital, à ordem dos ditos provedores que servirem, suficientemente ao estado da terra com seis catres e camas para os pobres doentes necessitados com seus repartimentos, assim para os homens como para as mulheres em o qual hospital se fará um repartimento em que se levantará um altar de maneira que os ditos doentes possam ouvir Missa aos Domingos e Santos que acima nomeia, no dito altar pendente nele o painel de Santa Beatriz que tudo se fará dos rendimentos da sua fazenda... etc... quer que os senhores provedores ponham uma pessoa com a pensão que lhes parecer à custa dos rendimentos da sua fazenda que cure os doentes, o dito seu administrador procurador dará o que for necessário para os

ditos doentes fazendo-os curar de suas enfermidades e sendo que reste alguma coisa de cada ano dos rendimentos dos seus bens, feitos os ditos gastos, se empregará para que o dito hospital vá em aumento... etc...».

Dispõe ainda de regras para a escrituração da receita e despesa... obras a fazer... reparações e concertos... visitas aos doentes internados... etc.

* * *

Aprovado o testamento em 24 de Junho de 1682 (Arq. Mun. Velas - tomo de testamentos) «poucos dias sobreviveu à sua aprovação, achando-se nessa ocasião doente, achacada em uma cama, entregou a sua alma ao Todo Poderoso no memorável dia 10 de Junho de 1682».

Falecida a benemérita instituidora daquele pio e caridoso estabelecimento, foi pela mesa, que tinha por provedor o Rev.^o Aleixo da Silveira e Ávila, recebida a herança em bens de raiz, móveis e semoventes, na importância de 1.321.815 réis, valor este no acto da posse efectiva da herança verificado em 1691. Em 1698, com o rendimento dos bens doados, iniciou-se a construção do hospital, achando-se concluído dez anos depois, em 1708.

Nesse mesmo ano, a 20 de Setembro, as Velas são invadidas pelas forças de Duguay Trouin, corsário francês, capitaneando onze naus de guerra. Ao fim de vinte e quatro horas de combate conseguem o desembarque pondo a Vila a saque, não escapando a ele o edificio da Santa Casa da Misericórdia. E tal foi a destruição no arquivo daquela instituição que, em 1713, o então provedor Pe. José de Sousa Soares e os demais mordomos pedem a S. Santidade Bulas e a S. Magestade o Rei D. João V os privilégios e as graças e isenções concedidas à Misericórdia de Lisboa

e de cujas honras gozava a das Velas, documentos desencaminhados no saque dado pelos invasores (J. C. S. Avelar). El-Rei D. João V de novo concedeu aqueles privilégios e o Papa Clemente XII, também concedeu nova graça apostólica.

* * *

As construções na parte referente ao Hospital, que alguns de nós ainda conhecemos, com a designação de Misericórdia Velha, deveu-se à iniciativa da benemérita de Dona Beatriz de Mello. A doação desta senhora trazia em 1715 um rendimento anual de mais de um conto e duzentos mil réis, mantendo 50 a 60 doentes anualmente. Doentes pobres; os abastados tratavam-se em casa. E assim foram decorrendo os anos.

Com a extinção das Ordens religiosas e anunciada a venda do Convento de São Francisco desta Vila, consegue João Soares de Albergaria, então deputado, que o mesmo imóvel seja retirado da venda e fosse cedido à Irmandade da Misericórdia para acomodação do seu Hospital.

Esta atitude de João Soares provoca luta e desentendimento, porquanto a mesa administrativa não queria aceitar a transferência... não tendo nós apurado os motivos que justificassem esta atitude. A luta durou dez anos, ao fim dos quais, em 1848, se instala ali o hospital, sendo profanada logo depois a igreja da antiga Misericórdia passando a servir então de quartel à tropa aqui instalada.

Por carta de Lei de 22 de Abril de 1871, El-Rei D. Luís I confirma esta concessão à Misericórdia para servir de hospital, sendo cedida a sua antiga casa à Câmara Municipal. Eram passados 328 anos sobre a fundação da Misericórdia e 189 anos sobre a instituição do Hospital de Santa Beatriz, como então se chamava.



Fachadas da antiga Misericórdia antes dos sismos de 1964

No edifício do antigo convento onde ficou e ainda funciona o hospital fizeram-se alguns melhoramentos decorrentes da doação da virtuosa Baraneza do Ribeiro – Dona Luísa Soares Teixeira – que deixou ao Hospital todos os seus bens avaliados na época em quinze contos e que permitiu melhor auxílio a prestar aos pobres e inválidos.

Em 1929 a dádiva de 100.000 dólares deixada por João Inácio de Sousa, permitiu não só a realização – para o tempo – de obras importantes, como se apetrechou com material – naquela época – do mais moderno que existia.

A crise sísmica de Fevereiro de 1964, arruinou muito aquele edifício. O Estado procedeu então à sua reconstrução e ampliação. É o que existe actualmente, equipado dos meios técnicos e humanos possíveis e no esquema oficial de assistência hospitalar.

A Santa Casa da Misericórdia em 1982 adquiriu o Solar da Família Teixeira Soares de Sousa, na rua Dr. Miguel Teixeira, sobranceiro à Praça Velha (Largo Dr. João Pereira), onde instalou os seus serviços administrativos e o Jardim Infantil «O Roseiral», este inaugurado em 1984. No Largo de São Francisco possui a Santa Casa um novo edifício construído expressamente para a sua farmácia inaugurado no ano findo.

* * *

Como remate deste título, e para que de todo se não perca, passamos a transcrever a lista dos provedores da Santa Casa da Misericórdia das Velas, desde a sua fundação até ao presente:

- 1543 – João Dias, que foi Ouvidor;
- 1544 – Pedro Dias;

- 1548 – Jorge de Lemos, o velho;
- 1549 – João Varella;
- 1554 – Guilherme da Silveira;
- 1555 – Galas Lopes;
- 1561 – Cristovam Dias;
- 1563 – o mesmo;
- 1566 – João Varella;
- 1568 – Beneficiado Pedro Gomes;
- 1569 – o mesmo;
- 1570 – Guilherme da Silveira;
- 1572 – António Garcia Sarmiento;
- 1574 – João Varella;
- 1576 – o mesmo;
- 1582 – Gaspar Lourenço Machado;
- 1583 – Beneficiado Pedro Gomes;
- 1585 – o mesmo;
- 1588 – Gaspar Lourenço Machado;
- 1591 – Jorge Nunes;
- 1592 – Gaspar Lourenço Machado;
- 1593 – António Garcia Sarmiento;
- 1594 – Gonçalo d'Amarante, o velho;
- 1597 – Tristão de Mendonça Vasconcelos;
- 1607 – Manuel Afonso Barreiros;
- 1614 – Capitão-Mór António Garcia Sarmiento;
- 1615 – Melchior Barreiros;
- 1616 – Manuel Afonso Barreiros;
- 1618 – Capitão Paulo Gomes Leal;
- 1619 – Jácome Gonçalves de Almeida, o velho;
- 1622 – Manuel Afonso Barreiros;
- 1623 – Jorge de Oliveira Amarante;
- 1624 – Sargento-Mór Amaro Soares;
- 1625 – Manuel Dias Teixeira;
- 1626 – Valério Lopes d'Azevedo;

- 1627 – Florentim Cardoso ;
 1628 – Jorge d'Oliveira Amarante ;
 1629 – Capitão-Mór António Garcia Sarmento ;
 1630 – Manuel Correia de Mello ;
 1631 – Rev.^o Ben. e Ouv. Ecl.^o da ilha António Gonçalves Leme ;
 1632 – Jácome Gonçalves d'Almeida, o velho ;
 1633 – Sargento-mór Amaro Soares ;
 1634 – o mesmo ;
 1635 – Rev.^o António Gonçalves Leme ;
 1637 – Valério Lopes d'Azevedo ;
 1638 – Jácome Gonçalves d'Almeida, o velho ;
 1639 – Capitão-Mór Manuel Correia de Mello ;
 1640 – Sargento-Mór Amaro Soares ;
 1641 – Jácome Gonçalves d'Almeida, o moço ;
 1642 – Simão Fernandes da Silveira ;
 1643 – Manuel Vilalobos Miranda ;
 1644 – Jorge Gonçalves d'Almeida ;
 1645 – Capitão-Mór Manuel Correia de Mello ;
 1646 – Pedro Gonçalves d'Almeida ;
 1647 – Gaspar Velho d'Azevedo ;
 1648 – Constantino Paes Sarmento ;
 1649 – Capitão Nuno da Cunha e Ávila ;
 1650 – Capitão António Vaz Teixeira ;
 1651 – Paulo Gonçalves d'Almeida ;
 1652 – o mesmo ;
 1653 – Francisco Nunes Barreiros ;
 1654 – André Maciel Pacheco (?) ;
 1655 – Capitão Gaspar Gonçalves Balieiro ;
 1656 – Capitão António Alves Machado ;
 1657 – Capitão-Mór Manuel Correia de Melo ;
 1658 – Rev.^o Ben. Amaro Teixeira Fagundes ;
 1659 – Capitão Gonçalo Pereira de Lacerda ;
 1660 – Sargento-Mór Sebastião de Sousa ;

- 1661 – Rev.^o Vig. Baltazar Dias Teixeira ;
 1662 – Amaro Fernandes Barroso ;
 1663 – Capitão-Mór Pedro Correa de Mello ;
 1664 – Rev.^o Ben. João Teixeira Fagundes ;
 1665 – Rev.^o Ben. Amaro Teixeira Fagundes ;
 1666 – Capitão Jácome Gonçalves Cabral, o velho ;
 1667 – Gabriel Pereira de Sousa, o velho ;
 1668 – Capitão André Gonçalves d'Almeida ;
 1669 – Capitão Francisco Correia de Bettencourt ;
 1670 – Capitão-Mór António Alves Machado ;
 1671 – Rev.^o Ben. André Pereira de Lemos ;
 1672 – Jorge Gomes Fagundes, o velho ;
 1673 – Rev. Ouv. Mateus Pires Romeiro ;
 1674 – Francisco Pires Machado ;
 1675 – Amaro Vieira Machado ;
 1676 – Almoxt.^o Jorge Machado Esteves ;
 1677 – Capitão André Lopes Teixeira ;
 1678 a 1679 – Capitão Gabriel Pereira de Sousa ;
 1680 – Alf. João Teixeira Cabral ;
 1681 – Capitão António de Lacerda Pereira ;
 1682 – Capitão António Pereira de Lemos ;
 1683 – Rev. Vig. Damião de Sousa ;
 1684 – João Teixeira de Bettencourt ;
 1685 – Rev.^o Baltazar de Sousa de Bettencourt ;
 1686 – Capitão Amaro Soares de Sousa ;
 1687 – Alf. Amaro Pereira de Lemos ;
 1688 – Capitão João Espinola de Bettencourt ;
 1689 – Capitão-Mór António Alves Machado ;
 1690 – Mateus de Miranda Maciel ;
 1691 – Rev.^o Aleixo da Silveira e Ávila ;
 1692 – Rev.^o Manuel Cardoso de Sequeira ;
 1693 – Rev.^o Ben. Paulo Gomes Machado ;
 1694 – Capitão Francisco Lopes Beirão ;

- 1695 – Ajudante Matias Pacheco Maciel ;
 1696 – Manuel Silveira de Sousa ;
 1697 – Francisco de Bettencourt e Ávila ;
 1698 – Capitão Jorge Teixeira de Sousa ;
 1699 a 1703 – Rev.^o Ben. Vigário Manuel Machado Fagundes ;
 1704 – Rev.^o Vig. Dr. João de Sousa Pacheco ;
 1705 – Capitão-Mór Gabriel Pereira de Sousa ;
 1706 – Rev.^o Pedro de Sousa Machado ;
 1707 – Capitão Jácome Gonçalves Cabral, o velho ;
 1708 – Capitão Gabriel Pereira de Sousa ;
 1709 – Capitão Manuel Teixeira de Bettencourt ;
 1710 – André Pereira de Lemos ;
 1711 a 1713 – Rev.^o José de Sousa Soares ;
 1714 a 1715 – Rev.^o Ben. Manuel Cardoso de Sequeira ;
 1716 – Capitão Gonçalo Nunes Pereira ;
 1717 a 1718 – Capitão Amaro Pereira de Lemos ;
 1719 – Rev.^o José de Sousa Fagundes ;
 1720 – Anselmo Soares de Sousa ;
 1721 – Capitão Manuel Silveira de Sousa ;
 1722 – Capitão João de Bettencourt Pereira ;
 1723 a 1724 – Rev.^o Ben. Dr. Mateus da Silveira de Ávila Bettencourt ;
 1725 – Capitão António Pereira Cabral Pacheco ;
 1726 – Rev.^o Francisco da Silveira e Sousa ;
 1727 – Rev.^o Cura António de Quadros Franco ;
 1728 – Capitão Amaro Teixeira de Sousa ;
 1729 – Capitão António Machado Teixeira ;
 1730 – António de Lacerda Pereira ;
 1731 a 1732 – Rev.^o Ben. André Francisco de Sousa ;
 1733 – Alf. Manuel d’Azevedo de Sousa ;
 1734 – Capitão Gabriel Inácio Pereira de Sousa ;
 1735 – Capitão Jorge de Azevedo e Sousa ;
 1736 a 1737 – Anselmo Soares de Sousa ;

- 1738 a 1740 – Capitão José Sebastião de Sousa Soares ;
 1741 – Rev.^o Vigário e Ouvidor Jerónimo de Sousa Cabral ;
 1742 a 1743 – Rev.^o Ben. Damião de Sousa Soares ;
 1744 – Capitão Miguel Teixeira de Bettencourt ;
 1745 a 1746 – Capitão João Machado Pacheco da Silveira e Capitão António Alves de Sousa ;
 1747 – Capitão Mateus de Miranda Maciel ;
 1748 a 1750 – Rev.^o Ben. Jorge José de Sousa Cabral ;
 1751 – Matias Teixeira de Sousa Pacheco ;
 1752 – Rev.^o Jorge Cardoso da Silveira ;
 1753 – Capitão João Pereira Maciel ;
 1754 a 1757 – Rev.^o Francisco da Silveira Machado ;
 1758 – Capitão Nicolau Teixeira Machado ;
 1759 – Capitão Jorge da Cunha da Silveira ;
 1760 a 1761 – Rev.^o Manuel Silveira Machado ;
 1762 a 1763 – Capitão Diogo António da Silveira ;
 1764 – Rev.^o Vig. e Ouvidor Braz de Miranda Maciel ;
 1765 – Capitão Francisco Bettencourt da Silveira ;
 1766 a 1768 – Capitão Apolinário de Sousa Machado ;
 1769 a 1779 – Rev.^o João Pacheco Cabral ;
 1780 a 1782 – Capitão Apolinário de Sousa Machado ;
 1783 – Rev.^o Cura António Machado Teixeira ;
 1784 a 1786 – Capitão Damião de Sousa Soares ;
 1787 – Alf. Anselmo Soares da Cunha ;
 1788 – Rev.^o Manuel Teixeira de Bettencourt ;
 1789 a 1790 – Rev.^o Afonso José de Bettencourt ;
 1791 a 1793 – Sose Soares de Sousa ;
 1794 a 1795 – Rev.^o Ben. António Homem de Bettencourt ;
 1796 – Capitão Damião de Sousa Soares ;
 1797 a 1799 – Rev.^o Ben. Francisco da Silveira Bettencourt ;
 1800 – Capitão Domingos Bettencourt Ávila Correia ;
 1801 a 1803 – Rev.^o Vig. Ouvidor António Machado Teixeira ;
 1804 a 1805 – Cap. João Machado Bettencourt da Silveira ;

- 1806 a 1807 – Capitão António Machado Teixeira ;
 1808 a 1812 – Rev.^o José de Sousa Pacheco ;
 1813 a 1816 – Coronel José Bettencourt de Sousa e Silveira ;
 1817 a 1820 – Capitão Nicolau Teixeira Machado ;
 1821 a 1828 – Rev.^o António de Simas Balieiro ;
 1829 – Coronel Miguel Teixeira Soares de Sousa ;
 1830 a 1832 – Rev.^o Ben. Francisco Silveira Bettencourt
 (Simas) ;
 1833 a 1835 – Rev.^o Ben. João Inácio de Bettencourt ;
 1836 a 1837 – Rev.^o Ben. Ouvidor José Inácio Soares ;
 1838 a 1839 – Coronel João Pereira da Cunha ;
 1840 a 1843 – Major Nicolau Teixeira Machado ;
 1844 a 1851 – Rev.^o Francisco Silveira de Bettencourt ;
 1852 a 1856 – Dr. José Pereira da Cunha ;
 1857 – Dr. João Pereira da Cunha ;
 1858 a 1859 – João Soares de Albergaria ;
 1860 a 1861 – Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa ;
 1862 a 1864 – Capitão António Pedro da Silveira e Mesquita ;
 1864 a 1866 – João Soares de Albergaria ;
 1866 a 1868 – João Pereira de Lacerda ;
 1868 a 1870 – Pe. António de Lacerda Pereira ;
 1870 a 1872 – Dr. José Pereira da Cunha da Silveira ;
 1872 a 1874 – Manuel Vitorino Amarante ;
 1874 a 1876 – João Silveira Bettencourt e Carvalho ;
 1876 a 1878 – Manuel Vitorino Amarante ;
 1878 a 1880 – Dr. João Pereira da Cunha Pacheco ;
 1880 a 1881 – Dr. José Pereira da Cunha da Silveira
 (não exerceu o lugar por ausente, substituído por
 António Maria da Cunha) ;
 1881 a 1882 – António Machado Soares Teixeira
 (por determinação do Governador Civil foi dissolvida a
 mesa e substituída por comissão administrativa)
 (Transcrito até este de «O Velense», nºs 82, 83 e 85,

- respectivamente de 23/4/1883; 8/5/1883 e
 8/6/1883) ;
 1882 a 1884 – José Maria das Dores e Mendonça ;
 1884 a 1886 – Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa ;
 1886 a 1888 – João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho ;
 1888 a 1890 – José Maria Lourenço ;
 1888 a 1890 – José Urbano de Andrade
 (comissão administrativa) ;
 1890 a 1892 – Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa ;
 1892 a 1894 – Manuel Andrade ;
 1894 a 1896 – José Maria Lourenço ;
 a) – Interregno – por determinação do Governo Civil os
 Livros de registo de irmãos e de actas da eleição
 retidos na Administração do Concelho
 1902 a 1904 – Pe. José Silveira Goulart ;
 1904 a 1906 – José de Sousa Bettencourt e Silveira ;
 1906 a 1908 – O mesmo ;
 1908 a 1910 – António Mariano de Lacerda ;
 1910 a 1912 – Manuel Inácio Pereira (anulada a eleição) ;
 1910 a 1912 – António Simão de Ávila Bettencourt
 – Com a proclamação da República é nomeada uma
 comissão administrativa em 13 de Novembro de 1910,
 para
 1910 a 1912 – João Forjaz Pacheco ;
 1912 a 1914 – António Leite da Gama Bettencourt ;
 1914 a 1916 – Dr. José Emilio Augusto ;
 1916 a 1918 – o mesmo ;
 1918 a 1921 – António Bento de Jesus ;
 1921 a 1924 – Pe. José Silveira Goulart ;
 1924 a 1927 – João Eutímio de Bettencourt
 (demitido em 1926) ;
 1926 – Comissão Administrativa – Rui de Mendonça ;
 1928 – Idem – Dr. José Maria Soares de Melo ;

1931 – Idem – João Eutímio de Bettencourt ;
 1936 – Idem – João Evangelista de Matos ;
 1951 a 1953 – Mesa Administrativa – Jacinto Tavares Martins ;
 1954 a 1957 – Idem – Fernando de Mesquita ;
 1957 a 1959 – Idem – o mesmo ;
 1960 a 1962 – Rogério da Silva Contente ;
 1963 a 1966 – O mesmo ;
 1968 a 1970 – Anselmo Soares Bettencourt ;
 1971 a 1973 – João Domingos Pedro Taveira ;
 1974 a 1976 – O mesmo ;
 1976 – Eleição intercalar
 Carlos Alberto Azevedo da Silveira ;
 1977 a 1979 – O mesmo ;
 1980 a 1982 – Pe. Hermínio da Silveira Amorim ;
 1983 a 1986 – António Goulart de Bettencourt Petiz ,
 que pediu exoneração e substituído por
 Luís Manuel Bettencourt Teixeira de Ávila (129).

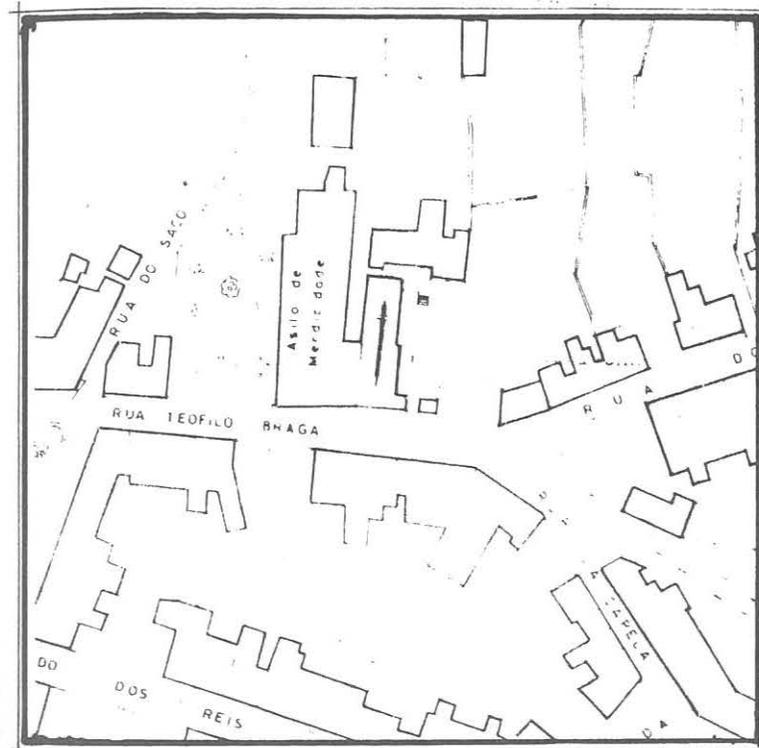
* * *

Segue a planta de localização e fotos das fachadas
 do edifício primitivo da Misericórdia , hoje demolido .

Edifício da Santa Casa da Misericórdia

Localização – Esc: 1/1000

Ano 1957



(129) *Arq. Mis. das Velas – Livro de actas de eleição de 1860 a 1980 e seguinte.*

9 - O Paço Municipal das Velas

Situa-se no lado poente do Jardim da República, tornejando para a travessa de São João e para a rua do mesmo nome.

A parte voltada ao jardim é a construção de 1719, devida à traça de Manuel de Avellar.

Está classificado como «imóvel de interesse público», pelo Governo Regional dos Açores, na sua Resolução de 30 de Junho de 1983.

A parte voltada à travessa e rua de São João resultou da ampliação de 1891 e subsequentes melhoramentos.

Pensamos que seria repetitivo desenvolver esta alinea, neste trabalho. Acha-se a mesma pormenorizada no nosso estudo «O Paço Municipal das Velas» em edição pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, no seu Boletim de 1985.

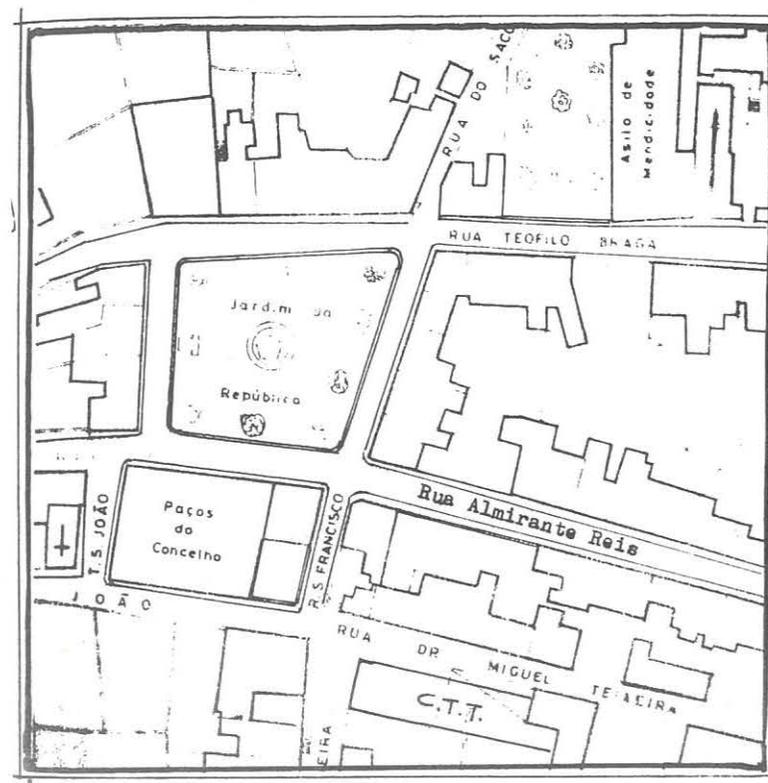
Juntamos a sua localização e uma foto.



Paço Municipal das Velas e Jardim Público

Localização - Esc: 1/1000

Ano de 1957



10 - Palácio da Justiça

O Palácio da Justiça, pelas suas características arquitectónicas, natureza da construção e área coberta, é um importante e imponente imóvel da Vila das Velas.

O contrato de empreitada foi assinado na Câmara das Velas em 6 de Abril de 1970, sendo a obra inteiramente custeada pelo Ministério da Justiça (130). - A Câmara Municipal das Velas, contribuiu com o terreno.

Ascendeu com mobiliário a cerca de 12.000 contos, inaugurado solenemente em 27 de Julho de 1973, por Sua Exa. o Ministro da Justiça - Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida e Costa.

Convém registar que, após a crise sísmica de 1964,



(130) Arq. Mun. Velas - L^o 5, fls. 12 v^o da Nota Privativa.

a parte do Paço Municipal das Velas onde funcionava o Tribunal Judicial desta Comarca, ficou muito danificado. Acrescia que, desde há muito, escassas eram as instalações para aqueles Serviços de Justiça. Por outro lado os Serviços dos Registos do Notariado, encontravam-se pessimamente instalados em prédio de renda.

A iniciativa do Governador do então Distrito de Angra do Heroísmo, Exmo. Dr. Teotónio Machado Pires, se ficou devendo tão notável obra, que, além do seu fim específico, trouxe ao conjunto urbano da Vila das Velas notável valorização e embelezamento.

11 - Delegação Marítima da Ilha de S. Jorge

Foi o porto das Velas, inicialmente, sede de uma capitania do porto, que passou depois a delegação da de Angra, a qual sendo extinta foram as respectivas funções acumuladas às da alfândega (131).

A Delegação Marítima foi de novo instalada em 1911 e o Estado arrendou para o efeito um prédio de casa alta que se situava ao sul do Largo do Dr. João Pereira, voltando para a rua Miguel Bombarda. Mais tarde, em 1943, o Ministério da Marinha adquiriu aquele prédio e ali funcionaram os serviços até 1964, data em que, devido à crise sísmica havida naquele ano, o prédio em questão ficou arruinado.

Devido a isso foi construído novo edifício, no cruza-



(131) «Ilha de S. Jorge», de J.C.S. Avellar, pág. 241.

mento da rua Miguel Bombarda com a rua Cons^o Dr. José Pereira, arruamento também aberto nessa data.

O projecto é do já referido Arq^o Francisco Augusto Batista e engloba rés-do-chão com os serviços da Delegação Marítima, primeiro andar para residência do respectivo delegado e segundo andar com as instalações de rádio-comunicações, comunicando este andar com o rés-do-chão por escada interior independente.

Foi inaugurado em 13 de Agosto de 1970 pelo Ministro das Obras Públicas, Eng^o Rui Alves da Silva Sanches.

No aspecto arquitectónico segue a traça do quartel da Guarda Fiscal, de que falaremos a seguir.

12 - Quartel da Guarda Fiscal

Instalado desde 1974 no edifício do Posto de Despacho das Velas.

Passamos a transcrever o que sobre este edifício publicamos no Boletim Municipal da Câmara das Velas, nº 23, de 4 de Abril de 1984 :

«COISAS DE OUTROS TEMPOS :

Alguns dos que lerem este apontamento, lembram-se, certamente, da antiga Casa da Alfândega, na rua Cons^o Dr. José Pereira (rua do Cais), demolida em 1955, em cujo local foi construído o edifício do Posto de Despacho desta Vila, hoje na posse da Guarda Fiscal.



Acontece que essa casa que conhecemos, não era a primitiva Casa da Alfândega. Tratava-se de uma obra do início do séc. XVIII, mandada fazer pela Fazenda Real para aquele fim e no local onde existiu a primitiva construção. Da que foi demolida em 1957, conserva-se na Câmara Municipal das Velas a pedra com as armas reais que coroava o edifício. É escultura feita em basalto, em baixo relevo e acha-se colocada ao presente, sobre o janelão que ilumina o saguão principal dos Paços do Concelho.

Da primitiva Casa não temos qualquer indicação documental. É natural que no Arquivo de Angra do Heroísmo, algum documento exista, a este respeito, dado que naquela época havia subordinação à Alfândega daquela cidade, entre o mais para fins de arquivo. Aqui em S. Jorge nada encontramos nas muitas buscas que temos feito acerca desse edifício primitivo.

O Foral das Alfândegas dos Açores é de 4 de Julho de 1499 e abrangia todas as ilhas (132).

Porém, a primeira referência específica que conhecemos sobre a Alfândega de S. Jorge, é a carta de D. João III, de 25 de Junho de 1528 (133), pela qual é nomeado Manuel Pacheco, «Juiz das Alfândegas e Mar na ilha Terceira da parte de Angra e S. Jorge». Também, pela carta de mercê de D. Sebastião, de 13 de Julho de 1559 (134) pela qual o ofício de escrivão do Almojarifado da Alfândega da ilha de S. Jorge, seria dado à pessoa que casasse com uma das filhas de Galas Lopes «havendo respeito ao muito tempo que servia naquele ofício». Ora este Galas Lopes que em 1559 era objecto da carta de mercê antes referida, é o

(132) Arq. dos Açores - Vol 6, pág. 271 e seg.

(133) Idem - Vol. 5 - pág. 131.

(134) Arq. dos Açores - Vol. 8 - pág. 120.

mesmo que 16 anos antes nos aparece eleito para a Santa Casa da Misericórdia das Velas, como do respectivo auto datado de 2 de Julho de 1543 (135).

Temos portanto por estes elementos noticia que, pelo menos desde «muito tempo» antes de 1528, aqui havia Alfândega. E dizemos aqui nas Velas, porquanto Frei Agostinho de Montalverne, na sua Crónica da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores, a respeito da Vila das Velas diz «nela assiste o Almojarife da Fazenda Real» (136).

Até à implantação do regime liberal, a Alfândega estava a cargo de um almojarife e um escrivão, tendo o juiz de fora nela alçada, como juiz da Alfândega (137). A partir dessa época e com várias designações, se manteve até 1974, altura em que passaram os serviços aduaneiros, mais simplificados, dada a supressão de direitos em grande parte, à competência da Guarda Fiscal.

Mas voltando um pouco atrás, dos antigos tempos, tem a Câmara Municipal das Velas, à sua posse, a Arca do Almojarifado da Alfândega desta Vila, peça do séc. XVI, optimamente conservada. Esta arca tem três chaves que estavam à guarda do juiz, Almojarife e Escrivão, e ali se recolhiam e guardavam os dinheiros cobrados das imposições da alçada daqueles serviços, sendo certo que às vezes eram essas imposições, garantidas por depósito provisório em jóias, dada a escassês de moeda. Conhecemos incidentes curiosos decorrentes desse costume, de que falaremos noutro artigo.

(135) *Arq. Mun. Velas - «O Respigador»* nº 15, de 5/2/1889.

(136) *Frei A. Montalverne - Obra cit.* - pág. 208.

(137) *«Ilha de S. Jorge», de J.C.S. Avellar - pág. 285.*

Ainda se regista a nota que esta Alfândega era a quarta em grandeza, nos Açores, por volta de 1821 (138).

(138) *«Corografia Açórica», de J.C.A. de Sousa, pág. 98.*

13 - Quartel da Polícia de Segurança Pública

Em 1946 foi criado o Posto Policial das Velas, composto por um graduado e seis guardas, aquartelando-se em parte do edifício da Misericórdia Velha, hoje demolido, como já referimos.

Também devido à crise sísmica de 1964 tornou este imóvel inabitável e devido a isso o Estado construiu o actual quartel, que ocupa parte do chão onde se erigia antes a Delegação Marítima, mencionada na alínea própria.



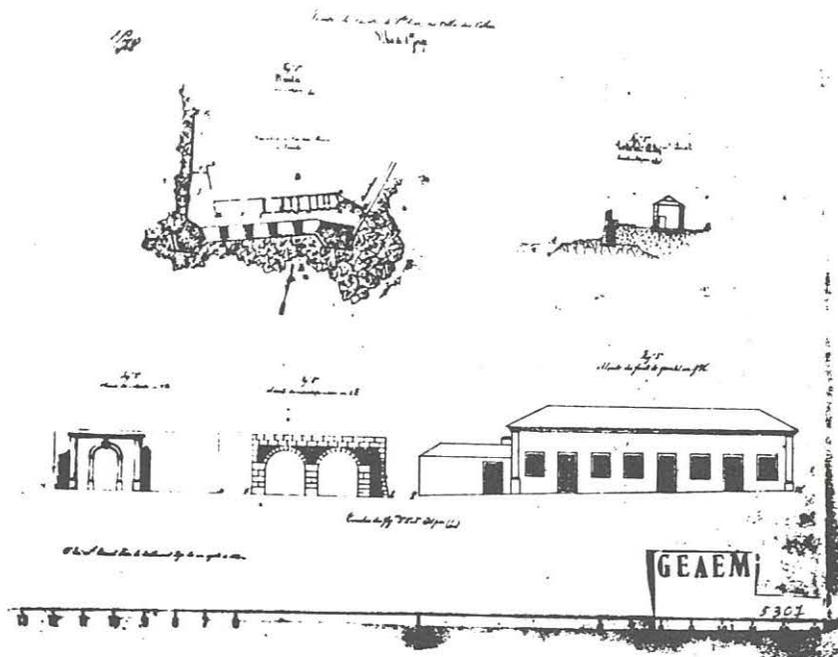
O projecto é também da autoria do já mencionado Arq^º Francisco Augusto Batista, tal como o da Delegação Marítima.

A construção compreende no rés-do-chão os serviços de secretaria, arquivo, armeiro, prisão e garagem e no segundo pavimento uma moradia, camarata e anexos.

Trata-se de uma boa instalação, que no conjunto daquele quarteirão o embeleza bastante. Inaugurado em 13 de Agosto de 1970 pelo Ministro das Obras Públicas, Eng^º Rui Sanches.

14 - Forte de Santa Cruz

Sobre o cais, defendendo o porto das Velas, cruzava fogos com a Fortaleza da Conceição para oeste e para leste com o forte de S. Miguel, este situado na ponta da Queimada, e ainda para evitar um desembarque no reconvexo da baía, encontrava-se e existe a bombardeira da rua das Caravelas, bem como o reduto de S. José, na Granja, arriba sobranceira ao cais da rua do Poço.



A fortaleza de Santa Cruz era a construção militar mais importante desta Vila e Ilha de S. Jorge e a mais antiga, como referimos já no início deste trabalho.

As muralhas são em basalto e tufo e dispunha de 12 bombardeiras providas de outras tantas peças, casa da guarda, caserna e paiol. Nos extremos nascente e poente

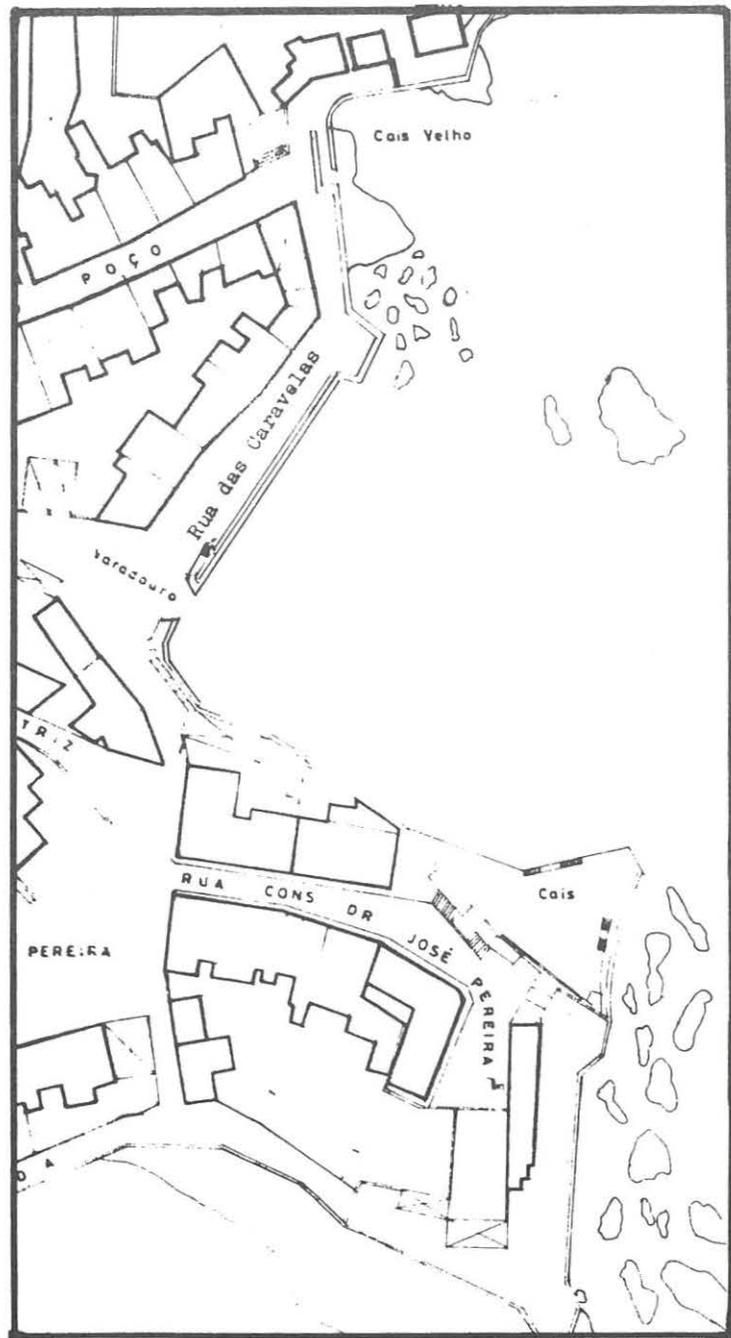
sobressaíam duas guaritas de vigia, cobertas, de que resta apenas a do lado poente.

Para o lado da terra era servida por pórtico em arco encimado pelas armas portuguesas em pedra lavrada, sobre o qual corria um torreão. Esta parte da fortaleza foi demolida em 1965 para construção do acesso ao novo cais das Velas.

O que ainda resta daquela obra militar deve ser preservada, dado tratar-se de um exemplar arquitectónico de merecimento. Recentemente a Câmara das Velas adjudicou a consolidação da base da bombardeira do lado poente e, no subsolo do seu recinto, acham-se instalados reservatórios de combustíveis líquidos.

A esta fortaleza estão ligados os acontecimentos relacionados com a invasão de Du Guay Trouin, a que aludiremos em título próprio.

Juntamos duas plantas deste forte, a primeira do século XIX e a segunda de 1957, que nos dão melhor ideia de como era, indo na segunda marcada a parte que foi demolida.



Localização - Esc: 1/1000

Forte de Santa Cruz e bombardeira da rua das Caravelas defendendo o cais e varadouro

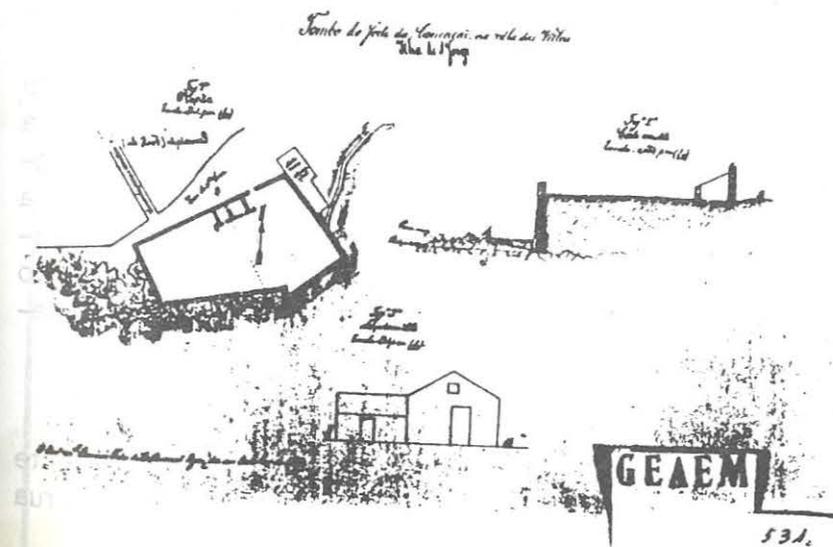
Ano de 1957

15 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

A sul do bairro da Conceição situa-se o recinto muralhado que foi a fortaleza acima designada, em parte da qual está a antiga central eléctrica.

Esta construção, como já referimos anteriormente, veio ocupar o lugar donde se situavam a primitiva igreja de N. S. da Conceição e o forte do mesmo nome, levado pelo mar no dia 21 de Dezembro de 1641, dia de S. Tomé (139).

É sobranceira à areia de João Câncio e o seu panejamento de muralhas tem a altura média de nove metros sobre o mar. Cruzava fogos com a Fortaleza de Santa Cruz defendendo esta parte da Vila. Armava oito bocas de fogo e



(139) Crónica das Ilhas dos Açores, de Fr. Agostinho de Montalverne, pág. 214.

comportava casa da guarda, paiol, cisterna e uma guarita de vigia a poente e ainda existente.

Entre 1870 e 1928 serviu a vários fins, nomeadamente como posto hipico e nesta última data (140) foi adquirido ao Estado pela então instalada Empresa Eléctrica Velense para sua central produtora, que foi inaugurada na tarde do dia 3 de Março de 1929.

A parte do recinto desta fortaleza não utilizada pela central serviu de zona recreativa a um grupo de velenses que ali instalaram dois campos de croquete e um de ténis.

Em 1943 (141) foi aquela parte do forte vendida pela Empresa Eléctrica a uma sociedade industrial denominada Fábrica de Conservas Joaninha, Lda^a, com sede em Lisboa, para uma fábrica de conservas de peixe. O projecto não se concretizou.

Em 1955 (142) a Câmara das Velas adquiriu a central eléctrica, bem como a área de pátios da mesma.

Com a construção da nova Central Eléctrica da EDA, no caminho novo, freguesia da Urzelina, a velha central volta à posse do Município, e deixa-se aqui consignada a iniciativa de que este devia entrar à posse de toda a fortaleza reintegrando-a na sua primitiva traça, nomeadamente as bombardeiras, muralhas e pórtico principal, o que ainda é possível, destinando-o depois a um fim adequado.

Salientamos que desde este local e para nascente até à Fortaleza de Santa Cruz e dali até à bombardeira da rua

(140) Arq. Mun. Velas - P^o Diversos (Central Eléctrica).

(141) *Idem, idem.*

(142) *Idem, idem.*

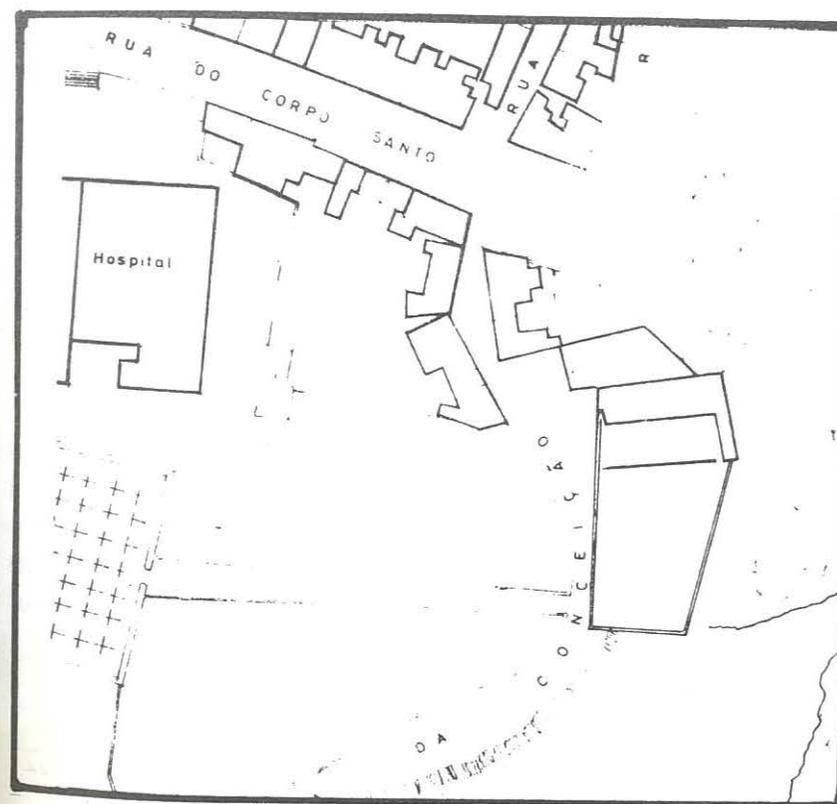
das Caravelas e cais da antiga rua do Poço, toda a Vila das Velas, pelo lado do mar, era muralhada. Neste conjunto lembramos como notável o portão do cais também chamado «as portas do mar», construído em 1797 pelo mestre pedreiro Matias de Avellar.

Seguem-se plantas deste monumento militar.

Forte de Nossa Senhora da Conceição

Localização - Esc: 1/1000

Ano de 1957



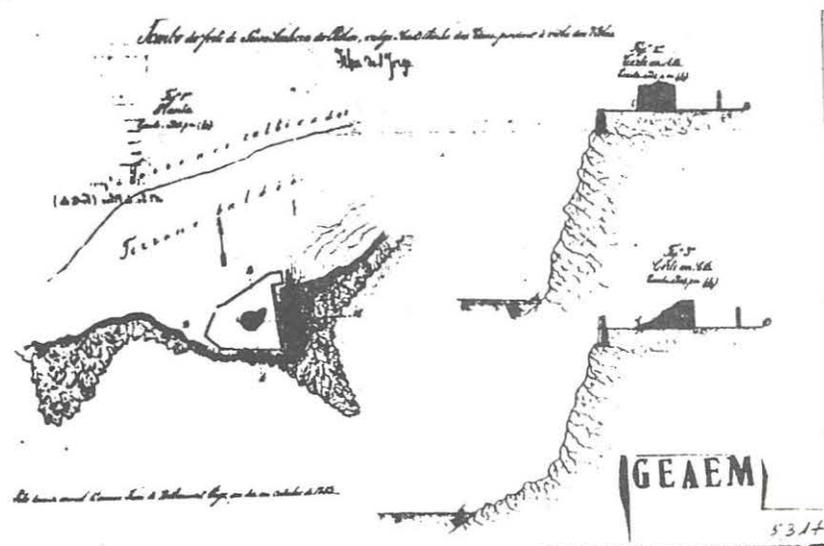
16 - Castelinho, Forte da Eira ou de N.S. do Pilar

Situa-se no local da costa designado por Ponta das Eiras, a oeste das Velas e resultou da necessidade e de defesa da localidade, naquele lado, para obstar a invasões, como aconteceu a quando do assalto a esta Vila, por Du Guay Trouin.

Como se pode ver pela planta que se anexa, dispunha de quatro bombardeiras, casa da guarda e vigia, que ainda conhecemos em parte. Muralhas em basalto e pavimento e construções superiores em tufo. O acesso fazia-se por porta simples de cantaria sem qualquer ornato.

Depois de construído não se registou no mesmo qualquer acção militar.

A planta do mesmo, no século passado, era a seguinte :



Não foi o tempo que o destruiu, somente, mas sobretudo a acção dos homens.

Era passagem obrigatória para a já referida Ponta das Eiras, grande pesqueiro e devido a essa servidão, os que passavam iam a pouco e pouco deslocando as pedras para sua comodidade e assim se foi destruindo o seu extremo sudoeste.

Por volta de 1929 foi arrendado ao Estado por João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, para guarda de carneiros que se criavam nos baldios circundantes. De posse do arrendamento, fechou o recinto com portão de madeira. Gerou-se polémica e os habituais utentes do pesqueiro não só destruíram o portão como foram praticando aberturas nos muros para melhor passarem.

A designação que encima esta nota tem a seguinte explicação: castelinho - por se tratar da obra militar de defesa desta Vila de menor dimensão; Forte do Pilar - devido à proximidade da ermida de N. S. do Pilar; e Forte da Eira, dado que, para o lado da terra existir uma eira para debulha de trigo.

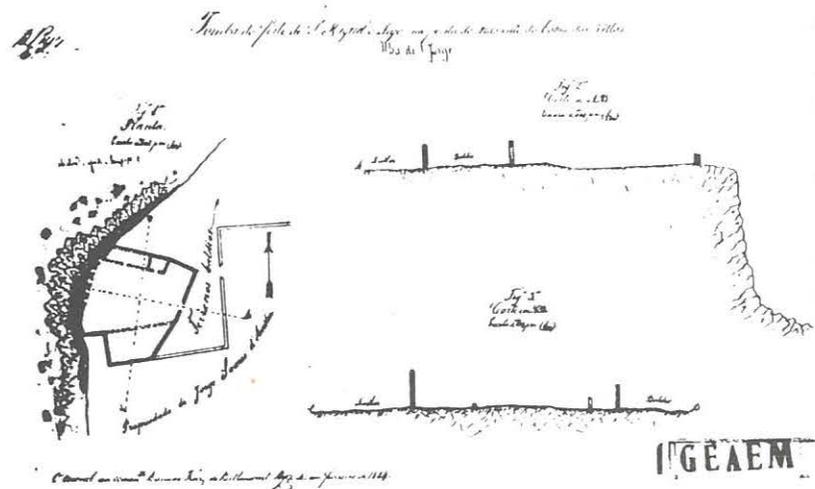
Apesar de, no seu estado actual apenas conter as muralhas até ao nível do terreno da plataforma, merecia ser restaurado, pelo menos o levantamento do panejamento das muralhas até certa altura, visto que constitui um belo miradouro sobre o Canal de São Jorge com o Pico e o Faial por fundo, portanto recinto do maior interesse turístico.

17 - Fortaleza de São Miguel

Situado na ponta da Queimada, a nascente da baía das Velas, constituía o final do conjunto de obras de defesa do porto. Designava-se no vulgo pelo «castelo da Queimada». A sua existência vem referida na memória do Brigadeiro António do Couto Castel Branco, portanto no início do século XVIII. Situado a uma cota de 50 metros sobre o mar, este facto conferia-lhe posição sobranceira na defesa da baía.

Ainda conhecemos nos anos 30 as muralhas, bombardeiras quâsi intactas e a cada da guarda em parte. Armava cinco bocas de fogo.

Os desmoronamentos que se tem verificado naquela parte ocasionaram o seu desaparecimento hoje total. A isso deve acrescentar-se ter-se tirado pedra dali para construções.



A planta que anexamos é o único elemento que possuímos e por ela fica-nos uma lembrança do que foi o Forte de São Miguel, da baía das Velas.

18 - Reduto de São José sobre o porto (Granja)

Situava-se no sitio da Granja, local da encosta sobranceiro ao cais da rua do Poço, também chamado caisinho.

Armava duas peças e servia para evitar qualquer desembarque naquele pequeno cais.

Ainda há uns trinta anos lá estivemos e ali existiam nessa época um resto da plataforma e duas peças de ferro. Hoje, ao que nos consta nada ali existe.

Era obra de reduzido valor e do mesmo não conseguimos qualquer planta ou desenho.

Fica aqui esta nota para que todo se não perca esta memória.

19 - O porto das Velas

Passamos a reproduzir as notas que publicámos nos «Boletim Municipal» da Câmara das Velas, nºs 12 e 14, de 6 de Maio e 21 de Junho de 1983.

A notícia documentada mais antiga que temos referente ao porto das Velas, é a petição que em 1587 a Câmara desta Vila dirigiu a El-Rei Filipe I, para aplicação de 150 cruzados no melhoramento do cais e desembarcadouro, que mereceu parecer favorável por provisão daquele Monarca de 6 de Maio de 1588, cujo original se encontra arquivado na secção de reservados do Arquivo Municipal.

Ainda relacionado com a defesa do porto, a primeira notícia que alcançámos é a carta de D. Sebastião, de 4 de Junho de 1572 (143), ordenando a sua fortificação. Dessa época a construção dos fortes de St^a Cruz e da Conceição (o primeiro e que o mar depois levou). Posteriormente, no período de 1606 a 1621, são construídas as muralhas de todo o perímetro marítimo desta Vila, desde o poço de beber (hoje rua Infante D. Henrique) até à Fortaleza da Conceição. Foi a obra dirigida pelo Capitão Marcos Fernandes de Teive, tendo sido nesse período construído também o reduto de S. José (Granja) sobre o porto e a vigia de Entre-Morros, com uma bombardeira.

Visavam estas obras, entre o mais, a defesa do porto, onde se construíram caravelas.

Entre 1796 e 1799, fazem-se melhoramentos no cais, com a substituição do pavimento que era de tufo, por basalto, que ainda hoje está lá em parte. É desse período o portão do cais (portas do mar ou da Vila) e integrado naquelas obras. Foi seu arquitecto o mestre Matias de Avellar,

(143) Arq. Açores, Vol. 4, pág. 180.

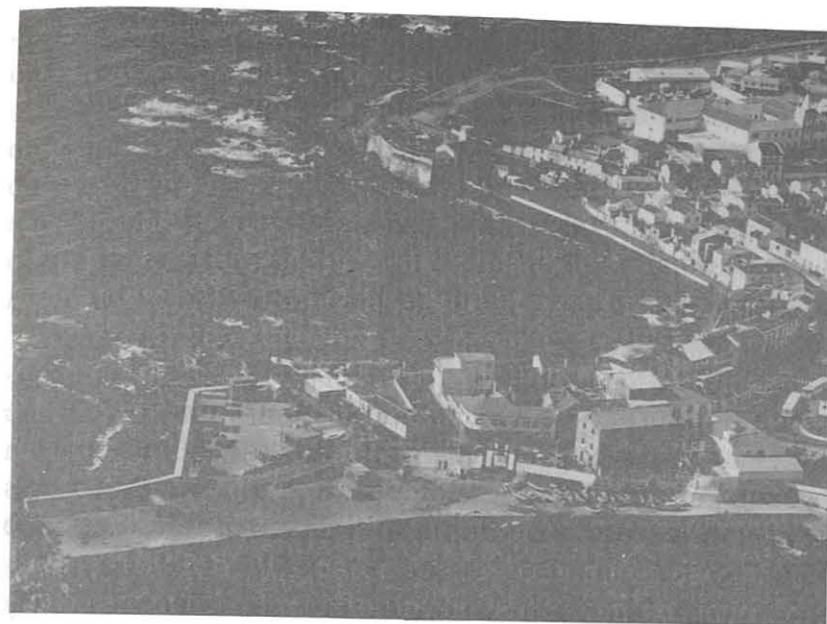
da famosa geração dos mestres pedreiros Avellares, a que temos feito referência ao longo deste trabalho (144).

Em 1933, procedeu-se a uma ampliação do cais, até à Guarita do lado nascente da Fortaleza de Santa Cruz e Construiu-se a muralha sobre o «Poção», que resultou infeliz na sua concepção.

Em 1964 é adjudicada à firma Cimar - Construções Civis e Marítimas, Lda, a ampliação do cais e beneficiação do varadouro, sendo esta fase concluída em 1972. No ano findo foi o paramento do cais prolongado até ao varadouro. Ficou desde 1972 capaz de receber os navios por acostagem.

Até 1892, as cargas retiradas das embarcações que demandavam o porto, ou se faziam à prancha, quando, pela tonelagem os navios se podiam aproximar do cais, sobretudo veleiros transportando sal a granel, ou por transbordo dos veleiros maiores ou navios a vapor, para lanchas de descarga. Retirar as cargas das lanchas para o cais era penoso, usando-se aparelhos primitivos de elevação do tipo cábreá. Em 18 de Junho de 1892, a Câmara das Velas, deliberou adjudicar a uma firma de S. Miguel, por 375,000 réis um guindaste, misto de ferro e madeira, com força de elevação de 1.500 Kg. Esta deliberação foi confirmada pela de 6 de Agosto daquele ano. Em 13 de Março do ano seguinte (1893), a Câmara, deliberou tomar conhecimento de que o guindaste quebrara por deficiência de fabrico. Este guindaste fora construído por Inácio Ribeiro Alves, de Ponta Delgada. Na deliberação antes referida, foi resolvido «encapar (sic) o guindaste, por não corresponder ao contrato», e foi de logo

(144) «Ilha de S. Jorge», de J.C.S. Avellar - pág. 254.



O Porto das Velas (vista geral)

também resolvido pedir para Inglaterra outro guindaste de força de 5.000 Kg. Este novo guindaste de que foi fornecedor Tomaz Pereira da Silva, desta Vila, custou 1.524.900 réis e entrou ao serviço no fim daquele ano. Tão boa foi a aquisição deste aparelho que ainda hoje, decorridos 93 anos, se encontra instalado no nosso cais, prestando serviço. Era presidente da Câmara no tempo da sua aquisição o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa.

Este guindaste, propriedade do Município, era explorado por arrematação anual, e constituía uma verba apreciável nas receitas camarárias.

O Governo em 1895 pretendeu entrar à posse do

guindaste . . . e a Câmara, por deliberação de 2 de Novembro daquele ano resolveu . . . cedê-lo ao Estado, pelo valor do seu custo. No entanto surgiram dificuldades de tesouraria pela parte adquirente, tendo o Governo desistido da sua iniciativa . . . Ficou assim continuando a pertencer ao Município que o explorou até 1934, data em que foi cedido à Junta Autónoma dos Portos, por disposição legal então criada, entidade que a partir daquele ano passou a ter à sua conta a respectiva exploração.

O porto e cais das Velas, pela sua situação, segurança e natureza de fundos marinhos, tem sido desde o princípio do povoamento elemento de grande valor para a economia desta Ilha e, ao presente, sendo o único cais acostável para navios de certo calado existente em São Jorge, continua a manter essa prerrogativa.



O Porto das Velas

20 - O Jardim Municipal

Por actual, socorremo-nos neste título do que publicámos nos «Boletim Municipal das Velas», nº 17 e 18, de 21 de Outubro e 22 de Novembro de 1983.

O Jardim Municipal das Velas, que desde 1911 passou a designar-se por Jardim da República, tem a sua história que convém registar neste Boletim, reunindo os elementos dispersos por actas da Câmara, Livros de contabilidade, jornais e livros, permitindo uma visão de conjunto sobre o mesmo, desde o seu início.

Em 30 de Janeiro de 1836, João Soares de Albergaria de Sousa, propôs à Câmara das Velas, de que era Presidente o Capitão José Soares de Sousa, a cedência do prédio que hoje constitui o Jardim, pelo valor de 200,000 réis, oferecendo em desconto a quantia de 40,000 réis do seu bolso e mais 30,000 réis em nome de seu irmão o Tenente-Coronel José Soares de Albergaria e no de seu sobrinho o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa, em partes iguais, vindo a Câmara a dispensar apenas 130,000 réis. O prédio valia na altura quatro vezes mais a importância pedida, dado que no inventário de sua mãe D. Isabel Delfina da Silveira, em 1892, fora avaliado em 500,000 réis. A Câmara aceitou a proposta (145).

Aquele terreno era murado, com uma casa alta telhada no lado norte e plantio de laranjeiras, constituindo uma quinta.

Obtida a posse do terreno, foram demolidas as paredes da cerca e casa, procedendo-se à sua terraplanagem em relação às ruas circundantes e enrelvamento.

Assim se manteve até 1867, data em que, ainda por

(145) «O Jorgense», nº 24, de 1/10/1872.

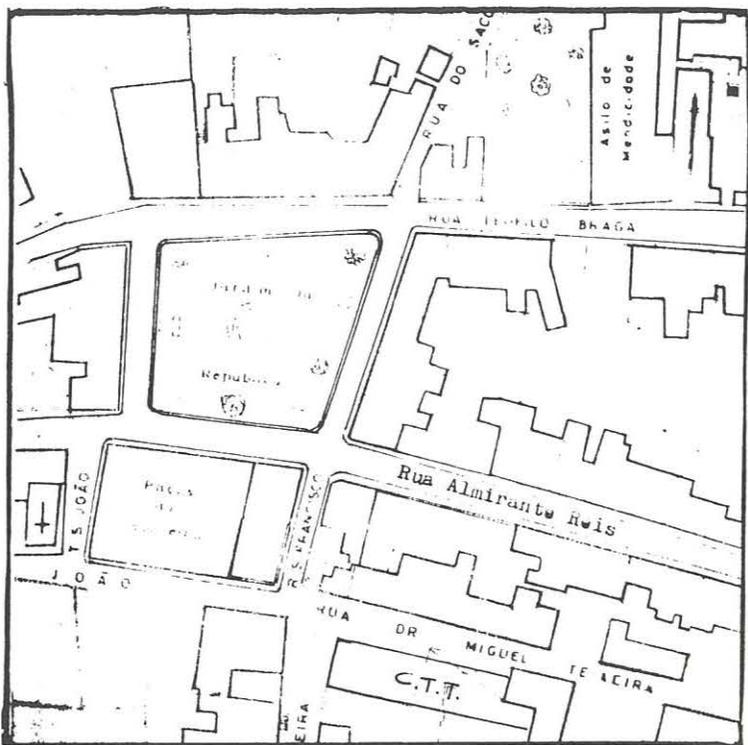
iniciativa do mesmo João Soares de Albergaria de Sousa, então Presidente do Município, se iniciou a sua arborização. A conclusão efectuou-se em 1870, sendo Presidente da Edilidade o Comendador Manuel Vitorino Amarante. A árvore mais notável do conjunto ali posto, era uma araucária, colocada no centro do terreno e que atingiu proporções monumentais (146).

Em Outubro de 1889, são colocados quatro candeeiros em lanternas de latão, para iluminação daquele recinto (147).

Jardim da República

Localização - Esc: 1/1000

Ano de 1957



(146) «A Ilha de S. Jorge», de J.C.S. Avellar - pág. 253.

(147) «O Respigador», nº 32, de 20/10/1889.

Em 1898, a Câmara presidida pelo Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, procede ao arranque da araucária e outras árvores existentes ali, substituindo-as por outras, construindo-se o corete (kiosque), como ainda hoje se vê, como padrão comemorativo do quarto centenário da Descoberta da Índia (148).

Em Janeiro de 1902 deliberou a Câmara proceder ao embelezamento do Jardim, construindo-se os canteiros primitivos em pedra queimada e tijolo cerâmico e plantando-se as árvores - hoje monumentais, que lá ainda se encontram (149) e por deliberação de Julho de 1903 resolve-se vedar o jardim (150) o que se executou entre 1904 e 1905 (151), sendo construtor da grade e portões o serralheiro José Maria Gambão, das Velas e custou 1.146.000 réis (152).

As colunas que ladeiam os portões foram inicialmente projectadas em ferro fundido, mas, finalmente executadas em basalto lavrado a pico fino e ainda ali se encontram, sendo de considerar a sua elegância, proporções e execução.

Dissemos anteriormente, que em 1898 fora construído o kiosque, como padrão evocativo da Descoberta da Índia. As despesas com a sua construção ascenderam a 902.830 réis (153). Por sua vez as despesas de embelezamento realizadas em 1902 foram de 908.525 réis (154).

(148) J.C.S. Avellar, obra cit., pág. 253.

(149) Arq. Mun. Velas - Actas de 1902, 1903 e 1905.

(150) Idem.

(151) Idem.

(152) Arq. Mun. Velas - Projectos Municipais 1903/5.

(153) Idem - Conta de 1892/1902 (Reg.) fls. 68.

(154) Idem - Idem 1903/1910, fls. 7.

O Jardim Municipal das Velas, era inicialmente designado por Praça Municipal e também por Praça Nova, dado que o actual Largo Dr. João Pereira tinha as designações de Praça Velha ou Largo da Matriz.

21 - Cemitério Municipal da Conceição

Em 1834 foi proibida a inumação de cadáveres nas igrejas, prática secular. De harmonia com a Lei, a Câmara das Velas, instalou o primeiro cemitério, de reduzidas dimensões, em parte da cerca do Convento de Nossa Senhora do Rosário, na rua das Freiras, hoje chamada rua Guilherme da Silveira (155).

Por portaria de 4 de Maio de 1838, foi cedida à Câmara parte da cerca do também extinto Convento de São Francisco, para construção do Cemitério, que passou a denominar-se por Cemitério da Conceição, e é o actual.

A Câmara eleita em 29 de Maio de 1851 e constituída pelo Dr. António José Pereira da Silveira e Sousa, presidente e sendo vereadores João Inácio Bettencourt Correia e Ávila, Bernardo José de Sousa e João Vitorino Amaranite resolveu dar início à construção e assim em reunião de 10 de Agosto daquele ano inscreve no seu orçamento a verba de 300,000 réis para início da mesma (156). A construção demorou e só em 1856 ficou concluída.

O auto de benção do Cemitério é nos seguintes termos (157):

«Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e seis, aos vinte cinco dias do mês de Março, pelas dez horas da manhã se reuniram na casa da Câmara desta Vila das Velas os ilustrísimos senhores Dr. João Pereira da Cunha Pacheco, Presidente, Vereadores João Inácio de Bettencourt Correia e Ávila, António de Azevedo Bettencourt e Francisco José de Betten-

(155) «Ilha de S. Jorge» - J.C.S. Avellar, pág. 276.

(156) Arq. Mun. Velas - Actas 1850/1856.

(157) Idem - Actas 1856.

court Correia e Ávila, afim de ir (sic) assistir à benção solene do Cemitério desta Vila, mandado construir pela Câmara na cerca do suprimido Convento de São Francisco; e saindo em direcção à Igreja Matriz e reunidos ali com alguns empregados públicos, e pessoas de maior distinção da Vila previamente convidadas para este acto, seguiram no préstito que se compunha das Irmandades da Misericórdia e Santissimo Sacramento e do reverendo Clero, se encaminharam ao referido cemitério, e assistiram à benção do mesmo pelo Rev. Vigário desta freguesia António Martiniano de Mendonça, donde concluído o acto, se retirou outra vez para esta Casa. E para constar mandaram lavrar o presente que assinam. José Maria das Dores e Mendonça, escrivão da Câmara o escrevi na Sala das Sessões da mesma em dia, mês e ano supra. Seguem as assinaturas».

Logo no ano seguinte, em Abril de 1857, procede a Câmara à trasladação para o novo cemitério dos restos mortais do Bispo D. António Vieira Leitão e do fundador do Convento do Rosário Padre Amaro Teixeira Fagundes. Lavrou-se termo que passamos a transcrever do Livro de Actas da Câmara, de 1856/1863:

Eis o auto: Trasladação – Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de mil oitocentos e cinquenta e sete, nesta Vila das Velas da Ilha de S. Jorge nas Casas da Câmara se reuniram os actuais membros do corpo municipal os illustrissimos senhores Presidente Doutor João Pereira da Cunha Pacheco, e Vereadores João Inácio de Bettencourt Correia e Ávila, António de Azevedo Bettencourt e Francisco José de Bettencourt e Ávila, afim de irem assistir à trasladação dos ossos do Bispo que foi desta diocese D. António Vieira Leitão, falecido nesta Vila, por ocasião de visita, no ano de mil setecentos e catorze, bem como à trasladação dos ossos do fundador do Convento suprimido de Nossa Se-

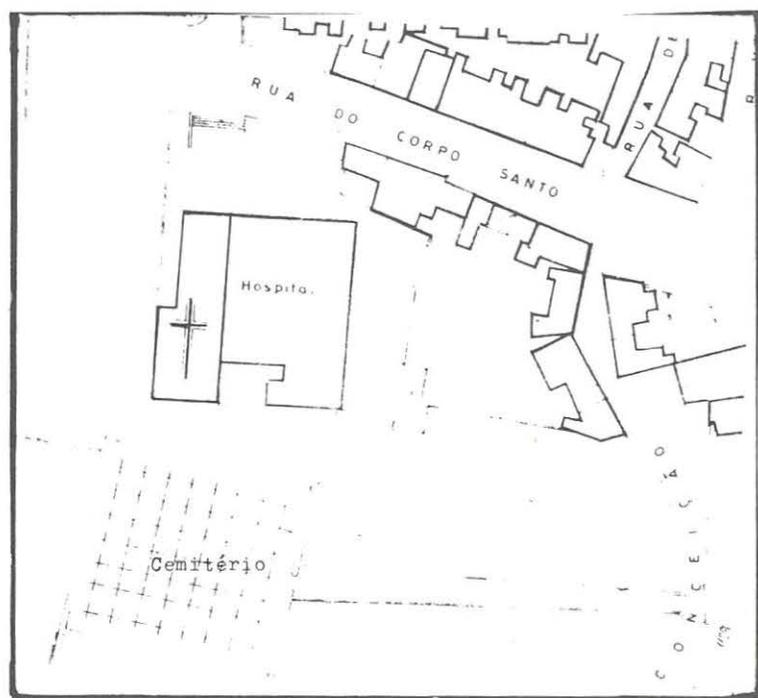
nhora do Rosário desta mesma Vila o Reverendo Amaro Teixeira Fagundes, os quais, uns e outros, tinham sido exumados, sob exploração duma comissão nomeada para o dito fim, por esta Câmara, em trinta e um de Março do ano próximo pretérito, a qual havia ultimado sua missão em sete de Abril do mesmo ano, como do relatório no Arquivo desta Câmara, fazendo exumação dos restos mortais de tão venerandos, quão respeitáveis sacerdotes que se achavam enterrados na Capela-Mór da profanada Igreja do Rosário, donde foram conduzidos em caixões distintos para a capela da Ordem Terceira da Igreja de São Francisco, onde se conservaram até hoje sob guarda do Reverendo Vigário da Matriz António Martiniano de Mendonça. Pelas dez horas da manhã saiu o Corpo Municipal dos Paços do Concelho e se encaminhou à Igreja de São Francisco, onde sob uma pequena eça se achavam dois caixões decentemente preparados, e que continham os ossos dos dois virtuosos sacerdotes; pouco depois saiu o préstito fúnebre acompanhado das principais autoridades, empregados do Concelho e de muitas pessoas da nobreza, previamente convidadas pela Câmara, das Irmandades do Santissimo da Matriz e da Misericórdia, e de algumas pessoas do povo, não tendo permitido o mau tempo que concorresse o clero das freguesias mais remotas, e dos outros concelhos que para isso foram também convidados assim como outras muitas pessoas; O caixão que encerrava os ossos do Prelado diocesano foi conduzido por quatro sacerdotes, e por falta de número suficiente deixou o outro caixão de ser conduzido também por sacerdotes, sendo levado por quatro cavalheiros dos principais. Chegado o préstito à Matriz, para onde se dirigira e colocados os dois caixões sobre uma eça aparatosa, celebrou-se em seguida um officio solene e Missa, no fim da qual o dito Rv. Vigário, que capitulara o officio, subiu ao púlpito e fez uma oração

análogo ao objecto; concluída esta celebraram-se os resposos conforme os ritos da Igreja, nas exéquias dos Prelados. Em seguida foi encerrado o caixão dos ossos do fundador em um carneiro na Capela do Senhor Jesus, pertencente à Família dos senhores Teixeira Soares, que ele mesmo mandara fazer e a caixa dos ossos do Prelado, acompanhada de todos os que assistiram à solenidade fúnebre, foi levado ao Cemitério da Conceição, onde depois de metido em uma caixa de madeira foi esta guardada em um jazigo feito de pedra com sua tampa ao lado direito do altar do mesmo Cemitério. Concluído este acto retiraram-se o cortejo e a Câmara recolheu aos Paços do Concelho, mandando lavar o presente auto para constar, que assina com algumas das au-

Cemitério Municipal da Conceição

Localização - Esc: 1/1000

ano de 1957



toridades presentes e pessoas assistentes. José Maria das Dores e Mendonça, Escrivão da Câmara, o escrevi. ass) – João Pereira da Cunha Pacheco, Presidente; João Inácio de Bettencourt Correia e Ávila, António de Bettencourt Azevedo, Francisco José de Bettencourt e Ávila; o Administrador do Concelho, José Soares Teixeira de Sousa; o Juiz de Direito, Francisco Pinto dos Reis Mascarenhas; o Delegado do Procurador Régio, Manuel Inácio do Couto Ramos e Silveira; António José Pereira da Silveira e Sousa, António Pedro da Silveira, Escrivão da Alfândega; João Lourenço Pereira, José António de Almeida, cirurgião médico da municipalidade; José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa; João Silveira de Bettencourt e Carvalho; o Vigário António Martiniano de Mendonça; João Soares de Albergaria; António Joaquim dos Reis Portugal; António Maria Torrens, Comandante Militar; João de Matos Azevedo; Joaquim Severino de Avelar, Miguel Teixeira Soares de Sousa; José Acácio da Silveira, José Maria das Dores e Mendonça».

Ainda mais uma nota referente ao Cemitério. A primeira sepultura cedida, verificou-se a 27 de Dezembro de 1866, cujo termo é o seguinte:

«Registo nº 1 - A vinte e sete de Dezembro de mil oitocentos sessenta e seis, foi cedida a propriedade de uma sepultura a D. Ana Angélica da Silveira e D. Maria Londina da Silveira, solteiras, desta Vila, onde foram depositados os restos mortais trasladados do antigo cemitério, do Reverendo António Pereira Cardoso, tio das mesmas e Vigário que foi da Matriz desta Vila» (158).

(158) Arq. Mun. Velas - Liv. Conc. Sepulturas 1866/1898.

Como curiosidade anotamos também que D. Maria Londina da Silveira, referida neste registo, foi quem doou à Matriz das Velas o quadro a óleo da Virgem com o Menino, que os peritos atribuem à escola de Pedro Alexandrino e está colocado na Capela da Senhora das Dores da mesma Igreja. Esta senhora era filha de Amaro Pereira da Cunha e faleceu a 7 de Dezembro de 1922, com 104 anos de idade (159).

(159) *Idem* - Proc. dos Bens das Igrejas/1927 e L^a Reg. Enterramentos.

22 - Teatro Velense

Já não existe. A crise sísmica de 1964 destruiu o edifício em que se encontrava instalado, mas desde 1948 que não funcionava.

Para se falar do Teatro Velense, temos que referir previamente o «Club Velense» que está na sua origem.

Teve estatuto que convém reproduzir por desconhecimento certamente de todos os que nos lerem.

«Estatutos do Club Velense :

Cap^o 1 - Da denominação e fins da sociedade.

Art^o 1^o - A sociedade é denominada - Club Velense.

Art^o 2^o - O seu fim é o decente recreio e honesta convivência dos sócios e famílias.

Art^o 3^o - Celebra seus trabalhos e reuniões em parte do extinto Convento de Nossa Senhora do Rosário prestado gratuitamente para este fim pelo seu proprietário José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, enquanto as circunstâncias não fizerem suspender o empréstimo.

Art^o 43^o - Qualquer alteração que se faça a estes estatutos carece de aprovação Régia.

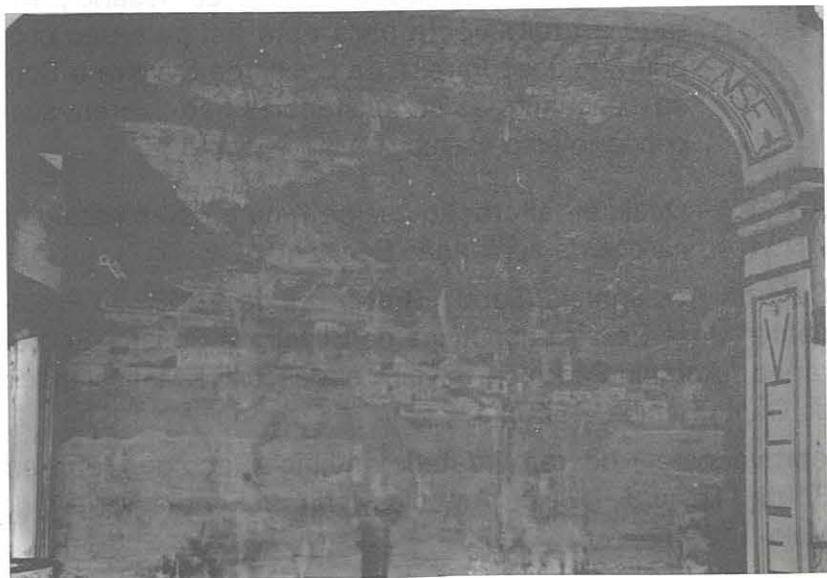
Sala da Assembleia Geral, 9 de Abril de 1858. O Presidente, José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa. Secretários, António Pedro da Silveira e Mesquita, Manuel Inácio do Canto Ramos e Silveira.

Aprovados por decreto, datado de hoje. Paço de Mafra em 31 de Março de 1859. António Maria de Fontes Pereira de Melo» (160).

(160) Arq. Mun. Velas - Proc. Div. - Reservados.

Sobre este Club, na revista «Atlântico», nº 41, de 31 de Março de 1864, lê-se a seguinte crónica, que nos vai dar notícia da criação do Teatro Velense. É assim:

«São Jorge – Club Recreativo Velense – É sempre com prazer que registamos todos os factos que tendam a desenvolver nos Açores a convivência social, e a estreitar as relações dos seus habitantes por meio de associações, nas quais a par das distrações do espirito se encontra um poderoso elemento de civilização. Neste caso está o Club Velense instalado há pouco em S. Jorge e organizado com todos os elementos de ordem e estabilidade. Foi principal promotor desta excelente sociedade o sr. Dr. José Pereira da Cunha que mandou expressamente reedificar uma casa para este fim e ofereceu o seu uso à sociedade enquanto durar. A sala do baile é espaçosa e os gabinetes de leitura e de



O pano da boca de cena

jogo têm todas as condições de confortabilidade. Todas as noites ali se reúnem muitos cavalheiros da terra e não é raro ver cheias quatro mesas de voltarete. O gabinete de leitura não é menos concorrido; mas o que há mais a notar é que as desinteligências tão naturais em terras pequenas são inteiramente esquecidas dentro daquele recinto. Pode dizer-se que ali é a mansão da paz. A sociedade deu o seu baile de instalação no Domingo de Páscoa, e segundo as informações que colhemos, esteve brilhante e animado. Concorreram perto de 40 senhoras e 60 cavalheiros. Durou toda a noite, e a última polka terminou aos raios da luz do sol. A noite a todos pareceu pequena e o serviço foi feito com muita regularidade e proporção. Tocou a filarmónica da Calheta, que o sr. Cunha também organizou oferecendo-lhe os instrumentos precisos. Muitos cavalheiros de diversos pontos da ilha e alguns da do Pico concorreram ao baile. Projecta-se brevemente outro que se julga será ainda mais concorrido. O sr. Dr. Cunha, verdadeiro espirito civilizador da sua terra natal, não quis deixar a obra da organização do Club incompleta. Contíguo à casa da sociedade mandou construir um teatro que brevemente estará concluído. À sua construção presidiu uma boa ideia. A sala actual do baile deve comunicar com a galeria das senhoras, para lhes servir de salão de passeio nos intervalos dos actos»

O Club Velense foi extinto em 1873.

Em 1864 iniciou-se a construção do Teatro Velense, que foi inaugurado solenemente em 2 de Fevereiro de 1865, como refere José Cândido da Silveira Avellar.

Comportava 32 camarotes em três ordens e 100 lugares de plateia. Ainda o conhecemos muito bem. O pano da boca de cena representava uma vista da Vila das Velas em 1864, tirada do mar e fora pintado por Manuel de Oli-

veira, de Angra do Heroísmo. Tratava-se de uma boa figuração desta Vila.

A partir de 1908 passou a ser arrendado na sua exploração, e em 1938 a família Cunha vendeu aquele imóvel a António Francisco da Silveira Pineu e como referimos no principio deste titulo foi arruinado com os sismos de 1964 e demolido. Nessa altura o pano de boca de cena antes mencionado ficou destruído. Pela reprodução fotográfica que juntamos, muito desmerecida já, ficaremos com uma ideia pálida do que eram as Velas em 1864.

Voltaremos a fazer referência a este Teatro quando mencionarmos a Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, que ali teve sede de 1938 a 1959.

Teatro Velense

6. de Maio de 1917



Recita infantil em benefício
da instrução e da BIBLIOTECA ESCOLAR POPULAR DAS VELAS.

Programa

1.ª Parte

A Flor da Serra

PEÇA EM 3 ACTOS ORIGINAL DE
Ruy de Mendonça

(LETRA)
Francisco Augusto Cordeiro
(MUSICA)

(3.ª Representação nos Açores)

FIGURAS

Maria Menina Olímpia M. Goulart
João Marta das Dores Avelar
Augusto Menina Carolina A. da Silva
Isaura Menina Josefina A. Freitas
António Menino Manuel B. Botelho
Luís António S. Goes
1.º Pastor Américo H. B. e Sousa
2.º Pastor Renêse P. Costa

CURTO COMPOSTO PELOS MENINOS DA
BORGES, MARIA D. SABINO e MENINO KUSTO
NHO BOTELHO
DOIS CHALADOS E VOZES
MINHO, 1870

ABERTURA ÀS VINTE HORAS EM PONTO

Director do espectáculo
Ruy de Mendonça
Regente da Orquestra
Ex.º Sr. Adolfo Portugal
Canta-regem
Ex.º Sr. Manuel I. Viegas
Adeusante
Ex.º Sr. Francisco Giraldes
Ponto
Alfredo Dias

A Orquestra é composta pelos Ex.ºs Srs. João
Ferreira Pacheco, piano; Cosme B. Amraute, 1.º
violino; Gil A. Freitas, 2.º violino; Blarmino F. Re-
bello, viola; Virgínio Pacheco, violoncelo; Manuel
Sérgio e José de Andrade flautas; Sérgio Avelar,
1.º clarinete; Emilio B. Avelar, 2.º clarinete; José
Soutres, 3.º clarinete; Raul P. Goes, cornetim; Artur
P. Soutres, bombardino; Manuel da Silva, tromboim

2.ª Parte

Lição de Moral

Episódio em um acto original de

Luigina Vidal

FIGURAS

Mário Menino A. S. Goes
Celeste Menina Maria das
Dores Avelar

ACTUALIDADE

INTERVALO DE 15 MINUTOS

Programa de um espectáculo realizado em 1917,
o mais antigo que conseguimos

23 - Cine São Jorge

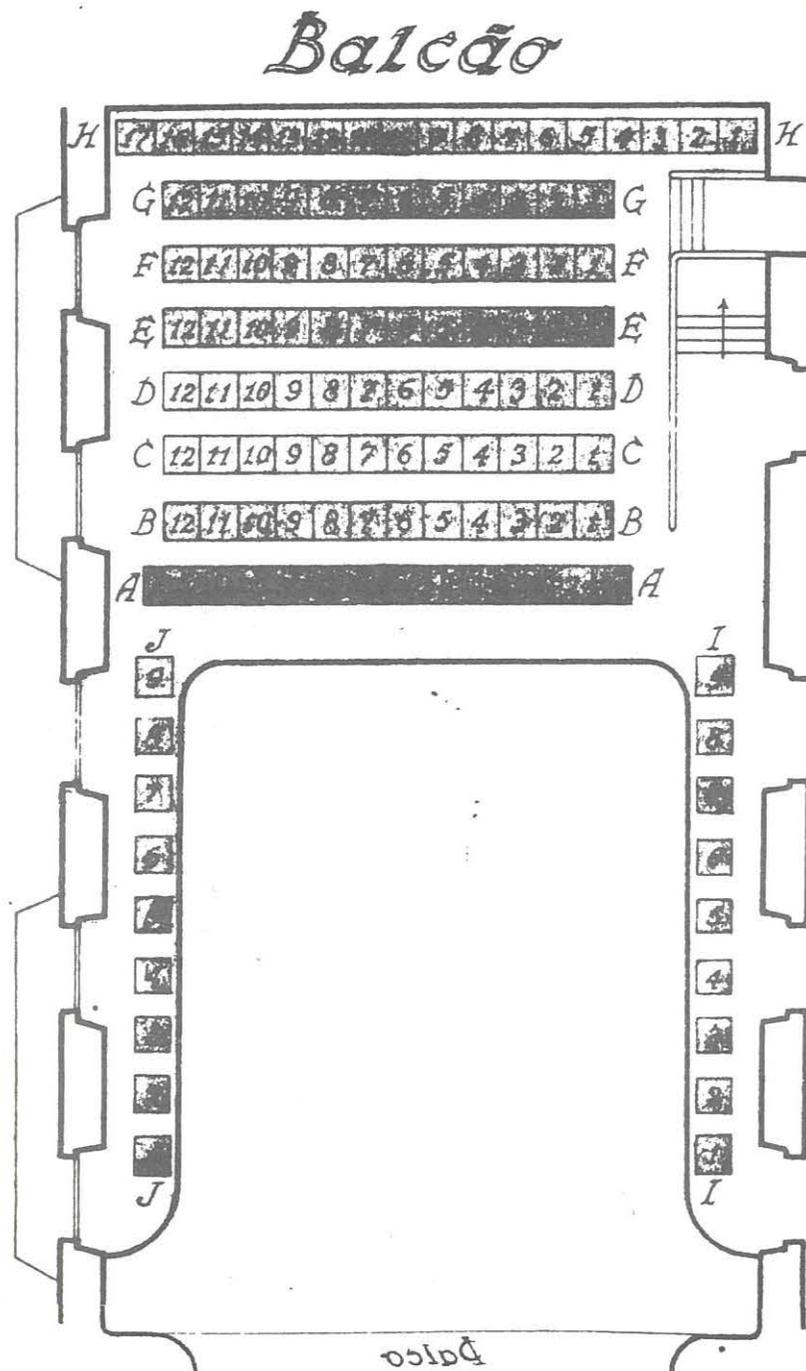
Por adaptação de um imóvel existente na rua Maestro Francisco de Lacerda (rua Direita) e projecto aprovado pela Inspeção dos Espectáculos, foi da iniciativa de Manuel Inácio Cordeiro e João Inácio da Silveira, que constituíram para o efeito uma sociedade denominada «Cordeiro & Silveira, Lda».

Foi solenemente inaugurado em 11 de Julho de 1948, com o filme Fátima terra de fé. Os bilhetes eram de 6\$, 8\$, 9\$ e 10\$00.

Comporta 168 lugares de plateia e 120 lugares de balcão num total de 288 lugares. Depois de bar anexo, no primeiro pavimento e outras instalações necessárias.

Mantém-se ainda em exploração em regime de arrendamento.

A planta da sala, nos seus dois pavimentos é conforme os desenhos reproduzidos a seguir.



24 - Sociedades Recreativas e DesportivasA - Sociedade Nova Aliança

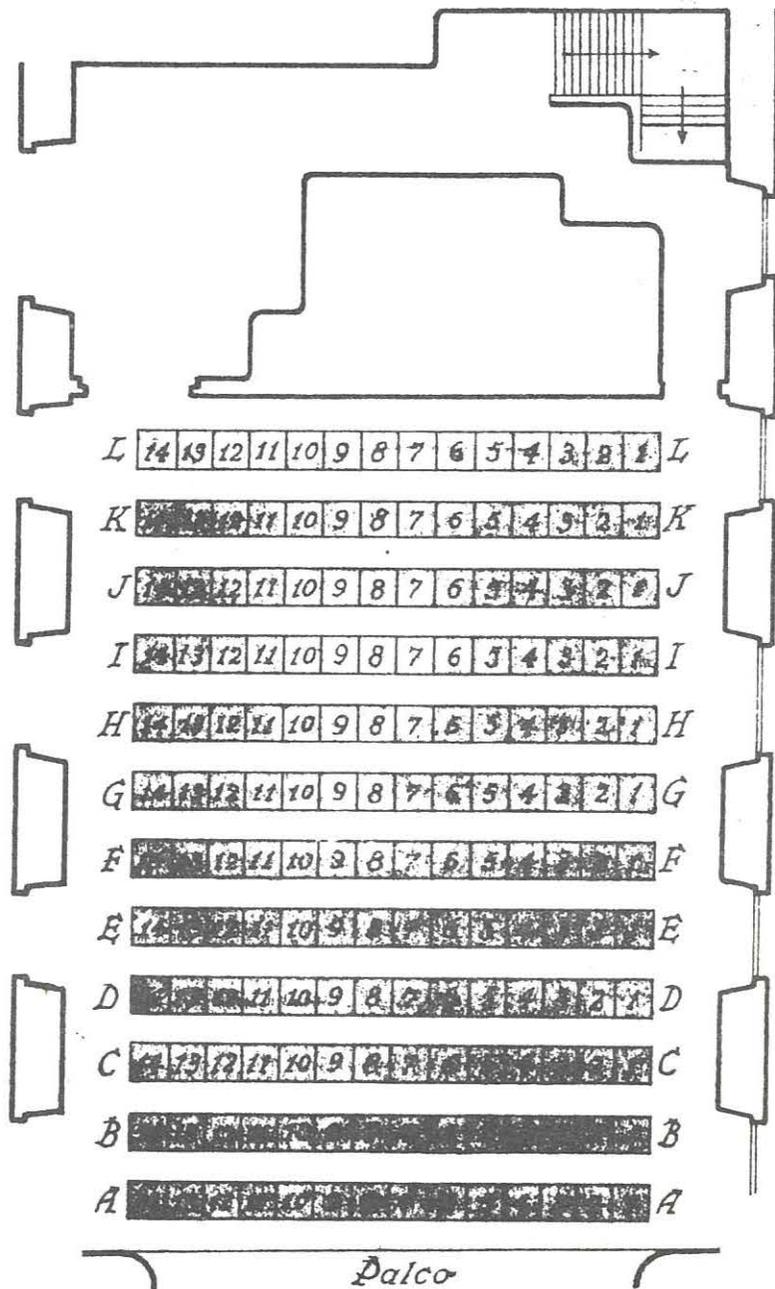
Associação recreativa e musical, fundada em 3 de Abril de 1900. Como do programa do cinquentenário da sua fundação, foram sócios fundadores: José Francisco da Silveira Pineu, André Goes, António Cristiano da Silveira, António Freitas Lopes, António Sabino Pereira, Francisco Silveira Goulart, João Borges Cândido, João Gambão, João Marcelino Goulart, João Inácio Soares, Joaquim Cardoso do Livramento, José Gonçalves Gambão, José Inácio da Silveira, José Sabino Pereira, Manuel de Almeida Cristiano, Miguel Sabino Pereira e Silvino Borges Cândido.

Os estatutos são datados de 24 de Outubro de 1912 e assinados por alguns dos sócios de então, a saber: José Soares de Albergaria Mesquita, Cosme Bettencourt Amaranite, João Ávila, Aires da Silveira, Joaquim Cristiniano da Silveira, Manuel Vieira Rodrigues, José Francisco da Silveira Pineu, Raúl Pereira Goes, José Inácio da Silveira, Joaquim Cardoso do Livramento, António Cristiano da Silveira, António de Freitas Lopes, Amaro Carvalho de Medeiros e Manuel Pereira Dutra.

O primeiro local de reunião desta colectividade foi nas casas de Viriato Patricio desta Vila e hoje demolidas.

Depois construíram um prédio na rua Infante D. Henrique, actualmente usado para armazém, situado a seguir à casa que foi de D. Isaura Portugal, mas em 4 de Agosto de 1917 adquiriram por compra a sua primeira sede própria na rua da Capela, prédio que hoje é pertença da viúva de Joaquim Bettencourt. Esta compra foi pelo valor de Esc: 309\$00 e feita a José Francisco da Silveira Pineu.

Ali se manteve até 1938, data em que tomou de

Plateia

aluguer o prédio da família Cunha (casa do Engenho), na Avenida 19 de Outubro de 1910, onde se mantiveram até 1957, tendo feito obras de que resultou um bom salão de festas com palco e outras benfeitorias.

Esta prestante colectividade adquiriu em 1957 um prédio na rua Dr. Miguel Teixeira, que ficou seriamente danificado pelos sismos de 1964. No mesmo local construíram a sua sede actual, com projecto aprovado superiormente. Trata-se de um imóvel que muito veio valorizar esta Vila.

Além da filarmónica que tem o nome da sociedade, manteve durante anos um grupo cénico que juntamente com a filarmónica, realizou em anos idos visitas a outras ilhas do arquipélago e obteve bom renome.

Continua em plena actividade e o número de sócios actualmente é de cerca de 250.

B - Lusitânia Club Recreio Velense

Foi fundada em 18 de Fevereiro de 1923 e foram seus fundadores José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristovão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelar e Francisco Xavier Bettencourt.

O seu primeiro estatuto é datado de 12 de Maio de 1926 e o actual de 29 de Setembro de 1952. As suas finalidades são acções recreativas, culturais e beneficentes.

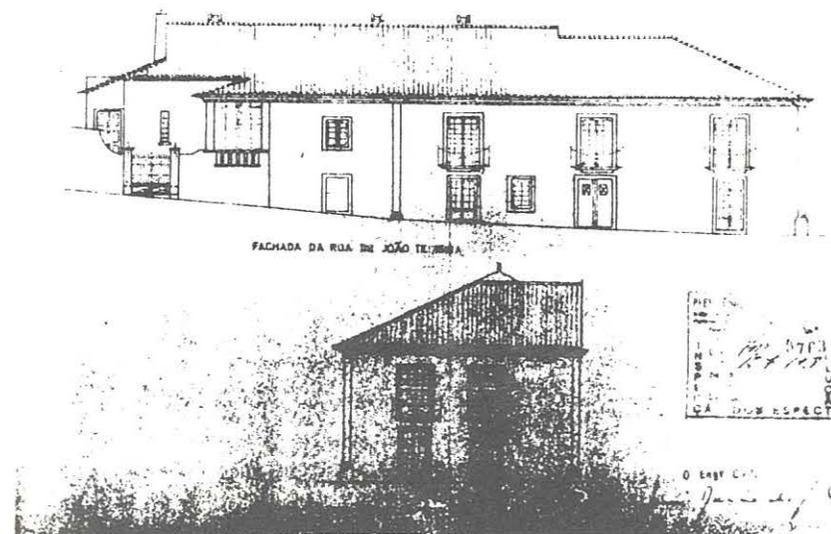
Instalou-se no prédio do Engenho na data da sua fundação, à saída das Velas e até se manteve até 1937, data em que mudou para o antigo Teatro Velense e parte do imóvel que lhe ficava adstrito, então adquirido, como dissemos já, por António Francisco da Silveira Pineu.

Em 30 de Maio de 1957 adquiriu a herdeiros de João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, o prédio daquela família sito no gaveto das ruas Dr. João Teixeira e Cunha da Silveira, por 48 horas.

Com projecto aprovado pela Inspeção dos Espectáculos e elaborado gratuitamente pelo Eng^o José Maria de Melo, executaram-se as obras de adaptação e ampliação constantes do mesmo projecto, tendo-se ali instalado provisoriamente em 30 de Março de 1959, ficando as obras completas em princípios de 1965.

Conta presentemente com cerca de 200 sócios.

Juntamos a reprodução dos alçados da sua sede obtidas a partir do projecto já mencionado.



Trata-se de uma boa sede e o edifício é de traça apreciável, dos finais do século XVIII.

Esta associação tem adstrita a Filarmónica Liber-

dade, fundada em 3 de Março de 1926, que se manteve em funcionamento até 1978, data em que interrompeu a sua actividade, voltando a actuar desde 1985.

Durante os primeiros vinte e cinco anos da sua actividade, manteve um grupo cénico, levando à cena vários espectáculos e deslocou-se algumas vezes à Terceira, Pico, Faial e Graciosa, onde obteve aplauso.

Conta presentemente com cerca de 200 sócios.

C - Grupo Desportivo Velense

Foi fundado em 1 de Janeiro de 1966, junto da Casa do Povo desta Vila, tendo recebido desta autonomia para a prática de desportos, com direcção própria.

Os primeiros directores foram: António Cristiano da Silveira Jr., Trajano de Oliveira Lopes, José Faustino de Borba, Eduíno Dutra e João da Conceição de Melo.

No arquivo desta associação encontra-se a relação dos primeiros atletas inscritos para a prática do futebol, com os seguintes nomes: Cristovão Amilcar Cristiano da Silveira, Franklin Coquete, Manuel Fernandes Carvalho Coquete, Luís Alberto Pires Silvano, Mário Emilio Soares, José Luciano Carvalho Coquete, Fernando Emilio Soares, José Manuel de Melo, Luís Alberto Soares, Adão Alberto Goes, José Manuel Amaral, João Luis Medeiros Coquete, Hernâni Soares, João Martins, Mário José Correia da Silva, José Armando Soares Silveira, Alberto da Rosa e Luís Filipe Bettencourt Oliveira.



Os elementos para a elaboração deste título foram-nos cedidos pelo Director deste Grupo, sr. João da Conceição de Melo.

Por necessidade da sua primeira inscrição em provas federadas, este Club teve de elaborar estatutos, feitos por escritura pública de 14 de julho de 1983, mantendo-se ligado à Casa do Povo.

Na época de 1983/84 iniciou a sua participação nas provas oficiais de futebol a nível ilha, estando inscrito na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Em Dezembro de 1985, iniciou a construção da sua sede própria, na Avenida do Livramento, obras ainda em curso.

D - Futebol Club Marítimo Velense

Fundado em 5 de Outubro de 1964, não alcançamos os nomes dos seus fundadores, nem dos componentes da sua primeira equipa desportiva.

Tem estatutos por escritura pública de 10 de Março de 1980 e foram outorgantes na mesma os nomes que passamos a indicar: Germano Matos dos Santos, Rui Manuel Lemos Rodrigues da Silva, Doraldo Hilário Goes, Amaro Manuel Soares Oliveira, António Furtado Simas, Gaspar Manuel da Silva Bettencourt, Mário Emilio Soares, José Manuel Viegas, Luís Manuel Soares, e José Duarte Vitorino Soares.

Está construindo a sua sede na rua de São João, mesmo em frente à Ermida do mesmo nome. Na altura em que escrevemos está concluído o rés-do-chão deste edifício e o primeiro andar aguarda a colocação do tecto. Tem junto um recinto para prática de actividades desportivas.

V - V Á R I A1 - Invasão das Velas pela armada de Du Guay Trouin

Temos a notícia desta invasão resumida por J. C. S. Avellar (161), e dela se conclui terem as fortalezas das Velas resistido durante cerca de 24 horas à tentativa de invasão. A frota era composta por onze navios e dispunha de 434 bocas de fogo e setecentos homens de desembarque.

A simulação feita no dia 19 de Setembro de 1708, de tentativa de desembarque, não resultou. Os fortes que defendiam as Velas, responderam ao ataque com as suas 38 peças e o dispêndio de 2208 libras de pólvora.

No dia seguinte, 20 de Setembro, pelas nove horas houve nova simulação, que não resultou, fazendo-se o desembarque depois pelo sitio da Preguiça e ponta das Eiras, local não fortificado então, e onde depois se ergueu o reduto das Eiras ou Castelinho, de que já falámos.

Do ataque dá-nos notícia o próprio Du Guay Trouin, como também diz terem ficado em terra parte dos mantimentos recolhidos (. . .) e as vasilhas de água, devido ao mau tempo que se levantou (162).

Sabemos no entanto que os «franceses levaram os sinos da Matriz e o cálice de São João» (163).

Ora, a tomada da Vila, que demorou vinte e quatro horas, denota vontade de resistir por parte dos defensores e por pouco conhecida e não referida por José Cândido, vamos

(161) «Ilha de S. Jorge - J.C.S. Avellar, pág. 246.»

(162) «O Jorgense», nº 54, de 1/1/1984.

(163) Arq. Par. Velas - L^a Visitas de 1676/1745. fls. 80.

transcrever o seguinte documento, que é mais uma achega para o estudo deste acontecimento (164).

«Hoje publicamos um documento relativo a este sucesso único onde encontramos uma narrativa d'ele. Du Guay Trouin, uma das glórias marítimas da França, veio aos Açores por ordem do seu Governo em guerra com o nosso. Bateu algumas fortalezas da ilha Terceira e as da Vila da Calheta desta Vila. O dia do primeiro ataque foi o de 19 de Setembro de 1708, das doze para a uma da tarde. A entrada nela teve lugar no dia vinte. Permaneceram os franceses nesta Vila cinco dias, saqueando completamente as igrejas e casas dela. Os habitantes porem haviam tido tempo de retirarem o mais precioso. Du Guay Trouin usou depois, em 1711, na tomada do Rio de Janeiro, um estratagemas igual ao que aqui usara. Eis o documento a que acima nos referimos, extraído do original existente no arquivo da família do sr. Dr. Miguel Teixeira Soares. Talvez no número seguinte publicaremos outro relativo ainda ao mesmo assunto:

«Os oficiais da Câmara desta Vila das Velas Ilha de São Jorge. Certificamos que Amaro Soares de Sousa Sargento Maior da Capitania desta Vila das Velas Ilha de São Jorge (sic) e superintendente das fortificações dela, tem assistido e assiste no exercício do dito posto com muita prontidão e agilidade, adestrando os soldados em manejo das armas com continuos exercícos, que lhes faz, obrigando-os a que as tenham prontas e bem concertadas, com as munições necessárias, assistindo pessoalmente a todos os exercícos, mostras gerais, pondo sentinelas em lugares em que são necessárias, rondando-as com grande cuidado e muito mais se viu a sua boa disposição no combate, que os inimigos franceses deram a esta Vila, quando a saquearam em o mês

(164) «O Jorgense», nº 23, de 15/9/1872

de setembro do ano de mil setecentos e oito, por que constando a esquadra inimiga de onze fragatas, que combateram a Vila perto de vinte e quatro horas, dispoz o dito Sargento Maior a gente que acudiu para a defesa em boa forma, animando-os continuamente a encontrarem a entrada, que o inimigo intentou fazer no primeiro dia do combate pelas praias desta Vila com dezasseis lanchas, o que não conseguiram pela boa forma com que estavam os postos guarnecidos, e na noite seguinte fez reparar alguma ruína, que se havia feito com a bateria e fazer cartuchos à artilharia e tudo o mais que foi necessário com grande cautela e diligência, e continuando a bateria no dia seguinte tinha pronta toda a gente em as muralhas e partes por onde se esperava a entrada do inimigo, o qual, vendo a deliberação dos combatidos, guiou a toda a pressa seis lanchas para as praias e dez para o pé do Morro, lugar de cachopos e sem nenhuma defesa, e por ser impossível acudir a rechassá-los, como pedia a força com que debaixo da artilharia lançaram em terra mais de quinhentos homens, com morte de alguns dos sitiados, que acudiram, o que vendo os bisonhos, se puseram todos em retirada, ficando o dito Sargento Maior e poucas pessoas mais no alto da Vila sem lhes ser possível fazer ajuntar gente com que fizessem desalojar o inimigo, e assim esteve primeiramente à entrada da Vila impedindo com os poucos que se lhe agregaram as sortidas que os inimigos intentaram fazer aos montes, assistindo o tempo de cinco dias que a Vila esteve sitiada e logo que os inimigos a deixaram se veio para ela a reparar os danos que haviam feito, e com o mesmo zelo e diligência fez edificar uma fortaleza em o lugar do desembarque com grande indústria, e outra em a ponta da Queimada para as quais conduziu peças de artilharia das que estavam nas fortalezas desta Vila, por mostrar o acontecido que eram os lugares donde se podia rechaçar o inimigo, e

fez preparar os reparos da artilharia, por haverem ficado de todo arruinados com o combate, em as quais obras assistiu pessoalmente, dispondo as fochinas e dando as direcções necessárias com detrimento de sua pessoa e despesas de dinheiro, com que assistiu a tais obras, que se fizeram com muito menos despesa do que haviam de custar, por o bom encaminho que lhe deu o dito Sargento Maior, que outrossim fez logo preparar todas as armas de fogo que haviam ficado e com que os soldados tivessem suas patronas por assim serem mais prontas para as ocasiões, aos quais está industriando no manejo e forma, que deixou António do Couto Castel Branco, que por ordem de Sua Magestade veio a esta ilha rever as milicias, com muita moderação, amor e agrado de todos a quem trata com grande urbanidade e geralmente dizem que faltando o dito Sargento Maior não haverá quem atenda com tanto zelo pelas coisas das fortificações e do bem comum e da justiça em que é muito exacto, e por seu bom modo e entendimento é sempre consultado em as coisas árduas, que nesta Câmara se devem resolver, em que na maior parte se segue o seu voto e por assim ser merecedor de todas as occupaões honras e mercês, que Sua Magestade for servido fazer-lhe. O referido passa na verdade e o afirmamos pelo juramento dos Santos Evangelhos, e por que da sua parte nos foi pedida a presente lha mandamos passar por nós assinada e selada com o selo desta Câmara, aos vinte dias do mês de Abril de 1710 anos. Eu Anselmo Soares de Sousa escrivão da Câmara o fiz escrever e subscrevi. Ass) – Manuel Ferreira Madruga, António Álvares Soares, Paulo Gomes Leal, Manuel Machado Oliveira».

* * *

Este Sargento-Mór Amaro Soares de Sousa, mereceu do Brigadeiro António do Couto Castel Branco, a

seguinte certidão que convém registrar nesta parte do presente trabalho (165) :

«INVASÃO FRANCESA NAS VELAS

«António do Couto Castel Branco, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador, Alcaide-Mór de San Tiago de Cassem, na Ordem de Santiago da Espada, brigadeiro de infantaria, a cujo cargo está a inspecção destas ilhas dos Açores por Sua Magestade, que Deus guarde. Certifico que mandando-me Sua Magestade a estas ilhas a várias coisas do seu real serviço, entre elas foi uma passar revista às milicias, examinando o estado e capacidade dos oficiais, para que se fizessem outros em lugar dos que não tivessem préstimo, e vindo a esta Vila das Velas de São Jorge em 16 de Setembro de 1709 e em 21 de Fevereiro de 1710, achei nela por Sargento-Mór a Amaro Soares de Sousa, sendo das principais pessoas e muita nobreza, com bom entendimento, desembaraço e estudante, e muito aceito do povo e nobreza, tratando das fortificações com muito zelo e cuidado, procurando todos os meios de se conservarem as antigas, e achei que depois que entrou no posto de Sargento-Mór fortificou os portos das Manadas e Orzalinha (sic) com fortes e muros, como também o lugar por onde os inimigos franceses conseguiram o desembarque quando saquearam esta Vila em o mês de Setembro de 1708, fazendo erigir uma fortaleza, acrescentar outra em a ponta da Queimada, com tão bom modo, que ficam os tais portos defensáveis, assistindo pessoalmente a todas estas obras, com detrimento de sua pessoa e despesa de dinheiro, com que assistiu às ditas obras, fazendo tudo com o maior có-

(165) «O Jorgense», nº 24, de 1/10/1874.

modo, que podia ser para se poupar à fazenda real, tendo particular cuidado na conservação da artilharia e reparos dela, e fez comprar seis peças com o dinheiro dos dois por cento, que conduziu para as fortalezas, buscando todos os meios para que as armas se ponham prontas e as companhias a quem fazia exercícios, e sabe tirar a raiz quadra e tem grande curiosidade dos manejos, desejando muito aplicar-se no que toca ao militar, e é o *Sargento-Mór de mais capacidade que achei nestas ilhas*, de muito agrado do povo e amigo da conservação comum, e assim o julgo muito digno e benemérito de todas as ocupações, mercês e honras, que Sua Magestade for servido fazer-lhe, por que de tudo dará mui boa conta. Passo o referido na verdade e afirmo pelo juramento dos Santos Evangelhos, e por me ser pedida a presente lha mandei passar, assinada por mim e selada com o sinete de minhas armas. Vila das Velas, 17 de Março de 1710. António do Couto Castel Branco. (Reconhecimento pelo tabelião Bento de Oliveira Amarante).

* * *

Ainda relacionado com este acontecimento um outro pormenor até agora omitido (166) :

«Nossos navios foram assaltados por uma tempestade, que pôs alguns em risco de naufragar nas costas dessas ilhas, e a todos na necessidade de tomarem o largo. Esta tempestade foi tão duradoura, que tive bastante dificuldade em retirar as tropas daquela vila, de que nos apoderamos, e que me vi forçado a deixar nossas vasilhas para seguir prontamente na direcção das costas de Hespanha».

* * *

Consta da tradição que destas vasilhas, uma era um grande caldeirão de cobre, que o Sargento-Mór Amaro

Soares de Sousa mandou entregar no Convento dos Franciscanos, desta Vila.

(166) «O Jorgense», nº 54, de 1/1/1874 (memórias de Du Guay Trouin).

2 - Casa de Repouso «João Inácio de Sousa»

(antigo Asilo de Mendicidade)

Como memória desta instituição, ao presente em funcionamento, vamos transcrever a acta da inauguração do Asilo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge, que hoje tem a designação mencionada nesta epigrafe:

«Acta da inauguração do Asylo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge. Em 21 de Maio de 1903.

Presentes os senhores:

Presidente - Padre José Silveira Goulart

Vice-Presidente - Joaquim José Cardoso

Vogal - Manuel Inácio da Silveira

Tesoureiro - Manuel José da Silveira Bettencourt

Secretário - Fernando Ávila

«Aos vinte e um dias do mês de Maio do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e três, nesta Vila das Velas à rua Doutor João Teixeira, na casa onde se acha instalado provisoriamente o Asylo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge, se reuniu a Direcção do mesmo Asylo, algumas damas e cavalheiros, para o fim altamente nobre, grande e sublime de proceder à instalação de um dos melhores estabelecimentos que até hoje se tem criado, de uma das mais prestimosas, das mais benéficas, das mais úteis casas de caridade que em todo o tempo se tem fundado, o Asylo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge.

É incontestavelmente a mais bela, a mais brilhante, a mais sublime de todas as virtudes, a da Caridade!

O individuo que neste sáfaro deserto da vida chega a ser velho, doente, entravado, que enfim chega a um perfeito estado de impossibilidade para tudo, e é extremamente pobre de bens de fortuna, de amor de familia, por que a não tem,

também pode considerar-se pobre de amigos porque a indigência os não tem nunca; e neste extremo é também o ente mais infeliz, o mais desgraçado de todos os viventes. E se não fora as almas generosas e bemfazejas, se não fora a caridade, seria uma vítima da fome e da miséria expirando talvez ao canto de qualquer rua, coberto de vermes, repugnante e infecto.

Até hoje, a qualquer filho desta ilha poderia assim acontecer, mas felizmente terminou essa situação; d'ora avante não haverá o receio de vermos um desgraçado sem pão, sem fato e sem agasalho, porque já temos um Asylo, a obra das almas caridosas, que são, com bem poucas excepções todos os habitantes deste concelho, alguns do visinho concelho da Calheta, e mais tarde de toda a ilha, para o receber e minorar-lhe quanto possível a sua triste posição.

São poucos, por enquanto os recursos de que dispõe este pio estabelecimento, é certo, mas continuando todos aqueles que até aqui têm trabalhado e cooperado para tão santa instituição, cheios da mesma fé que até hoje os tem animado, é de crer que em breve esta casa se ache nas condições de não recusar a qualquer que o deseje os benefícios que ela dispensa.

Há mais de cinco anos que n'esta ilha se fala na criação de um asylo de mendicidade.

Foram iniciadores deste pensamento luminoso as Exmas. Sras. D. Maria do Carmo da Silva Vieira, D. Mariana Ursula do Carvalho, D. Luisa Carvalho, Jacinta Júlia da Silva Lainhas, Rita de Jesus e Maria da Glória, a primeira do Faial e as outras da Calheta, onde residiam. Reunidas, procuraram o saudoso ouvidor da Calheta reverendo António de Paula Vieira, cujas virtudes recordar-se-ão sempre com saudade e este as animou a progredirem na santa cruzada de fazer o bem, procurando minorar as agruras dos necessitados.

Os seus primeiros passos foram dados em percorrer quasi toda a ilha, solicitando donativos.

Apesar de ser tão alevantado e grandioso o fim a que se propunham, nem por isso deixaram de encontrar obstáculos e grandes, obtendo apenas uma pequena soma com a qual nada era possível realizar-se.

Mas tão santo e belo ideal não se apagou jamais da mente d'aqueles que, iluminados pelo farol esplendente da fé, sabem compadecer-se dos que não tem; dos que sofrem; dos que se vêm desamparados no último quartel da vida.

Uma das almas caridosas cima referidas, a senhora Jacinta Júlia da Silva Lainhas, com a ideia sempre fixa de que o querer é poder, jamais desanimou; parte para a América, para essa terra do ouro e do trabalho, e dali mesmo incitava as suas companheiras a que prosseguissem impávidas na santa empresa que tinham iniciado.

Foi neste tempo que as Exmas. Sras. D. Teresa E. da Silveira Borges e irmã D. Bárbara E. da Silveira Borges, tendo o santo e consolador pensamento de sufragar a alma de seu saudoso irmão, o Dr. Manuel Inácio da Silveira Borges, comunicaram ao presidente desta actual direcção, que podia dizer para a América, à sra. Jacinta Júlia da Silva, que havia quem oferecia casa para o Asylo ou dois contos de reis. — Esta casa a que aludiam as Exmas. oferentes, era a da sua residência nesta Vila; mas a Exma. Comissão angariadora de donativos em virtude das condições em que a casa era doada, e também por não ter as comodidades para o fim que se tinha em vista, em seu officio de 14 de Dezembro último optou pela oferta do dinheiro cuja proposta foi aceite por aquelas tão ilustres benfeitoras, oferecendo a valiosa quantia de três contos de reis, mostrando desejos de serem destinados à aquisição duma casa para se instalar o Asylo, quando appareça em condições.

Foi então que aquela benemérita criatura parecendo-lhe ver já realizados os seus mais ardentes desejos começou a enviar para esta ilha as importantes esmolas de roupas e mais objectos a que já se referiu a Exma. Comissão angariadora de donativos para esta instituição tão querida e tão simpática; Até que apareceu no meio de nós pronta a trabalhar sempre com tamanha dedicação, chegando mesmo a prestar-se para tratar dos asylados.

Assim marcharam as coisas quando o Presidente da actual direcção o Reverendo Padre José Silveira Goulart, juntamente com os senhores João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, Joaquim José Cardoso, Manuel Inácio da Silveira e Manuel Inácio Pereira, procuraram o Exmo. Sr. Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, então administrador deste concelho, e relatando o que acima fica referido, pediram a este cavalheiro convocasse todos os individuos desta Vila para uma reunião afim de se discutir a possibilidade de se fundar nesta ilha o projectado Asylo.

S. Exa. da melhor vontade acedeu àquele pedido. Dias depois, a vinte e cinco de Agosto de mil novecentos e um, se reuniram vários cavalheiros desta Vila, e exposto o fim daquela convocação foram todos de acordo que era viável aquela ideia, ficando nesse mesmo acto eleita uma comissão composta dos seguintes cavalheiros:

Presidente

- Exmo. Cons^o Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa;

Vogais os Exmos. Srs.

- Padre José Silveira Goulart;
- Joaquim José Cardoso;
- João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho;
- Manuel Inácio da Silveira.

A comissão eleita convidou várias sub-comissões sendo uma para a elaboração dos estatutos composta dos Exmos. Srs.:

- Manuel Inácio Pereira
- Manuel Andrade
- Manuel Machado Pamplona
- Manuel Teixeira Soares

E para angariar donativos nas diferentes freguesias deste concelho compostas dos Exmos. Srs.:

- Cônego Vigário Júlio Augusto Rebelo
- João de Lemos Bettencourt
- Samuel José da Rosa
- Padre Manuel José Alves
- João Eutímio de Bettencourt
- Manuel José da Silveira Bettencourt
- António dos Reys Júnior
- Manuel Pereira Cardoso
- Aires da Silveira
- Cândido Pereira Cardoso
- Fernando Ávila

Da maneira como todos se houveram no desempenho da missão que lhes fora confiada, a prova é bem clara e evidente: o poder-se hoje, 21 de Maio de 1903, dia glorioso para nós, filhos de São Jorge, proceder à inauguração desta casa, onde os pobres encontrarão, carinho, pão e agasalho.

Até aqui a história fiel dos factos que precederam a inauguração deste estabelecimento.

A actual direcção consigna nesta acta um voto de louvor aos Exmos. Snrs. Conselheiro Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa e João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, aquele na qualidade de presidente e este como

vogal da ex-Comissão do Asylo, pelos relevantes serviços a esta instituição.

Da mesma forma, em nome de todos os infelizes para quem esta casa de futuro servirá de amparo, a direcção, pesando bem a grandiosa e avultada esmola das Exmas. Sras. D. Teresa E. da Silveira Borges e D. Bárbara E. da Silveira Borges, beneméritas benfeitoras do Asylo de Mendicidade da ilha de S. Jorge, resolve consignar nesta acta a SS. Exas. um voto do mais subido louvor e imorredouro reconhecimento, e em homenagem ao morto ilustre cuja alma sufragam, e que é sem dúvida a causa directa daquela oferta, resolveu colocar na sala das suas sessões o seu retrato.

Àquelas ilustres e bemfazejas senhoras iniciadoras deste importante melhoramento que tanto nobilita esta ilha, a direcção lhes tributa os seus respeitos e admiração consignando-lhes aqui um voto de louvor.

Igualmente com o mais vivo entusiasmo protestam à Sra. Jacinta Júlia da Silva Lainhas o seu profundo reconhecimento, exarando na acta um voto de louvor pelos valiosíssimos serviços que tem prestado a esta casa de caridade, e, sem querer ofender a sua reconhecida modéstia, abalança-se a consignar aqui, que à sua dedicação heróica se deve, na sua maior parte a fundação deste estabelecimento que tanto honra os filhos da Ilha de São Jorge, e tanto bem vem fazer àqueles para quem a sorte é avara.

A direcção recorda também a oferta do nosso ilustre conterrâneo o Exmo. Sr. José Cândido da Silveira Avellar, residente na cidade da Horta e não coloca aqui os retratos de suas saudosas filhas Exmas. D. Zué Avellar e D. Ana Avellar, já falecidas, cujas almas o pai desolado sufragou por que este nosso patricio quis completar a sua obra de caridade doando, para depois do seu falecimento esses mesmos retratos que agora possui.

Significa também esta direcção o seu reconhecimento para com todos os elementos das sub-comissões nomeadas pela comissão já referida, consignando a todos um voto de louvor.

Neste momento acaba de proceder-se à procissão de Nossa Senhora do Carmo, linda e primorosa imagem, oferecida pela senhora Jacinta Júlia da Silva Lainhas, destinada a este Asylo, da Ermida de Nossa Senhora da Luz, lugar da Queimada, para a Matriz desta Vila, onde foi cantado um solene Te-Deum, subindo ao púlpito o reverendo vigário da freguesia de Rosais, Padre Vital Miguel Bettencourt, o qual publicou as glórias da Virgem do Carmelo e enalteceu a virtude da caridade.

A este acto religioso, sem dúvida um dos mais edificantes e pomposos que nestes tempos e nesta ilha se tem presenciado, concorreram os reverendos senhores: Cónego Vigário Júlio Augusto Rebelo, pároco desta Vila, Padre Vital Miguel de Bettencourt, pároco da freguesia do Norte Grande; Padre João José de Bettencourt, cura de Santo António, e Padre Manuel de Sousa Luis, cura da Boa Hora; As irmandades da Misericórdia das Velas; e de São José, do Toledo; As confrarias do Santissimo das Velas; de Nossa Senhora do Rosário, de Rosais; e de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Amaro. As filarmónicas UNIÃO e NOVA ALIANÇA, e um grande concurso de povo. A todos em geral a direcção protesta o seu reconhecimento.

Pelo senhor Presidente foram convidadas todas as pessoas presentes a assinar esta acta o que vão fazer depois de lida em voz alta por mim Fernando Ávila, secretário da direcção que a escrevi».

Seguem as assinaturas (167).

(167) Arq. do Asilo das Velas - L^a de Actas n^o 1.

NOTA FINAL

Com o documento antes transcrito termino este trabalho . Deixei-o para o fim , na esperança de que o mesmo possa servir de base a uma monografia , que talvez ainda possamos publicar , sobre o Asilo das Velas .

E como no mesmo se fala de Caridade , peço aos que me lerem , a tenham para comigo .

Velas , Maio de 1986 .

João Gabriel de Ávila

FOTOCOMPOSIÇÃO
e IMPRESSÃO
em OFFSET
 TIP, AÇOR, LDA.
1.000 ex. - FEVEREIRO/93
Depósito Legal 63268/93

